

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIELE LAÍS CHRIST

**A POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ DO GOVERNO MERKEL:
UM BALANÇO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS (2005-2013)**

Porto Alegre

2015

MARIELE LAÍS CHRIST

**A POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ DO GOVERNO MERKEL:
UM BALANÇO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS (2005-2013)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Ranincheski

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Christ, Mariele Laís

A POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ DO GOVERNO MERKEL: UM
BALANÇO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS (2005-2013) /
Meriele Laís Christ. -- 2015.

87 f.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Ranincheski .

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Alemanha. 2. Política Externa. 3. Angela
Merkel. 4. Potência Civil . 5. Potência Comercial.
I. Ranincheski , Profa. Dra. Sônia Maria , orient.
II. Título.

MARIELE LAÍS CHRIST

**A POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ DO GOVERNO MERKEL:
UM BALANÇO DOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS (2005-2013)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Sônia Maria Ranincheski - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me concede a benção de viver e por quem eu vivo todos os dias. Agradeço à minha família amada, aos quais não existem palavras suficientes que possam descrever o tamanho e a intensidade do amor que sinto. Vocês são os grandes responsáveis pela minha educação e agradeço imensamente por todo o incentivo e por todas as oportunidades que vocês me ofereceram durante estes anos. Aos meus pais, pelo carinho e atenção, mesmo na distância, e por nunca terem deixado de acreditar no meu potencial. Ao mano, companheiro de casa e de bagunça, agradeço toda a paciência e brincadeiras, principalmente nos últimos anos em que dividimos uma rotina diária. Vocês serão sempre meu exemplo e referência, muito obrigada por tudo! Agradeço também ao Lucas, pelas palavras sempre animadoras e cheias de afeto e por tua incessante compreensão.

Igualmente agradeço à população brasileira e ao governo federal por terem me proporcionado estudar em uma universidade pública e de qualidade, um espaço de grande aprendizado e crescimento intelectual, de onde levarei ensinamentos para toda a vida. Agradeço a minha professora orientadora Sônia Ranincheski, por ter sido uma orientadora sempre prestativa, dedicada e paciente nas minhas indecisões e falhas. Agradeço pelos seus valiosos conselhos, não apenas acadêmicos, mas também de vida. Agradeço ainda por todos os maravilhosos professores que tive a oportunidade de ser aluna durante estes cinco anos de graduação. Impossível deixar de mencionar os colegas da turma 08, turma apaixonada pelas Relações Internacionais e composta por pessoas que, tenho certeza, serão excelentes profissionais independentemente do caminho que escolherem. Agradeço pela amizade e companhia de vocês nos últimos anos e em especial às “Serranas”, companheiras de todos os momentos, dentro e fora da universidade.

Bem-aventurado o homem que acha sabedoria, e o
homem que adquire conhecimento.
Porque é melhor a sua mercadoria do que artigos de
prata, e maior o seu lucro que o ouro mais fino.
Mais preciosa é do que os rubis, e tudo o que mais
possas desejar não se pode comparar a ela.

Provérbios 3:13-15

Dies ist ein gutes Deutschland, das beste, das wir
jemals hatten. Das auszusprechen ist keine
Schönfärberei. Als ich geboren wurde, herrschten
die Nationalsozialisten, die die Welt mit Leid und
Krieg überzogen haben. Als der Zweite Weltkrieg
endete, war ich fünf Jahre alt. Unser Land war
zerstört, materiell und moralisch. Schauen wir uns
an, wo Deutschland heute steht: Es ist eine stabile
Demokratie, frei und friedliebend, wohlhabend und
offen. Es tritt ein für Menschenrechte. Es ist ein
verlässlicher Partner in Europa und in der Welt,
gleichberechtigt und gleich verpflichtet.

Joachim Gauck (2014)

O que é indubitável é que a Alemanha mudou.
Medida em sua história, é a melhor Alemanha que
jamais tivemos.

Ulrich Beck (2015)

RESUMO

A Alemanha, país que já foi pivô das duas grandes guerras do século XX, é hoje o sustentáculo da integração regional e considerada a locomotiva econômica da União Europeia. Especialmente após a crise do euro iniciada em 2009 e a crise da Ucrânia a partir de 2014, o país tem se destacado não apenas por sua atuação econômica, mas também política. Desta forma, o presente trabalho procura compreender como a Alemanha nas duas primeiras administrações do Governo Merkel (2005-2013) conduziu as suas ações de política externa, sendo o primeiro mandato de 2005 a 2009 e o segundo de 2009 a 2013, tendo como objetivo identificar e descrever as principais diretrizes, ações e agenda de política externa conduzidas pelo Estado alemão durante este período. Tal tema inspira-se no fato de que no corrente ano (2015) celebra-se 25 anos da República Federativa Alemã como Estado Reunificado (1990-2015) e completa-se 10 anos de uma Alemanha sob administração Merkel. A pesquisa tem como fundamentação teórica a teoria da Interdependência Complexa das relações internacionais, além de conceitos trazidos pela literatura como característicos desta política exterior, como o status de “Potência Civil” e o de “Potência Comercial”. Além de identificar elementos de política externa presentes nos discursos originais de posse da chanceler e do ministro de Relações Exteriores, tanto no primeiro como no segundo mandato, a análise aborda maiores detalhes da política externa alemã por área geográfica e temática.

Palavras-chave: Alemanha. Política Externa. Angela Merkel. Europa. Potência Civil. Potência Comercial.

ABSTRACT

Germany, a country that has been the pivot of the two World Wars in the twentieth century, is now the major power of regional integration and considered the economic locomotive of the European Union. Especially after the euro crisis that began in 2009 and Ukraine's crisis from 2014, the country has distinguished itself not only by its economic performance but also political. Thus, this paper tries to understand how Germany in the first two administrations under Merkel Government (2005-2013) led its foreign policy actions, being the first term from 2005 to 2009 and the second term from 2009 to 2013, aiming to identify and to describe the main guidelines, actions and the foreign policy agenda conducted by Germany during this period. Such a theme is inspired by the fact that this year (2015) is the 25 year celebration of the Federal Republic of Germany Reunification(1990-2015) and it also completes 10 years of Germany under Merkel administration. The research has its theoretical foundation in the Complex Interdependence theory of the International Relations, and concepts brought by the literature as characteristics of German foreign policy, such as the status of "Civilian Power" and "Trading State". Besides identifying foreign elements present in the original opening speeches of the Chancellor and the Foreign Minister, both the first and the second term, the analysis approaches further details of German foreign policy by geographic and thematic area.

Keywords: Germany. Foreign Policy. Angela Merkel. Europe. Civilian Power.Trading State.

ZUSAMMENFASSUNG

Deutschland, ein Land das schon der Angelpunkt der beiden Weltkriege im zwanzigsten Jahrhundert war, ist heutzutage die größte Macht der regionalen Integration und gilt als ökonomische Lokomotive der Europäischen Union. Vor allem nach der Eurokrise, die 2009 begann und der Krise in der Ukraine ab 2014 hat das Land sich nicht nur durch ihre Wirtschaftsleistung hervorgehoben, sondern auch politische. Dadurch versucht diese Schlussarbeit zu verstehen wie Deutschland in den ersten beiden Verwaltungen unter Merkel-Regierung (2005-2013) seine außenpolitischen Maßnahmenführte, wobei die erste Amtszeit von 2005 bis 2009 und der zweiten Amtszeit von 2009 bis 2013 war. Das Ziel dieser Arbeit ist zu identifizieren und zu beschreiben die wichtigsten Richtlinien, Maßnahmen und die außenpolitische Agenda Deutschlands in diesem Zeitraum. Ein solches Thema inspiriert sich durch die Tatsache, dass in diesem Jahr (2015) ist der 25-Jahr-Feier das wiedervereinigte Bundesrepublik Deutschland (1990 bis 2015), und es schließt auch 10 Jahre Deutschlands unter Merkel Verwaltung. Diese Forschung hat seine theoretische Grundlage in der Komplexen Interdependenz Theorie der Internationalen Beziehungen und Konzepte von der Literatur als Charakteristika der deutschen Außenpolitik, wie der Status von "Zivilmacht" und "Handelsstaat" gebracht. Neben der Identifizierung in den Redeserklärungen der Bundeskanzlerin und dem Außenminister, in beiden Amtszeit, die Analyse bringt weitere Elemente der deutschen Außenpolitik nach geografischen und thematischen Bereich.

Stichwörter: Deutschland. Außenpolitik. Angela Merkel. Europa. Zivilmacht. Handelsstaat.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – Localização da Alemanha	15
Figura 2 – Rota do Nordstream	47

Gráficos

Gráfico 1 – Desenvolvimento do Comércio Internacional da Alemanha (em bilhões de Euros)	25
--	----

Quadros

Quadro 1 – Tópicos de Política Externa a serem analisados segundo os conceitos de Potência Civil e Potência Comercial	18
Quadro 2 – Presença dos conceitos de Potência Civil e Comercial nos tópicos de política externa do 1º governo	50
Quadro 3 – Presença dos conceitos de Potência Civil e Comercial nos tópicos de política externa do 2º governo	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Destinos - Exportações Alemanha (em mil euros)	26
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	– <i>Auswärtiges Amt</i> – Ministério das Relações Exteriores
BCE	– Banco Central Europeu
CDU	– <i>Christlich Demokratische Union Deutschlands</i> – União Democrática Cristã da Alemanha
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSU	– <i>Christlich-Soziale Union in Bayern</i> - União Social-Cristã na Baviera
EFSF	– <i>European Financial Stability Facility</i> - Fundo Europeu de Estabilização Financeira
ESM	– <i>European Stability Mechanism</i> – Mecanismo Europeu de Estabilidade
FDP	– <i>Freie Demokratische Partei</i> - Partido Democrático Liberal
FMI	– Fundo Monetário Internacional
ISAF	– <i>International Security Assistance Force</i> - Força Internacional de Assistência para Segurança
NSA	– <i>National Security Agency</i> – Agência Nacional de Segurança
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	– Produto Interno Bruto
RDA	– República Democrática Alemã
RFA	– República Federal da Alemanha
SPD	– <i>Sozial demokratische Partei Deutschlands</i> - Partido Social-Democrata da Alemanha
TTIP	– <i>Transatlantic Trade and Investment Partnership</i> - Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	– União Europeia
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PAPEL DA ALEMANHA NA POLÍTICA INTERNACIONAL	20
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	20
2.1.1 Potência Civil	22
2.2.2 Potência Comercial.....	24
2.2 UMA POTÊNCIA NO CORAÇÃO DA EUROPA: UM BREVE RESUMO HISTÓRICO	27
2.2.1 De Bismarck à Brandt: rupturas e recomeços.....	27
2.2.2 Alemanha Reunificada: de Kohl a Schröder - mudanças e continuidades na Política Externa	30
3 A POLÍTICA EXTERNA DA GRANDE COALIZÃO: ANÁLISE DO 1º GOVERNO DE ANGELA MERKEL (2005-2009).....	32
3.1 POLÍTICA PARA A EUROPA: O SUCESSO DO TRATADO DE LISBOA	36
3.2 AMIGOS, MAS NÃO SEM OBJEÇÕES: RELAÇÕES COM OS EUA/OTAN.....	41
3.3 POLÍTICA MULTILATERAL: CHANCELER DO CLIMA	44
3.4 PARCEIROS GLOBAIS: RÚSSIA e ISRAEL.....	47
4 A POLÍTICA EXTERNA DA COALIZÃO PRETO-AMARELA: ANÁLISE DO 2º GOVERNO DE ANGELA MERKEL (2009-2013).....	51
4.1 POLÍTICA PARA A EUROPA EM MEIO A CRISE DO EURO	55
4.2 RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS/OTAN: PERDA DE INTENSIDADE.....	60
4.3 POLÍTICA MULTILATERAL: AMBIVALÊNCIA ALEMÃ.....	64
4.4 PARCEIROS GLOBAIS: ISRAEL E CHINA.....	68
5 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como escopo de pesquisa procurar compreender como a Alemanha nas duas primeiras administrações do Governo Merkel (2005-2013) conduziu as suas ações de política externa, considerando que o primeiro mandato iniciou em dezembro de 2005 até novembro de 2009 e o segundo iniciou-se em fins de 2009 e finalizou em novembro de 2013. Desta forma, objetiva-se identificar e descrever as principais diretrizes, ações e agenda de política externa conduzidas pelo Estado alemão sob o comando da chanceler Angela Merkel em seus dois primeiros mandatos (2005-2013).

Tal tema inspira-se no fato de que o corrente ano (2015) é o marco de dois acontecimentos históricos para o Estado alemão:

- a) celebra-se 25 anos da República Federativa Alemã como Estado Reunificado (1990-2015), ocorrido a 3 de outubro de 1990; e
- b) completa-se 10 anos de uma Alemanha sob administração Merkel.

A Alemanha, país que já foi pivô das duas grandes guerras do século XX, é hoje o sustentáculo da integração regional e, com um PIB de 3,853 trilhões de dólares americanos (THE WORLD BANK, 2014), a quarta maior economia mundial, é também considerada a locomotiva econômica da União Europeia. Ademais, com seus 82 milhões de habitantes, é o país mais populoso do continente. Após a crise do euro, iniciada em 2009, e a crise da Ucrânia a partir de 2014, o país tem se destacado não apenas por sua atuação econômica, mas também política. Tendo isto em vista, “o estudo da Alemanha importa para o estudo da política internacional, dada a sua capacidade estatal individual e, principalmente, como esteio da União Europeia” (TRIZOTTO et al., 2013, p 109).

Contudo, ao mesmo tempo em que se tornou o centro de gravitação econômica da União Europeia, a Alemanha perdeu “a posição relativamente confortável de remeter à potência hegemônica decisões em última instância sobre suas questões vitais. Sente-se, portanto, estimulada e ao mesmo tempo constringida a assumir maiores responsabilidades internacionais.” (CÂMARA, 2013, p. 111). Ainda, segundo Beck (2015, p. 22): “A Alemanha se tornou poderosa demais para se dar ao luxo de não tomar decisão alguma”.

A localização deste país, no coração da Europa Central, referida comumente como *Mittellage*, fazendo fronteiras com um número maior de países do que qualquer outro do continente, permitiu que a Alemanha estivesse e ainda esteja constantemente no centro de

inúmeros debates e acontecimentos no continente europeu, tanto no Ocidente, como no Oriente. A centralidade geográfica, como se nota na figura 1, ao mesmo tempo em que oferece à Alemanha diversas vantagens, por meio da proximidade com os seus parceiros do continente, também significa uma das maiores vulnerabilidades do país, devido a iminência do pesadelo da guerra em duas frentes, ilustrado pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763)¹ (TRIZOTTO et al., 2013).

Figura 1 – Localização da Alemanha



Fonte: Alemanha (2015).

A escolha do delimitador temporal para esta pesquisa, quando da posse de Angela Merkel como chanceler em 2005, dá-se devido a maior solidez interna alemã a partir deste período, com maior integração entre as duas recém-reunificadas Alemanhas e, conseqüentemente, maiores possibilidades de atuar como um protagonista internacional. Além disso, a Alemanha sob o governo Merkel tem tido um papel internacional cada vez mais ascendente e passou de uma situação de relativa paz e estabilidade para uma em que as crises a obrigaram a tomar a frente em determinadas negociações (FRIEDMANN, 2015). Esclarece-se, entretanto, que o presente trabalho não tem como objetivo analisar as características individuais e os méritos pessoais da chanceler, senão somente identificar e descrever as principais diretrizes, ações e agenda da política externa dopaís durante o período de sua administração.

Como forma de responder ao questionamento apresentado, ou seja, compreender como a Alemanha dos dois primeiros mandatos do Governo Merkel (de 2005 até 2013) conduziu as

¹Série de conflitos internacionais que colocaram de um lado a França, a Áustria e seus aliados (Saxônia, Rússia, Suécia e Espanha) e do outro lado Inglaterra, Portugal, Prússia e Hanover.

suas ações de política externa, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica a partir de fontes secundárias (livros, artigos e notícias de imprensa de veículos internacionais e principalmente alemães) que versassem sobre o assunto. Quanto às fontes primárias, fez-se uso de dados e documentos oficiais disponibilizados pelo governo federal alemão, especialmente discursos oficiais proferidos pela chanceler e pelo ministro de Relações Exteriores, a fim de ilustrar as informações apresentadas. Tais discursos estão disponíveis no portal oficial do governo (*Bundesregierung.de*), bem como no portal oficial da chanceler (*Bundeskanzlerin.de*). Como parte da metodologia, faz-se uma breve análise com citação dos trechos mais importantes para a política externa dos discursos de posse de cada período legislativo, explorando-se, a seguir, as ações de política externa direcionadas às áreas geográficas e temáticas mais evidenciadas em tais discursos.

Os discursos políticos, além de serem documentos oficiais por excelência, são um “elemento característico da prática diplomática, ou melhor, um instrumento necessário, previsível e reconhecido nas relações internacionais” (FLORES, 2005, p. 32), constituídos de momentos fundamentais nos quais estão explicitadas visões e expectativas de um determinado governo. Com relação ao discurso de posse na Alemanha, o Parlamento alemão (*Bundestag*) afirmou em seu portal oficial em documento do ano de 2013:

Discursos de posse são normalmente realizados no Parlamento com liderança do chefe de governo, quando do início do período legislativo [...]. Nestes discursos, o programa político de todo o futuro período governamental é delineado e também exposta a crítica à oposição. [...] Isso é feito pelo chefe de governo e/ou pelos ministros dos departamentos relevantes (DEUTSCHLAND, 2013, não paginado).

Ademais, grande parte das fontes de pesquisa, principalmente as do idioma alemão, foi coletada durante um semestre de mobilidade acadêmica (2014/2) na Universidade de Heidelberg, no qual a autora pode inserir-se no universo da ciência política, da história e da cultura do país em questão, fato decisivo para a escolha do tema. Cabe ainda aqui um esclarecimento metodológico, no que diz respeito às traduções para o português de frases, citações e declarações do original em alemão. Como a maioria das fontes utilizadas nesse idioma não dispunha de tradução, a própria autora, ainda que inexperiente neste exercício, mas com domínio do idioma, realizou-as; o que significa que se tratam de traduções livres, não oficiais.

Antes de adentrarmos na conceituação de política externa, é de fundamental importância esclarecer os conceitos de Estado e de Governo, termos que aparecerão com frequência ao longo deste trabalho. Desta forma, por Estado, entende-se que, de acordo com

Weber (2003, p. 09): “[...] é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido”, ou ainda: “Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima)” (WEBER, 2003, p. 10). Governo, por sua vez, seria “um produto voluntário dos indivíduos, que com um acordo recíproco decidem viver em sociedade e instituir um governo” (BOBBIO, 2007, p. 64). Destemodo, o governo é normalmente reconhecido como a liderança de um determinado Estado, ou ainda, sua administração executiva.

No que tange a conceituação de política externa, entende-se que, de acordo com Merle (1990, p. 260² *apud* FIGUEIRA, 2011, p.5): “é constituída por um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como no ambiente externo”. Segundo Figueira (2011, p. 7), a política externa dos Estados, ou seja, a ação empreendida pelos países no plano internacional, não leva em consideração somente os objetivos e linhas mestras que um determinado país adota, mas também, de fundamental importância, são as estratégias que cada Estado compõe para nortear sua atuação nas diversas esferas da vida internacional, “considerando, para tanto, o poder relativo que cada Estado possui em relação a seus pares”. Ainda conforme Sousa (2008), a política externa cruza dois ambientes, o interno e o externo, cada um com seu papel: o meio doméstico é o plano de fundo em que importa considerar os recursos estatais, a posição geopolítica, a economia, a demografia, os valores da população e até mesmo a ideologia dominante. O plano externo é onde a política externa será implementada.

No que diz respeito especificamente do Estado alemão, trabalha-se com a hipótese de que a política externa da Alemanha durante o período analisado apresentou características de Potência Comercial e de Potência Civil, abordados pela literatura, entre outros apontamentos, como elementos formadores da política externa alemã. Manfred Schmidt (2011), por exemplo, em seu livro que discorre sobre o sistema político alemão, ao tratar sobre a política externa faz referência à predominância dos atributos de Potência Civil e Comercial neste âmbito político. Tais conceitos serão melhor explorados no capítulo subsequente, por meio da interpretação de Maull (1990 e 2007) – quem trouxe o conceito de Potência Civil para o ambiente da política externa alemã – e Staack (2007) – a respeito do termo Potência Comercial –.

² MERLE, Marcel. **Política externa e relações internacionais**. In: BRAILLARD, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

Desta forma, metodologicamente o presente trabalho procurará verificar se os atributos de Potência Civil e de Potência Comercial estão presentes – e de que forma estão presentes – nas principais diretrizes, ações e agenda de política externa tanto no primeiro quanto no segundo mandato de Angela Merkel. É importante frisar que, por tratar-se de um longo espaço de tempo de governo (8 anos), torna-se complexo e exaustivo trazer todos os elementos e ações de política externa realizadas durante este período. Desse modo, o presente trabalho propõe-se a fazer um panorama geral e abordar apenas os pontos principais que permearam este âmbito político nas principais áreas e temáticas de interesse para o país (União Europeia, Estados Unidos/OTAN, política multilateral e relações bilaterais com países como Rússia, Israel e China), não havendo espaço para maiores aprofundamentos em um trabalho de conclusão de curso de graduação. Em vista disso, os tópicos que serão analisados ao final de cada capítulo de análise são os que seguem (Quadro 1):

Quadro 1 – Tópicos de Política Externa a serem analisados segundo os conceitos de Potência Civil e Potência Comercial

1º Governo Merkel (2005-2009)	2º Governo Merkel (2009-2013)
Discurso de Posse Angela Merkel 2005	Discurso de Posse Angela Merkel 2009
Discurso de Posse Ministro AA 2005	Discurso de Posse Ministro AA 2009
Política para a Europa: Presidência alemã no Conselho Europeu	Política para a Europa: Gestão alemã na crise do euro
Política para a Europa: Desentendimentos com a França	Relações com os EUA/OTAN: Política para a OTAN
Relações com os EUA/OTAN: Política para a OTAN	Relações com os EUA/OTAN: Diferenças na condução da crise econômica
Relações com os EUA/OTAN: Política econômica	Relações com os EUA/OTAN: Política Econômica – negociações do TTIP
Relações com os EUA/OTAN: Guerra conjunta ao terror	Relações com os EUA/OTAN: Reação à espionagem da NSA
Política Multilateral: Participação na ONU	Política Multilateral: Participação na ONU
Política Multilateral: Engajamento na Política mundial Climática	Política Multilateral: Abstenção na Resolução 1973 do CSNU
Parceiros Globais: Relações bilaterais com a Rússia	Parceiros Globais: Relações bilaterais com Israel
Parceiros Globais: Relações bilaterais com Israel	Parceiros Globais: Relações bilaterais com a China

Fonte: elaboração própria (2015)

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, incluindo-se a introdução e a conclusão. O segundo capítulo trará, primeiramente, o fundamento teórico e conceitual que embasará a presente pesquisa, explorando a teoria da Interdependência Complexa das Relações Internacionais e abordando a discussão dos termos Potência Civil e Potência Comercial; secundamente, apresentar-se-á importantes acontecimentos históricos da

Alemanha, procurando enfatizar aspectos da história da política externa alemã, desde a constituição do Estado alemão em 1871 até o mandato do chanceler Schröder, antecessor de Angela Merkel.

O terceiro capítulo é dedicado à política externa do governo da grande coalizão³, ou seja, do primeiro governo da chanceler Angela Merkel, iniciado em fins de 2005 e finalizado em novembro de 2009. Após uma breve contextualização e exposição dos principais pontos de política externa do discurso de posse da chanceler e do ministro de Relações Exteriores à época, os pontos enfatizados nos discursos serão abordados em seções subsequentes, divididos por áreas geográficas e temáticas, a saber: política para a Europa, relações com os Estados Unidos/OTAN, política multilateral e parceiros globais, ou seja, relações bilaterais com importantes parceiros. Ao fim do capítulo, será feita uma breve análise mesclando os conceitos de Potência Civil e Comercial com as principais diretrizes, ações e agenda de política externa apresentadas ao longo do capítulo. Tal modelo repetir-se-á no quarto capítulo, o qual explana a respeito do segundo governo de Angela Merkel, o governo de coalizão preto-amarela⁴, iniciado em novembro de 2009 até o ano de 2013.

³ Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o governo federal sempre foi composto por coalizões, devido à dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. O costume é a agremiação política de maior bancada buscar um parceiro para formar maioria, eleger o chanceler federal e compor o gabinete de governo. Por Grande Coalizão entende-se como a agremiação dos dois partidos com maior representação no Parlamento, que usualmente são os seguintes: União Democrata Cristã da Alemanha (CDU), União Social Cristã (CSU) e o Partido Social-Democrata (SPD).

⁴ Os partidos na Alemanha são caracterizados por cores e tal executivo é uma junção entre os democratas-cristãos (CDU) representados pela cor preta e os liberais (FDP) de cor amarela.

2 O PAPEL DA ALEMANHA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Assim como todas as políticas externas estatais, a política externa da Alemanha também é formada por algumas orientações e diretrizes principais, as quais serão abordadas neste capítulo. Primeiramente, apresenta-se o fundamento teórico e conceitual em que se apoia a presente pesquisa. O subcapítulo subsequente recapitula importantes acontecimentos históricos da Alemanha, procurando enfatizar aspectos da história da política exterior alemã, de 1871 até 2005.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Neste sub-capítulo pretende-se apresentar a teoria da Interdependência Complexa, teoria da disciplina de Relações Internacionais que traz elementos para o entendimento das ações exteriores do Estado alemão. A Interdependência Complexa emerge em um contexto em que se verifica a instabilidade das economias capitalistas na década de 70, devido à criação de uma taxa de câmbio flutuante, a ruptura do modelo de Bretton Woods e os choques de petróleo. A economia teve impactos profundos nas decisões políticas deste período e deixou de ter um papel secundário no entendimento das relações internacionais, integrando-se a partir de então aos estudos e às teorias da disciplina.

O professor estadunidense Robert Keohane lançou as bases de sua interpretação das relações internacionais na obra “*Power and Interdependence*” – Poder e Interdependência - publicado em parceria com Joseph Nye, em 1977, em que exploram o transnacionalismo e a forma como os Estados são sensíveis e vulneráveis através de múltiplos canais de influência. Em “*Power and Interdependence*”, Keohane e Nye (2011) expõem as três premissas básicas e/ou características presentes no novo mundo de interdependência complexa, a saber:

- a) Múltiplos Canais: existem vários canais que conectam sociedades, incluindo laços informais entre elites governamentais e não-governamentais (pessoais ou por meio das telecomunicações) e organizações transnacionais. Estes canais podem ser resumidos em relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais, apresentando, desta forma, um papel de importância não apenas para os Estados, mas também para as organizações internacionais;

- b) Ausência de uma hierarquia fixa nos temas na agenda das relações interestatais: os temas das relações internacionais não podem ser rigidamente hierarquizados por importância, uma vez que estão ligados a conjuntura atual de um determinado período. Assim, a agenda política mundial tem se tornado complexa, abrangendo o seu escopo e incluindo variados temas como cooperação comercial, financeira e ambiental, de tal forma que os temas militares deixaram de ser os dominantes na agenda.
- c) Papel menor da Força Militar: ainda que os autores considerem a importância dos recursos militares em algumas ocasiões e em determinados momentos históricos, utilizam-se de exemplos em que procuram verificar uma sensível diminuição da efetividade do uso da força enquanto instrumento de política externa, especialmente a partir de 1945. Tal diminuição seria devido à dependência mútua entre os membros da comunidade internacional e o aumento da importância da opinião pública. Ademais, “as disputas econômicas e ecológicas nas arenas diplomáticas vêm cada vez mais assumindo uma forma mais importante que as relações militares” (SARFATI, 2005, p. 166).

Por fim, Keohane e Nye dão exemplos de países industrializados e pluralistas, para os quais o medo da ameaça declinou ou é virtualmente inexistente, incluindo, neste caso, o exemplo da Alemanha e da Grã-Bretanha, os quais, segundo os autores, não se sentem mais ameaçados um pelo outro. “Intensas relações de influências mútuas existem entre estes países, mas para muitos deles, a força é irrelevante ou perdeu sua importância como um instrumento político⁵” (KEOHANE; NYE, 2011, p. 24).

Desta forma, para a interdependência complexa, “a guerra deixa de ser o que, na perspectiva realista representa a lógica das Relações Internacionais centrada nos problemas de segurança, na ameaça hobbesiana e no constante dever de defender, dissuasoriamente, a integridade territorial dos Estados” (CASTRO, 2012, p. 361). Assim, segundo Nye e Keohane, existe na contemporaneidade, a emergência de novos atores no plano internacional que questionam e redefinem a natureza estado-cêntrica internacional. Ainda, “os conflitos são de natureza econômico-comercial e financeira e têm na prática da arbitragem, da negociação internacional e na mediação transnacional uma de suas principais características” (CASTRO, 2012, p. 361). Existe, aliás, a percepção de que os Estados renunciam gradativamente a sua

⁵ Do original: “Intense relationship of mutual influence exist between these countries, but in most of them force is irrelevant or unimportant as an instrument of policy” (KEOHANE; NYE, 2011, p. 24).

soberania, integrando-se em blocos geoeconômicos formando teias e redes com outros atores, tanto governamentais como não governamentais.

Tendo-se um embasamento teórico da disciplina que ilustra com seus elementos o entendimento da política externa alemã, apresenta-se a seguir os conceitos de Potência Civil e de Potência Comercial. Tais abordagens representam, segundo a literatura e, utilizado como hipótese da presente pesquisa, o papel da Alemanha na política internacional.

2.1.1 Potência Civil

O termo “Potência Civil” tem sua origem no início dos anos setenta e foi apresentado pelo autor François Duchêne em sua obra *The European Community and the uncertainties of interdependence* (1973), a qual propunha avaliar o papel da Comunidade Europeia na política mundial (CÂMARA 2013). Posteriormente, o termo foi apropriado pelo discurso oficial diplomático alemão, a fim de demonstrar as intenções do novo Estado alemão a partir da reunificação (CÂMARA, 2013). O professor alemão de Relações Internacionais, Hanns Maull, foi o grande responsável pela difusão do paradigma entre os estudiosos da política externa alemã. Conforme Maull (2007), o atributo conceitual da política externa da Alemanha tem sido caracterizado - antes e depois da reunificação - como o de uma Potência Civil. Da mesma forma que os Estados Unidos e a URSS já foram identificados como “Superpotências”, e a França, China e Grã-Bretanha como “Grandes potências”, a Alemanha é identificada pela sua orientação a partir do termo “Potência Civil”, e teria como parceiro nesta visão de política externa, o Japão.

A partir do termo Potência Civil, pressupõe-se, segundo Hanns Maull (1990): a) a aceitação da necessidade de cooperação com os demais Estados almejando o alcance de objetivos internacionais; b) a concentração em meios não militares, mas essencialmente econômicos, como forma de assegurar interesses nacionais, estando o poder militar destinado a um instrumento residual, servindo essencialmente para proteção de outros meios de interação internacional; e c) engajamento no desenvolvimento de estruturas supranacionais que abordem questões fundamentais da gestão internacional.

Streichert (2005) traduz, em termos práticos, baseada na tese de Hanns Maull, quais comportamentos seriam esperados de uma potência civil em termos de política externa, a saber: a) ser promotor dos esforços coletivos, ou seja, assumir iniciativas e responsabilidades e ser membro-chave das instituições internacionais; b) supranacionalista - transferência de soberania a uma instituição multilateral-, bem como procurar consolidar e fortalecer regimes e

o alargamento de instituições, promovendo o Estado de Direito e objetivando o estabelecimento de uma ONU forte; c) propagador de valores universais como os direitos humanos, democracia, boa governança e o desenvolvimento sustentável; d) ser um ator coletivo, oponente às ações unilaterais e promotor da mediação, da barganha e das sanções; e) promotor da segurança coletiva e cooperativa e de instrumentos multilaterais e legítimos.

Assim sendo, ser uma “Potência Civil” encontra forma na constatação de uma profunda identificação das instituições e da sociedade com o pacifismo e com a colaboração em instituições supranacionais. Tais orientações encontram-se inclusive na Lei Fundamental Alemã (*Grundgesetz*), a qual impede a participação das forças armadas em guerras de agressão e obriga os órgãos de Estado a contribuírem para a integração europeia e para o sistema de segurança coletiva, estando presente nos seguintes artigos:

Artigo 24

[Transferência de direitos de soberania – Sistema coletivo de segurança]

(1) A Federação pode transferir direitos de soberania para organizações interestatais, por meio de lei. [...]

(2) Com vista a salvaguardar a paz, a Federação pode aderir a um sistema de segurança coletiva mútua; para tal, aceita limitações aos seus direitos de soberania que promovam e assegurem uma ordem pacífica e duradoura na Europa e entre os povos do mundo.

(3) Para dirimir as controvérsias internacionais, a Federação aderirá aos acordos de arbitragem internacional de caráter geral, universal e obrigatório.

Artigo 25

[Preeminência do direito internacional]

As regras gerais do direito internacional público são parte integrante do direito federal. Sobrepõem-se às leis e constituem fonte direta de direitos e obrigações para os habitantes do território federal.

Artigo 26

[Garantia da paz]

(1) Os atos suscetíveis de perturbar a coexistência pacífica entre os povos e praticados com essa intenção, em especial os que tenham por objetivo preparar uma guerra de agressão, são anticonstitucionais. Estes atos estão sujeitos às penas da lei.

(2) Armas destinadas à guerra só podem ser fabricadas, transportadas e negociadas com autorização do Governo Federal (DEUTSCHLAND, 1949, p. 32-34).

É importante destacar que, apesar de o conceito de Potência Civil aplicado para a Alemanha ter sido explorado apenas depois da reunificação, a orientação deste conceito já era perceptível na política externa da Alemanha em um período anterior:

Retrospectivamente, a identidade de potência civil/pacifismo teve expressões concretas na negação formal, em todos os aspectos, dos valores do nacional-socialismo; no culto à democracia e aos direitos humanos; nas contribuições, sobretudo pela Ostpolitik, à détente da Guerra Fria e à reconciliação com a Europa Oriental, [...]; nas políticas de reparação aos agravos cometidos durante a Segunda

Guerra Mundial; na adesão às Nações Unidas em 1973; e na valorização de mecanismos multilaterais para a solução dos diferendos (CÂMARA, 2013, p. 140).

Portanto, a partir do exposto, e principalmente a partir da interpretação de Maul (1990 e 2007), depreende-se que, como uma Potência Civil, o perfil da política externa alemã teria como características a utilização de instituições multilaterais e cooperação com demais Estados para alcançar seus objetivos de política externa; a contenção militar, exceto em circunstâncias limitadas e em um contexto multilateral, ou seja, de segurança coletiva e, ainda; a “civilização” das relações internacionais por meio da propagação de valores universais.

2.2.2 Potência Comercial

A origem do termo nos remete ao autor Richard Rosecrance (1986), o qual observou que, especialmente a partir das décadas de 70 e 80, Estados começaram a adotar estratégias baseados em aumentar sua participação no comércio internacional em vez da utilização do poder militar tradicional ou da expansão territorial.

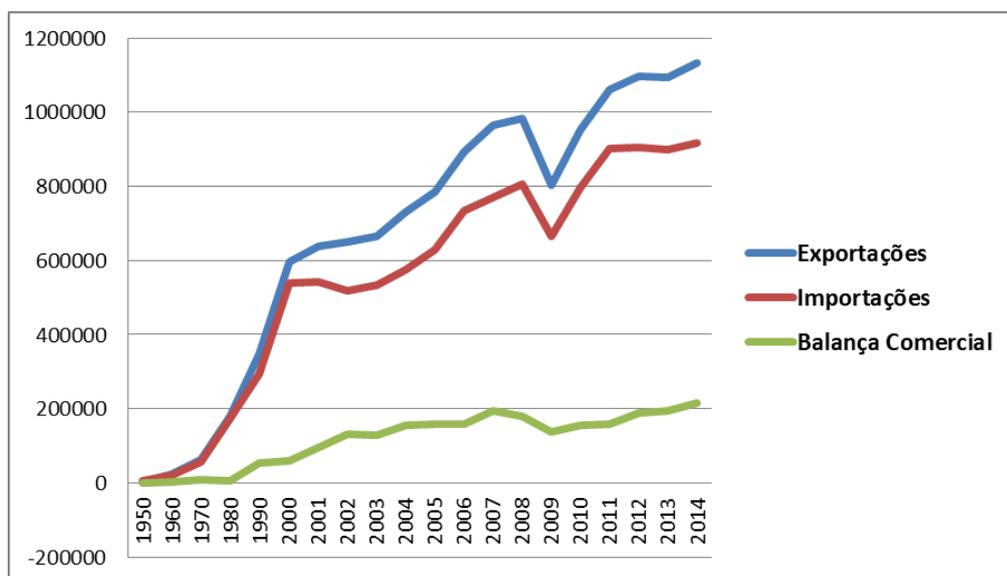
Ao aplicar-se o conceito especificamente para a Alemanha, verifica-se que, especialmente a partir da reunificação, o grande propósito do Estado alemão em termos políticos, tanto domésticos quanto externos, é o de manter e, se possível, aumentar o bem-estar econômico do país (STAACK, 2007). Portanto, o termo Potência Comercial diz respeito à única dimensão de poder na qual sua projeção ocorre relativamente livre de constrangimentos históricos. Esta provém, em certa medida, de alguns fatores externos, como, por exemplo, o auxílio do Plano Marshal após a Segunda Guerra Mundial que viabilizou a recuperação da estrutura econômica alemã e potencializou o setor industrial/empresarial alemão; a inserção na OTAN, permitindo canalizar recursos da defesa para a economia; bem como a constituição da União Europeia, o que favoreceu substancialmente as exportações da Alemanha para os demais países do bloco (CÂMARA, 2013).

Uma vez que o comércio internacional e a prosperidade econômica são mais fáceis de serem obtidos em um ambiente internacional pacífico, e dentro de um sistema econômico regido por princípios liberais; as principais características de um país com atributo de Potência Comercial são: deter um perfil que possui preferência por soluções pacíficas de controvérsias, manutenção do sistema internacional, acesso a mercados por meio da liberalização econômica, além do aperfeiçoamento de regras e normas no meio econômico (STAACK, 2007). Contudo, devem-se assinalar as vulnerabilidades de uma Potência

Comercial, devido à dependência deste modelo dos mercados externos, o que explicaria o interesse alemão em manter a estabilidade do sistema internacional como um todo, a fim de garantir a fluidez do comércio (CÂMARA, 2013). Um fato que ilustra tal dependência do mercado internacional é o dado trazido por Staack (2007) de que, enquanto no Japão um a cada sete postos de trabalho estão atrelados ao comércio internacional e, nos Estados Unidos, um a cada dez; na Alemanha, um a cada três postos de trabalho são dependentes das exportações e/ou importações.

Como forma de ilustrar esta dependência alemã do mercado internacional e corroborar o seu status de Potência Comercial de uma forma empírica, apresenta-se abaixo um gráfico do desenvolvimento das exportações e importações e, por consequência, a balança comercial alemã, desde a década de 50 até o ano de 2014 (Gráfico 1). O gráfico demonstra primeiramente, a substancial ascendência da participação da Alemanha no comércio internacional, especialmente a partir da década de 80 ao ponto de, já na década de 90, a Alemanha atingir expressivos níveis de exportação. Ademais, é possível visualizar o caráter superavitário da Alemanha, ou seja, exporta mais do que importa, e mantém uma balança comercial sempre positiva, pelo menos desde meados da década de 80. Outro fato visível é o impacto das crises, já que, em 2009, tanto as importações quanto as exportações declinaram consideravelmente, corroborando a situação de vulnerabilidade de uma potência comercial e atentando para a importância da estabilidade econômica mundial, a fim de manter o equilíbrio da estrutura econômica do país.

Gráfico 1 – Desenvolvimento do Comércio Internacional da Alemanha (em bilhões de Euros)



Fonte: elaboração própria com base em dados do Statistisches Bundesamt, 2015.

Tabela 1 – Destinos - Exportações Alemanha (em mil euros)

Destinos - Exportações Alemanha(em mil euros)						
Ranking 2005			Ranking 2009		Ranking 2013	
1	França	78.975.195,00	França	81.930.274,00	França	99.345.149,00
2	Estados Unidos	69.095.271,00	Países Baixos	54.040.469,00	Estados Unidos	88.718.150,00
3	Reino Unido	60.350.632,00	Estados Unidos	53.790.198,00	Reino Unido	71.256.838,00
4	Itália	53.800.334,00	Reino Unido	53.223.195,00	Países Baixos	68.205.884,00
5	Países Baixos	48.934.882,00	Itália	51.065.091,00	China	67.353.096,00
6	Bélgica	43.594.784,00	Áustria	48.222.474,00	Áustria	55.195.320,00
7	Áustria	43.171.521,00	Bélgica	42.149.635,00	Itália	52.885.173,00
8	Espanha	39.984.773,00	China	36.635.028,00	Suíça	47.901.509,00
9	Suíça	30.057.867,00	Suíça	35.807.981,00	Polônia	42.177.387,00
10	Polônia	22.265.788,00	Polônia	31.649.121,00	Bélgica	41.581.172,00
	Global	784.599.969,00	Global	808.702.249,00	Global	1.098.167.833,00

Fonte: elaboração própria com base em dados do INTRACEN (International Trade Center), 2015.

Os dados expostos, tanto no Gráfico 1 - que indica o desenvolvimento comercial da Alemanha ao longo da década de 50 até 2014 - quanto na Tabela 1 - que apresenta os destinos de exportações, ranqueados com base na entrada e saída dos mandatos de Angela Merkel, ou seja, 2005, 2009 e 2013 - é possível perceber a importância econômica que a Europa possui para a Alemanha, uma vez que as exportações alemãs para o continente são fortemente expressivas e, os países europeus, incontestavelmente, os principais parceiros comerciais alemães. Quanto a destinos extra-europeus, destacam-se especialmente os Estados Unidos que figura entre o segundo e terceiro lugar como principal destino de exportações da Alemanha, e também a China, que vem adquirindo importância como parceiro comercial alemão, principalmente após a crise do euro, a partir de 2009. Tanto que, de 2009 a 2013, as exportações alemãs para este país subiram 3 posições e, em valores, o aumento das vendas foi de 84%. Assim, a partir dos dados apresentados, evidencia-se o papel que a Alemanha possui como destacado player econômico do sistema internacional o que, indubitavelmente, refleteem sua política externa.

Agora, a partir de seu poder econômico, a Alemanha conseguiu efetivamente algo que jamais conseguiu concretizar militarmente: o país passou a ser o líder *de facto* do continente, seu centro máximo de poder. [...] A Alemanha enfrenta uma situação ironicamente curiosa. Tornou-se finalmente imperial, e os olhos da Europa agora se voltam para a cadeira da chanceler alemã (BECK, 2015, p. 11).

Assim, a partir da apresentação do conceito e dos dados econômicos alemães, infere-se que Potência Comercial trata-se de um Estado economicamente forte, dependente do

comércio internacional e, desta forma, tendo como principal objetivo de política externa a ampliação de suas possibilidades econômicas da forma mais abrangente possível e, por meio da facilitação e da normatização das regras do sistema internacional, visando a um desimpedido acesso a mercados.

Assim, com base nas considerações acima a respeito dos dois modelos através dos quais a Alemanha teria o seu papel na política mundial, infere-se que o perfil de potência civil fortalece o de potência comercial e vice-versa, uma vez que ambos possuem características e instrumentos de política externa muito similares. Entretanto, embora ambos os atributos objetivem um ambiente pacífico e uma menor utilização da força militar, eles divergem quanto a alguns objetivos, pois, para uma Potência Civil, mais importante do que a prosperidade ou a performance econômica, a “civilização” das relações internacionais e o fortalecimento das instituições multilaterais adquirem maior importância (KUNDNANI, 2011), enquanto que para uma Potência Comercial, o objetivo máximo de política externa é a maximização dos interesses econômico-comerciais, seja por vias multi ou unilaterais.

2.2 UMA POTÊNCIA NO CORAÇÃO DA EUROPA: UM BREVE RESUMO HISTÓRICO

Ainda que o passado não condicione de maneira definitiva e totalmente o presente, conhecer a formação histórica de um Estado-nação contribui fortemente para o entendimento dos seus processos contemporâneos. No que diz respeito ao caso alemão, esta é uma história marcada por inúmeras rupturas e recomeços e, segundo Lohbauer (2000, p. 321), “a complexidade de sua história nunca fará da Alemanha um país convencional”.

2.2.1 De Bismarck à Brandt: rupturas e recomeços

Numerosos e diversos reinos compunham o atual território da Alemanha, até o ano de 1871. Sob liderança da Prússia, o maior e mais poderoso reino da região à época, o Kaiser Guilherme I e Otto von Bismarck – posteriormente chanceler da Alemanha unificada – ,souberam subjugar as revoluções dentro do território alemão e manter uma monarquia conservadora, com sede na Prússia. Apesar de suas visões políticas conservadoras, Otto von Bismarck entendeu que a recém unificada Alemanha, avançando na industrialização e já forte economicamente e militarmente, amedrontava os seus vizinhos e, devido a isso, soube conduzir a política externa da Alemanha, voltada para o equilíbrio entre diversos polos de poder. A este fato deve-se a atitude cautelosa da Alemanha durante a Conferência de Berlim

em 1884-1885, quando da partilha da África entre as potências europeias da época, de forma a evitar constrangimentos.

Assim que a Alemanha emergiu como Estado-nação em 1871 e logo começou a destacar-se na industrialização, nasceu a Questão Alemã. Havia uma angústia ao procurar compreender se os alemães contentar-se-iam em ser uma pequena Alemanha, “país enxuto e dinâmico, que não almejaria abrigar todos os alemães étnicos e influenciariam o mundo como casa-de-força industrial e científica” ou se os alemães “buscariam impor-se como uma grande Alemanha, país expansionista a incomodar por todos os lados” (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

Devido a conflitos na condução da política externa entre o Kaiser Guilherme II, o qual aspirava uma projeção poderosa da Alemanha, e o chefe de Estado, Otto von Bismarck, que preferia manter a neutralidade e discrição de uma Alemanha em ascensão; Bismarck foi demitido em 1890. O inexperiente Kaiser não soube dar continuidade ao seu complexo sistema de alianças e ainda acabou gerando animosidades, as quais, posteriormente, culminariam na Primeira Guerra Mundial. Os alemães, que haviam pensado ser esta uma guerra rápida, enganaram-se e ainda subestimaram a organização da Tríplice Entente (Reino Unido, França e Império Russo).

A conclusão do primeiro conflito mundial, a Paz de Versalhes, foi dramática para a Alemanha. As reparações impostas para a Alemanha foram duras e severas. Além da exigência de entregar territórios aos vencedores; a Alemanha tornou-se responsável por pagar todos os danos materiais dos países vencedores, ou seja, o pagamento de vultuosas reparações monetárias. O “Sistema de Versalhes” instaurado a partir de então foi um marco para a história alemã, pois gerou uma crise econômica profunda, além de um sentimento de humilhação inimaginável entre a população. Internamente, a monarquia perdeu o seu espaço e a Alemanha viu o seu primeiro sistema republicano florescer, a República de Weimar. Esta conviveu em meio à hiperinflação, ao desemprego e a uma instabilidade política (foram 14 anos e 9 mudanças de governo).

A humilhação e a crise econômica pelas quais o país passava contribuíram para que grupos conservadores ganhassem forças até que, em 1933 o Partido Nacional-Socialista chegasse ao poder, liderado por Adolf Hitler. A Alemanha queria a devolução de suas colônias e o domínio de regiões sob a influência anglo-francesa. O cenário para a guerra estava preparado. Dessa forma, deflagra-se a Segunda Guerra Mundial, a qual trouxe, após 06 anos de intensos conflitos, uma devastadora derrota para a Alemanha, além da destruição de boa parte de sua infraestrutura. Após as desgastantes derrotas nas duas grandes guerras do século XX, o território alemão foi dividido em quatro zonas de influência pelos Aliados e, em

1949, dividida em dois países: Alemanha Ocidental - República Federativa da Alemanha (RFA), capitalista, e a Alemanha Oriental - República Democrática Alemã (RDA), socialista.

A capital da República Federativa Alemã foi transferida para Bonn e convencionou-se chamar o período que se inicia como “República de Bonn”. A política externa da RFA caracterizou-se pelo alinhamento automático com as potências ocidentais e com o novo líder do sistema internacional, os Estados Unidos. Esta foi uma estratégia do chanceler à época, Konrad Adenauer⁶ do partido CDU (*Christlich Demokratische Union Deutschlands*) - União Democrática Cristã -, como forma de readquirir a confiança dos Aliados após as atrocidades das guerras mundiais. Para “permanecer dentro do jogo”, a Alemanha teve que renunciar à plena soberania westphaliana e adaptar-se às novas regras. Neste contexto, uma das principais iniciativas de Adenauer foi tornar-se membro pleno da OTAN em 1955, além de ter aceitado a desmilitarização do país, bem como a manutenção de tropas estrangeiras estacionadas em seu território. Neste ínterim, constituiu-se também a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a partir do Tratado de Paris de 1951. Assim, “as duas guerras mundiais que conduziram a Alemanha à miséria e à destruição encarregaram-se de converter o que antes era uma tendência improvável em principal política de Estado: a integração europeia” (TRIZOTTO et al., 2013, p. 111).

Em 1970, uma coligação dominada pelo SPD (Partido Social-Democrata Alemão)⁷, tendo como sócios menores os liberais do FDP (Partido dos Democratas Livres)⁸, liderada por Willy Brandt, assumiu o governo alemão. Sua realização mais notável no âmbito externo foi a chamada *Ostpolitik* - aproximação com os países do Leste. Sua fórmula de “mudança através da aproximação” tinha o reconhecimento do *status quo* geográfico como pré-requisito da superação política desse *status quo* (OLIVEIRA, 2000). Devido a sua política de conciliação, Willy Brandt foi inclusive condecorado com o Prêmio Nobel da Paz, em 1972.

⁶ Konrad Adenauer foi eleito em 1949 como primeiro chanceler da Alemanha Ocidental entre 1949 e 1963. Foi reeleito em 1953, 1957 e 1961, e renunciou ao cargo em 1963.

⁷ O Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) é a segunda maior força no sistema partidário da Alemanha. Faz parte da família dos partidos social-democratas e socialistas democráticos da Europa e coloca como uma de suas principais questões a manutenção do Estado social. O SPD pode ser considerado de centro-esquerda, disputando com o partido CDU os votos de grande parte da população alemã. É considerado um partido pacifista e autodenomina-se um “partido da paz”. Na política externa, sempre preferiu opções neutras e é um questionador da segurança nacional, sendo um grande crítico dos exercícios das forças armadas em missões fora do país (SCHMIDT, 2011).

⁸ O Partido Liberal Democrata (FDP) tem como maior credo político a interferência mínima do Estado no mercado. O FDP possui maior apoio junto às classes sociais com maior poder econômico e nível de escolaridade mais alto.

2.2.2 Alemanha Reunificada: de Kohl a Schröder - mudanças e continuidades na Política Externa

A queda do muro de Berlim em 1989 e posterior desintegração da União Soviética contribuíram para a reunificação entre os dois Estados Alemães, a partir dos Tratados 2+4, celebrado em 12 de setembro de 1990. Os tratados consistiram ementendimentos entre a RDA e a RFA e as quatro potências de ocupação (Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética) e outorgava independência plena ao Estado alemão reunificado e marcava o início da República de Berlim. O chanceler da RFA em exercício, Helmut Kohl, liderou o processo de reunificação e assumiu o poder da Alemanha unificada com uma política híbrida (TRIZOTTO et al., 2013), que envolveu elementos tanto de apoio aos países ocidentais, mas também de reintegração do Leste Europeu. Na reconstituição do Estado Alemão, novamente, os diversos aspectos da Questão Alemã estiveram presentes. Consoante Schmidt (2011, p. 304):

[...] o novo poder relativo do país parecia indicar para uma posição mais forte da Alemanha no sistema internacional. Porém, perante a isto, o que ocorre é o contrário: uma continuação dos atributos de Potência Comercial e de Potência Civil, além do aumento pós-1990 da incorporação da Alemanha em organizações inter e supranacionais. O reavivamento de um novo império alemão ou ainda o nascimento de um “Quarto Reich” (*Viertes Reich*) fica fora de cogitação depois de 1990.

No que tange a supranacionalidade, o período pós-reunificação da Alemanha viu a integração regional avançar: em 1992, o Tratado de Maastricht marca o estabelecimento de uma unidade monetária comum aos países comunitários. A partir daquela data, com a denominação de União Europeia, o bloco passaria a ter três pilares: a UEM - União Econômica Monetária - (a entrar em vigor em 1º de janeiro de 1999); a Política Exterior e de Segurança Comum (PESC); e a Política Doméstica e Jurídica comum.

Gerhard Schröder foi chanceler da Alemanha entre 1998 a 2005, como líder do SPD; tendo sua política externa marcada pela maior autonomia e independência na formulação de opinião e tomada de decisões. De acordo com Ménudier (2010, não paginado), “o unilateralismo da política estadunidense incomodava Berlim cada vez mais”. Apesar da “solidariedade ilimitada” prometida a George W. Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001, Gerhard Schröder rompeu com os Estados Unidos de maneira marcante, recusando o envolvimento da Alemanha na guerra contra o Iraque. De acordo com Schmidt (2011, p. 307), “Schröder era mais duro e perseverante nesta questão de autonomia do que qualquer outro chanceler alemão e costumava afirmar: as questões existenciais da nação alemã serão decididas em Berlim e em nenhum outro lugar”.

Schröder conferiu maior aproximação com a Rússia e com a China, bem como um grande esforço em galgar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com relação à União Europeia, onze novos membros do Leste Europeu foram incorporados e, assistiu-se à conformação de uma área de projeção econômica na qual a Alemanha detém claras vantagens comparativas em relação a seus concorrentes. Tal governo também foi marcado pelo primeiro exercício militar alemão após a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que, a pedido da OTAN, o país auxiliou em uma intervenção humanitária no Kosovo contra o exército sérvio. O fato de o parlamento alemão ter aprovado tal ação repercutiu na imprensa alemã da época. Apesar de o governo Schröder ter sido o governo mais a esquerda que a Alemanha havia tido, muitos consideraram a intervenção um sinal de que agora a República Federal estava adulta e madura o suficiente para desprender-se das “amarras do passado” (CÂMARA, 2013).

No que concerne aos condicionantes históricos, a importância destes na política externa alemã reside no fato de o país ser, de certa forma, uma “Jovem Nação” (HÜTHER, 2014) a qual, além de ter se unificado tardiamente como Estado no sentido westphaliano, esteve no centro dos acontecimentos que modificaram o século XX, a saber: a 2ª Revolução Industrial, a 1ª Guerra Mundial, a ascensão dos regimes de extrema-direita, a 2ª Guerra Mundial, a Guerra Fria e a bipolaridade do sistema internacional. Estes eventos alteraram não apenas o formato geográfico do país, mas também influenciaram a cultura e o modo de pensar e agir do povo alemão, o que consequentemente tem reflexos na política e na maneira de como a Alemanha vê o mundo. Desta forma, quando falamos da Alemanha que conhecemos hoje, estamos falando de um país que existe nesta forma geográfica desde 1990, ou seja, há apenas 25 anos.

3 A POLÍTICA EXTERNA DA GRANDE COALIZÃO: ANÁLISE DO 1º GOVERNO DE ANGELA MERKEL (2005-2009)

Tendo posse dos conceitos que norteiam a presente pesquisa, bem como do espectro histórico que permeia a atual Alemanha, temos embasamento para prosseguir a análise da política externa da administração que desde 2005 lidera o governo alemão, o da chanceler Angela Merkel⁹, a primeira mulher e primeira nacional oriunda da ex-República Democrática Alemã a ocupar o posto de Chanceler Federal.

O primeiro mandato (2005-2009) exercido por Merkel foi o resultado das eleições parlamentares de 18 de setembro de 2005. Tal resultado não significou, de início, uma substancial mudança de curso na política externa com relação ao seu antecessor, Gerhard Schröder, que havia sido chanceler entre 1998 até 2005, como líder do SPD- Partido Social-democrata Alemão. A União (CDU+CSU)¹⁰ ganhou as eleições de forma apertada e necessitou formar uma grande coalizão com o SPD. Frank-Walter Steinmeier (SPD), com o qual Schröder tinha uma relação próxima de confiança, assumiu o Ministério das Relações Exteriores, fato que parecia significar uma garantia de continuidade neste âmbito político. Schröder e Fischer, entretanto, deixaram aos seus sucessores uma herança da política externa nem um pouco leve:

A União Europeia encontrava-se em uma forte crise depois do fracasso do Tratado de Constituição; a grande energia que Berlin dispensou para obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU foi sem resultados e o relacionamento com importantes aliados como EUA, Polônia, Itália e Israel estavam “pesados”. No entanto, a Alemanha provou ser, na Guerra do Kosovo, um parceiro de aliança confiável, além de ter conferido mais impulso a integração no continente do que qualquer outro grande Estado da União Europeia (BIERLING, 2014, p. 154).

Em seu discurso de posse, Merkel inicia o tópico da política externa tratando sobre a política para a Europa em meio à “crise” que a organização enfrentava devido ao fracasso do

⁹ Nascida em 1954, em Hamburgo, é doutora em física pela Universidade de Leipzig. Antes de ser eleita Chanceler Federal em 2005, Merkel foi membro do Bundestag (a partir de dezembro de 1990), Ministra das Mulheres e da Juventude (1991-1994), Ministra do Meio Ambiente (1994-1998), Secretária-Geral (1998-2000) e Presidente do seu partido CDU (Christliche Demokratische Union) - União Democrata Cristã - entre 2000 a 2005.

¹⁰ Os partidos do que se convencionou chamar de União (CDU/CSU) fazem parte da família europeia de partidos democrata-cristãos, concorrem na Alemanha – com exceção da Baviera – com o nome de União Democrata Cristã da Alemanha (CDU). Na Baviera a CDU não possui um diretório regional, deixando a representação a cargo da União Social Cristã (CSU). No Parlamento Federal os deputados de ambos os partidos uniram-se para formar uma bancada comum, a União. Esta pode ser considerada de centro-direita e integram-na grande parte dos setores empresariais, de comerciantes e profissionais liberais, tornando-o um dos principais partidos dentro do parlamento alemão. Em termos de política externa, a União é considerada o “clássico partido da aliança ocidental” (SCHMIDT, 2011).

Tratado de Constituição de 2004¹¹. Merkel afirma ser necessário gerar novos impulsos para a UE:

Nós podemos superar a crise juntamente com os nossos vizinhos e parceiros, e isto significa com os “grandes” e com os “pequenos”. Eu acredito que a função da Alemanha, até mesmo devido a sua localização geográfica, é ser um ator mediador e promotor do equilíbrio. [...] Nós queremos conduzir ao sucesso do Tratado de Constituição, ainda que hoje isto pareça ilusório. Sem uma própria auto definição, a Europa não é possível.¹² (MERKEL, 2005, p. 28).

Concernente à relação com os Estados Unidos e a OTAN, a chanceler reconhece a importância da OTAN, afirmando que esta “é e permanece a principal âncora da segurança coletiva europeia” e, quanto aos Estados Unidos afirma: “o novo governo irá investir todo o seu vigor para gerar proximidade através de uma parceria transatlântica verdadeira, aberta e confiável¹³” (MERKEL, 2005, p. 31). Merkel também comenta a respeito de uma proximidade de valores entre a Alemanha e os Estados Unidos, uma vez que ambos possuem o mesmo entendimento de “Paz e Liberdade, Democracia e Estado de Direito, Igualdade e Tolerância¹⁴” (MERKEL, 2005, p. 32).

O próximo ponto tratado no discurso diz respeito às parcerias globais. Merkel afirma que a Alemanha “precisa de parceiros pelo mundo mais do que nunca¹⁵” (MERKEL, 2005, p. 32). Destes, o primeiro mencionado foi a Rússia, denominado como “um parceiro estratégico e econômico importante”, além de “indispensável para a luta contra o terrorismo e para a estabilidade europeia política¹⁶” (MERKEL, 2005, p. 32). Quanto a Israel, Merkel afirma

¹¹ O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa (2004), com objetivos idênticos aos do Tratado de Lisboa, foi assinado, mas não chegou a ser ratificado.

¹² Do original: “Wir können sie aber nur gemeinsam mit unseren Nachbarn, mit unseren Partnern meistern, und zwar den großen und den kleinen. Ich glaube, dass Deutschlands Aufgabe auch aufgrund seiner geografischen Lage darin bestehen sollte, Mittler und ausgleichender Faktor zu sein. [...] Wir wollen den Verfassungsvertrag, auch wenn das heute zum Teil illusorisch erscheint, zu einem Erfolg machen. Ohne ein eigenes Selbstverständnis ist Europa nicht möglich” (MERKEL, 2005, p. 28).

¹³ Do original: “Die neue Bundesregierung wird sich mit aller Kraft für ein enges, ehrliches, offenes und vertrauensvolles Verhältnis in der transatlantischen Partnerschaft einsetzen” (MERKEL, 2005, p. 31).

¹⁴ Do original: “Wir fühlen uns im Blick auf die transatlantische Partnerschaft den gleichen Werten verpflichtet - das ist viel in dieser Welt -: Frieden und Freiheit, Demokratie und Rechtsstaatlichkeit, Gerechtigkeit und Toleranz” (MERKEL, 2005, p. 32).

¹⁵ Do original: “Wir brauchen deshalb unsere Partnerschaften in der Welt dringender denn je” (MERKEL, 2005, p. 32).

¹⁶ Do original: “Russland ist ein wichtiger Wirtschaftspartner. Aber Russland ist genauso ein Verbündeter im Kampf gegen den internationalen Terrorismus und natürlich als Land für die politische Stabilität Europas unverzichtbar” (MERKEL, 2005, p. 32).

haver “uma grande responsabilidade por parte da Alemanha”, porém também menciona o direito do povo palestino de possuir também o seu próprio Estado¹⁷ (MERKEL, 2005, p. 33).

Finalmente, Merkel reconhece a importância do multilateralismo e das instituições internacionais face à globalização: “Para nós, e este é o nosso entendimento conjunto, a ONU necessita ter um lugar central na solução de conflitos” (MERKEL, 2005, p. 34). Posiciona-se favorável a uma reforma na ONU, dizendo estar preparada para “agir com mais responsabilidade por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança¹⁸” (MERKEL, 2005, p. 34). Por fim, verifica-se o tom otimista que permeou boa parte do primeiro discurso de posse de Angela Merkel, o qual esteve também na última frase do pronunciamento: “A Alemanha pode mais e disto eu tenho certeza, a Alemanha é capaz¹⁹” (MERKEL, 2005, p. 34).

Isto posto, constata-se que o primeiro discurso de posse da chanceler foi amplamente contemplado pelas orientações de uma Potência Civil, dada a ênfase concedida à aspiração alemã em concentrar-se em alianças e cooperar com seus parceiros, tanto em nível multilateral, como na União Europeia e na ONU; mas também em nível bilateral, nas relações mencionadas com os Estados Unidos, Rússia e Israel. O papel da segurança coletiva também é contemplado a partir da afirmação da chanceler de que a OTAN é a principal âncora da segurança alemã.

Seguindo a mesma linha de princípios de Merkel, o Ministro das Relações Exteriores da grande coalizão, Frank-Walter Steinmeier, em seu discurso de posse, faz uma apreciação geral de como a Alemanha era vista por seus vizinhos e parceiros internacionais:

[...] com uma grande expectativa de nosso país e do novo governo. Eles esperam, no futuro, a responsabilidade e o empenho da Alemanha na Europa, nos Bálcãs, no futuro de nosso continente e, ainda mais longe, também no Afeganistão, no Oriente Médio, na guerra ao terror, na luta contra a proliferação de armas de destruição em massa, no comprometimento por um comércio internacional livre e justo, bem como na proteção ambiental internacional. [...] A Alemanha tem sido capaz de determinar nos últimos 15 anos o seu lugar no mundo novamente, [...] tornando-se um país

¹⁷Do original: “Deutschland steht zu Israel in einer ganz besonderen Verantwortung. [...]Ebenso bekräftigen möchte ich allerdings das Recht des palästinensischen Volkes auf einen eigenen Staat”(MERKEL, 2005, p. 33).

¹⁸Do original: “Angesichts der Globalisierung nimmt die Bedeutung der internationalen Institutionen zu. Für uns - das ist unser gemeinsames Verständnis - muss die UNO der zentrale Ort der Konfliktlösung werden und dies dann auch bleiben. [...] Wir werden uns bemühen - ich halte es für ganz wichtig, dass wir das schaffen -, bei der Reform der UNO gemeinsame europäische Positionen durchzusetzen. Wir bleiben bereit, mit der Übernahme eines ständigen Sitzes im Sicherheitsrat mehr Verantwortung zu übernehmen”(MERKEL, 2005, p. 34).

¹⁹Do original: “Deutschland kann mehr und ich bin überzeugt, Deutschland kann es schaffen” (MERKEL, 2005, p. 34).

parceiro e digno de confiança nas Nações Unidas, multilateral e atento aos direitos humanos e ao direito internacional²⁰(STEINMEIER, 2005, p. 01).

Assim como Angela Merkel, Steinmeier também expressa de forma positiva as relações bilaterais com os Estados Unidos, declarando fortemente as intenções da Alemanha de ser para os Estados Unidos um parceiro crítico-constructivo, em parte como agradecimento pela ajuda que a Alemanha obteve no passado, e também devido a responsabilidade conjunta por uma paz justa na nova ordem mundial. Além disso, Steinmeier também declara haver um “grande número de interesses em comum entre Estados Unidos e Alemanha” e que enxergava boas perspectivas no futuro²¹(STEINMEIER, 2005, p. 04). Assim como Merkel, Steinmeier também faz uma referência positiva às relações com a Rússia, indicando que seria do interesse da Alemanha uma Rússia voltada para o Ocidente, uma vez que se trata de “um parceiro indispensável para a paz e a estabilidade na Europa e nas regiões vizinhas²²” (STEINMEIER, 2005, p. 04).

Steinmeier explora ainda a respeito de dois temas que, em 2005, traziam grande significado para a política externa europeia. O primeiro ponto diz respeito à preocupação com o programa nuclear do Irã e se a energia nuclear produzida naquela época teria mesmo somente fins pacíficos. Steinmeier afirmou ser uma negociação conjunta com a AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica - o melhor caminho. Em consonância com Merkel, Steinmeier também afirma: “Ninguém tem o direito de colocar em questão a existência do Estado de Israel²³”(STEINMEIER, 2005, p. 06), em uma clara alusão do apoio alemão ao Estado israelense. O próximo ponto tratado concerne à União Europeia, em que Steinmeier já

²⁰Do original: “Unsere Freunde und Partner sehen mit großen - ich finde sogar: mit riesigen - Erwartungen auf unser Land und die neue Bundesregierung. Sie erwarten, dass wir auch in Zukunft Verantwortung und Gestaltungswillen für Europa, für den Balkan, für die Zukunft unseres Kontinents und auch weit darüber hinaus, etwa in Afghanistan, im Nahen und Mittleren Osten, bei der Bekämpfung des internationalen Terrorismus, beim Kampf gegen die Verbreitung von Massenvernichtungswaffen, beim Einsatz für einen freien und fairen Welthandel und beim internationalen Klimaschutz zeigen. [...] nämlich ein verlässlicher Partner in den Vereinten Nationen zu sein, multilateral aus Überzeugung und in Achtung des Völkerrechts und der Menschenrechte [...] Wir haben gemeinsam den Kampf gegen den internationalen Terrorismus aufgenommen und sowohl im Bereich der Innen- und Justizpolitik als auch, wie ich meine, in der Außenpolitik das Notwendige getan, ohne die Prinzipien von Toleranz und Rechtsstaatlichkeit aufzugeben” (STEINMEIER, 2005, p. 01)

²¹Do original: “Ich betone ausdrücklich: Wir wollen gute und, wo nötig, auch kritisch-konstruktive Partner sein, und zwar aus Dank für die Hilfe, die wir in der Vergangenheit erfahren haben, und aus der gemeinsamen Verantwortung für eine gerechte und friedliche Weltordnung. Im Übrigen - das ist nicht unwesentlich - war ich mir mit den amerikanischen Gesprächspartnern darin einig, dass wir an den Differenzen der Vergangenheit, die es durchaus gab, gearbeitet haben, und zwar auf beiden Seiten des Atlantiks erfolgreich und mit Zukunftsperspektiven. Wir haben eine Vielzahl gemeinsamer Interessen”(STEINMEIER, 2005, p. 04).

²²Do original: “[...] ein Russland, das sich nach Westen orientiert, in unserem gemeinsamen Interesse liegt und weil Russland ein unverzichtbarer Partner für Frieden und Stabilität in Europa und den Nachbarregionen ist”(STEINMEIER, 2005, p. 04).

²³Do original: “Niemand hat das Recht, das Existenzrecht Israels infrage zu stellen”(STEINMEIER, 2005, p. 06).

demonstra uma preocupação devido à falta de consenso a respeito da estrutura financeira europeia. Tal quadro poderia agravar com a introdução de novos membros e Steinmeier conchama o apoio dos demais estados do bloco em uma tentativa de unificação a respeito desta questão.

Destarte, verifica-se igualmente no discurso de Steinmeier, uma tendência a explorar as características de Potência Civil. Exemplo disto ocorre na primeira parte de seu discurso em que ele aborda a propagação de valores universais como os direitos humanos, o direito internacional, proteção climática internacional e a eliminação das armas de destruição em massa, e também por reconhecer o multilateralismo como um bom caminho, como no caso da AIEA. Além disso, Steinmeier também atribui importância à cooperação com os Estados Unidos, Rússia e Israel. Por outro lado, é possível visualizar elementos de Potência Comercial no discurso do ministro, ao mencionar o comprometimento alemão por um comércio livre e justo e ao demonstrar preocupação na estrutura financeira da União Europeia. Logo, ambos os atributos estão presentes em seu discurso.

Desta forma, a partir da apresentação dos discursos oficiais de posse pronunciados pelos principais personagens de política externa do país em 30 de novembro de 2005, observa-se uma recorrência dos seguintes temas: União Europeia, relações com os Estados Unidos e com a OTAN, papel das instituições internacionais, relações com a Rússia e relações com Israel. Logo, as seções seguintes abordam as principais políticas adotadas pela Alemanha por território/tópico.

3.1 POLÍTICA PARA A EUROPA: O SUCESSO DO TRATADO DE LISBOA

A rejeição da proposta de Constituição Europeia pelas populações da França e dos Países Baixos, em meados de 2005, através de plebiscitos, além de ter colocado a criação do Estado Europeu em cheque e ter sido considerada uma derrota para o processo de integração encabeçado pela Alemanha (TRIZOTTO et al., 2013), causou divisões internas e uma crise política europeia até esta data.

Quando a Alemanha assumiu a presidência de turno da União Europeia em 1º de janeiro de 2007, Merkel manteve a ideia central de Schröder/Fischer de reestruturação do arcabouço institucional da União Europeia por meio de um “tratado constitucional”. Em discurso, ao assumir a presidência, Merkel afirma:

Os pontos fortes e a capacidade de atuação da União Europeia precisam ser garantidos, o que não é o caso dos atuais tratados em vigor. Na segunda metade de nossa presidência nosso principal e intensivo compromisso será com a questão de como dar prosseguimento ao Tratado de Constituição²⁴ (MERKEL, 2007a, p. 04).

Desta forma, “depois de intensas tratativas, a Alemanha conseguiu, no primeiro semestre de 2007, o assentimento de seus pares [...] Pela “Declaração de Berlim”, de 27 de março de 2007, os vinte e sete países se comprometeram, até as eleições europeias de 2009, em estabelecer um “novo fundamento comum”.” (CÂMARA, 2013, p. 261). Em 21 de junho de 2007, o Conselho Europeu de chefes de Estado e/ou de Governo reuniram-se em Bruxelas para estabelecer os itens do novo tratado. Angela Merkel liderou as negociações na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Europeu, as quais duraram até a manhã de 23 de junho de 2007. Tais negociações não aconteceram sem divergências, vindas especialmente da Polônia e do Reino Unido.

Estas divergências incluem as reservas da Grã-Bretanha contra a incorporação juridicamente vinculativa da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia no texto do tratado, e as resistências da Polônia contra uma alteração às regras existentes no processo de votação e distribuição de votos (BIERLING, 2014, p. 188).

A solução encontrada pela liderança alemã foi estabelecer um protocolo adicional à Carta, segundo o qual a Grã-Bretanha e a Polônia não teriam suas leis nacionais afetadas. Logo, como alternativa à Constituição rejeitada em 2005, surge o Tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007 e entrando em vigor em 1º de dezembro de 2009.

De acordo com Bierling (2014, p. 189), “o mais importante era que, com a assinatura do Tratado de Lisboa, a grave crise que paralisou a União Europeia durante dois anos, pode ser superada”. Ao fim de seu mandato na presidência rotativa da União Europeia, a Alemanha teve seu papel elogiado por José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia: “A presidência alemã alcançou tal sucesso, que realizou aquilo que, há alguns meses e até há algumas semanas atrás, era considerado inalcançável” (BIERLING, 2014, p. 188).

Entretanto, o Tratado de Lisboa, fruto da liderança ativa da Alemanha no Conselho europeu, foi alvo de questionamentos na política interna alemã, especialmente por parlamentares dos partidos CSU e do PDS/Linke²⁵. Em sentença a este respeito, a Corte de

²⁴Do original: “Stärke und Handlungsfähigkeit der Europäischen Union müssen gewährleistet sein. Mit den bestehenden Verträgen ist das nicht der Fall. In der zweiten Hälfte unserer Präsidentschaft wird uns daher die Frage, wie es mit dem Verfassungsvertrag weitergehen soll, intensiv beschäftigen” (MERKEL, 2007a, p. 04).

²⁵A Esquerda (die Linke) ou Partei des Demokratischen Sozialismus (PDS – Partido do Socialismo Democrático) é um partido político da Alemanha que prega o socialismo democrático e é atualmente o partido mais comprometido com a esquerda no Bundestag. Sua presença é especialmente forte nos cinco Estados que

Karlsruhe, instância máxima jurídica alemã, solicitou participação mais ativa do Governo Federal e dos Estados alemães (*Länder*) em futuras decisões do bloco. Ainda, “condicionou a participação da Alemanha em um eventual Estado federal europeu à ab-rogação da Lei Fundamental com a convocação de uma assembleia constituinte, nos termos do art. 146.” (CÂMARA, 2013, p. 261). Tal fato demonstra a presença da influência da política doméstica nas articulações externas da Alemanha, indicando para a impossibilidade de tratarmos os dois âmbitos como áreas políticas independentes.

De qualquer forma, o fato é que houve uma grande coragem do governo da grande coalizão em tomar frente a este projeto de revisão do Tratado de Constituição da UE, dada a renúncia anterior de França e Holanda. Ainda, “alguns progressos do tratado foram estabelecidos devido a iniciativas próprias do Estado Alemão, como a política social e econômica, a política climática, e a política externa”(HARNISCH, 2010, p. 517).

Todavia, Merkel não tomou apenas o Tratado de Constituição como sua bandeira, uma vez que ela sabia que a sociedade civil não teria tanto interesse com essa temática. Mais do que isso, ela procurou um tema que a população tomasse como um “tema da UE”. Assim, ela encontrou na bandeira da Proteção ao Clima um tema unificador a todos os países do bloco (BIERLING, 2014). Em março de 2007, ano da presidência rotativa da Alemanha na UE, os chefes de Estado e de Governo da União acordaram, sob liderança alemã, em tornar a União Europeia como pioneira da proteção climática mundial. “Assim, até o ano de 2020, deveriam ter consumo energético de 20% proveniente de fontes renováveis, além de reduzir 20% da emissão de gases” (BIERLING, 2014, p. 189).

Outro aspecto a ser destacado durante este período foi o esfriamento e as controvérsias ocorridas na relação bilateral entre França e Alemanha, o que Harnisch (2010) denominou de “falha da parceria franco-alemã”. A proposta de Nicolas Sarkozy de estabelecimento da “União para o Mediterrâneo”, comunidade de países que circundam o Mar Mediterrâneo, foi objeto de maior desavença com a Alemanha e com os países setentrionais europeus, os quais não foram consultados a respeito nem convidados para participar das primeiras tratativas (CÂMARA, 2013). Por insistência destes países, a organização, criada em 13 de julho de 2008, tem na União Europeia um membro, ainda que muitos países do bloco não façam fronteira com o Mar Mediterrâneo. À época, o governo federal alemão deixou bem claro que se opunha a limitar a adesão à União do Mediterrâneo apenas para os países da UE que fazem

foram incorporados à Alemanha após a reunificação. Como um partido que defende o tema da justiça social, ele concorre especialmente com o SPD. De acordo com CÂMARA, 2013, p. 107, existe um certo “consenso entre todos os partidos com representação no Bundestag sobre as linhas cardinais da diplomacia alemã (com a exceção do PDS/Linke, que defende a retirada da Alemanha da OTAN.”

fronteira com o Mediterrâneo, uma vez que, assim como outros membros da UE, a Alemanha é também afetada pela evolução nos países do Norte da África - através do espaço comum de Schengen (HARNISCH, 2010). O temor de Angela Merkel era de que a União do Mediterrâneo acontecesse de forma paralela a União Europeia e, assim, fragilizasse a estrutura do bloco, causando possíveis divisões.

Harnisch (2010) e Wendler (2010) também atentam para o fato dos desentendimentos franco-alemães no que concerne a temas econômicos e financeiros, uma vez que Paris e Berlim vinham discordando há tempos a respeito do significado da intervenção econômica governamental, tanto que debates sobre a independência do Banco Central Europeu tornaram-se parte integrante das consultas bilaterais (HARNISCH, 2010). Nesta discussão, Berlim sempre manteve um ponto de vista mais cético, de controle orçamentário e defensor da independência do BCE, tendo também em vista evitar o aumento de impostos objetivando as eleições de 2009.

No que tange a entrada de novos membros, Merkel diferenciou-se de Schröder ao retirar o apoio alemão à adesão da Turquia ao bloco regional. “A seu ver, as relações entre Ancara e Bruxelas devem-se limitar a uma “parceria privilegiada”.” (CÂMARA, 2013, p. 262). Neste ponto, Merkel entrava em conflito com o seu Ministro de Relações Exteriores, Steinmeier, o qual era favorável à entrada da Turquia em uma perspectiva da UE como instrumento necessário para a democracia turca, conquanto a Turquia preenchesse os pré-requisitos para a entrada. Merkel e o seu partido CDU, entretanto, mantiveram seu ceticismo com relação a este ponto (HARNISCH, 2010).

Segundo Wendler (2010), a Política para a Europa é tida como uma das áreas de trabalho de maior sucesso da grande coalizão. De longe, o maior reconhecimento da Alemanha pelos demais países europeus foi a sua presidência no Conselho Europeu no primeiro semestre de 2007, tornando possível o Tratado de Lisboa. Desta forma, “o governo Merkel apresentou-se como um defensor do aprofundamento da integração europeia” (WENDLER, 2010, p. 535).

Entretanto, este período é também marcado pela erosão gradual do consenso da União Europeia (WENDLER, 2010). A Alemanha teve que mediar, durante este período, desentendimentos tanto externos quanto internos com relação ao papel e a durabilidade do bloco. Os desentendimentos externos, os quais já foram mencionados acima, expressam-se principalmente na indisposição com a França e também nos questionamentos levantados por Reino Unido e Polônia durante a negociação do Tratado de Lisboa. Internamente, a Alemanha também viu o consenso com relação à União Europeia esfacelarem-se quando da sentença da

Corte Jurídica Alemã, que prescreveu mais influência das federações alemãs nas definições de política europeia, gerando um certo constrangimento para a Alemanha, que tanto esforçou-se para a assinatura do Tratado de Lisboa, mas que sofreu reveses internos quanto ao seu conteúdo. Isto significa que, a União Europeia, a instituição supranacional sempre vista com tão bons olhos pelos europeus, considerada a grande possibilidade alemã de inserção mundial de forma pacífica e também tomada como exemplo mundial enquanto bloco econômico regional, passa a sofrer críticas e questionamentos intra-bloco, quanto a sua capacidade de expansão e consenso nas questões vitais europeias.

Quanto à correlação entre a política para a Europa do 1º governo Merkel e os conceitos de Potência Civil e Potência Comercial, percebe-se que, durante a presidência alemã no Conselho Europeu, no primeiro semestre de 2007, esta apresentou um comportamento típico de Potência Civil, dado o seu engajamento para o fortalecimento da União Europeia, por meio do Tratado de Lisboa, do qual a Alemanha foi a grande articuladora. Ainda, outra característica de Potência Civil apresentada neste período foi o pioneirismo nas questões climáticas, em que a Alemanha trouxe para a agenda da instituição um tema tido como “valor universal”, ou seja, também distinção de uma potência civil. Na questão do desgaste com a França, devido à União para o Mediterrâneo, a Alemanha novamente visava ao fortalecimento da instituição multilateral a fim de evitar divisões internas no bloco, ou seja, novamente agiu como uma Potência Civil. Entretanto, nos desentendimentos econômicos entre os dois países, percebe-se que o objetivo maior alemão é a sua estabilização econômica por meio de suas regras nas instituições, o que seria, portanto uma particularidade de Potência Comercial. Assim, no primeiro tópico analisado - a presidência alemã no Conselho Europeu - esta se constituiu de ações do atributo de Potência Civil, enquanto que os desentendimentos bilaterais com a França tiveram aspectos dos dois conceitos.

Ainda que a presidência alemã na União Europeia desde 2007 tenha sido considerada um sucesso e conduziu ao melhoramento dos ânimos entre os países do bloco, o período do 1º governo de Merkel também foi marcado pelo início da crise do Euro, iniciada com a crise do *subprimen*os mercados imobiliários dos Estados Unidos, no ano de 2008. Este tema, entretanto, será melhor explorado no próximo capítulo.

3.2 AMIGOS, MAS NÃO SEM OBJEÇÕES: RELAÇÕES COM OS EUA/OTAN

Angela Merkel, no início de 2003, foi uma das principais opositoras a criticar publicamente a decisão de seu antecessor, Gerhard Schröder, em não apoiar a guerra do Iraque. Por conseguinte, especialmente no início de seu mandato, Merkel tinha como objetivo libertar-se dos antagonismos gerados pela retórica conflituosa para com os Estados Unidos durante o governo de seu predecessor. Desta forma,

[...] para o presidente norte-americano, George W. Bush, a eleição de Merkel veio em um momento oportuno, uma vez que ansiava por um novo governo alemão após o conflito com Schröder. Para Bush, era também necessário superar o isolamento internacional em que se encontrava devido às ações unilaterais que havia tomado, como a guerra no Iraque e a retórica belicosa. Assim, ocorreu uma afinidade entre o presidente e a chanceler (BIERLING, 2010, p. 238).

Menos de dois meses após ser empossada como chanceler da Alemanha, Merkel viaja a Washington em 12 de janeiro de 2006, em uma visita que ela denomina como “encontro entre amigos”. Ainda que tenha recorrentemente expresso a sua intenção de reestabelecer uma melhora no diálogo com o parceiro transatlântico, Merkel não o fez sem objeções. Durante esta visita, a chanceler assinalou a “existência de opiniões diferentes” no relacionamento bilateral, em questões como a ameaça do terrorismo e a prisão de Guantánamo, em Cuba. Desta forma, “com as suas críticas ao governo estadunidense, Merkel procurava deixar claro que, mesmo entre “amigos”, ela representava uma política externa baseada por valores com os seus próprios princípios” (BIERLING, 2014, p. 238). Como bem assinalou Harnisch (2010, p. 515): “nos quatro anos de cooperação entre a grande coalizão com a segunda administração Bush foram maiores as áreas coincidentes, mas não menores as de divergência”.

De acordo com Harnish (2010), “a cooperação entre os dois países foi geralmente baseada em três campos políticos: a Política para a OTAN, a política econômica mundial e a guerra conjunta ao terror”. Como já visto nos discursos de posse, a OTAN foi mencionada por Angela Merkel como a âncora da política de segurança e de defesa da Alemanha, tomada como o principal espaço do diálogo transatlântico de segurança. Ademais, “[...] o governo Merkel atribui à OTAN, e assim também aos Estados Unidos, como líder da aliança, uma importante função para a estabilização da situação pós-soviética” (HARNISCH, 2010, p. 515). Por conseguinte, durante a Cúpula da OTAN em Bucareste, em abril de 2008, a Alemanha endossou Carta do Adriático, composta por Albânia, Croácia e Macedônia, e

instigou a um maior diálogo com Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Sérvia (HARNISCH, 2010).

Seguindo este mesmo raciocínio de estabilização da região pós-soviética, também durante a Cúpula de Bucarest, a Alemanha opôs-se à tentativa de Bush de incluir imediatamente a Geórgia e a Ucrânia no Plano de Ação para Adesão (*Membership Act Plan*). Assim, o pedido para o processo de aliança com Geórgia e Ucrânia, duas antigas repúblicas soviéticas, foi negado; oposto principalmente por França, Alemanha e Itália, apesar de muita pressão a favor da aceitação por parte dos Estados Unidos.

A sombra de Moscou, entretanto, é visível na postura alemã. Entre os membros mais importantes da União Europeia, a Alemanha foi o país que mais demonstrou, nos últimos anos, disposição de levar em consideração as preocupações de segurança da Rússia. Berlim teme que a aproximação prematura de Ucrânia e Geórgia feche as portas do Kremlin à colaboração em assuntos delicados, como desarmamento, e as torneiras do gás que consome: a maior parte dele, russo (NINIO, 2008, não paginado).

Até o final da ocupação militar americana no Iraque, em 15 de dezembro de 2011, Merkel optou pela não participação militar alemã naquele país. Porém, para compensar esta ausência, prosseguiu com o ativo engajamento das forças armadas alemãs (Bundeswehr) na missão da OTAN (ISAF - International Security Assistance Force) no Afeganistão. O contingente alemão tem sido o terceiro maior (depois dos EUA e do Reino Unido), com atribuições também em tarefas civis por meio de Equipes de Reconstrução Provincial - *Provincial Reconstruction Teams* - (CÂMARA, 2013).

O segundo veículo para a aproximação entre os dois países foi, segundo Harnisch (2010), a integração econômica no espaço transatlântico. Na cúpula UE-EUA, em abril de 2007, durante a presidência alemã no Conselho Europeu, foi criado o Conselho Econômico Transatlântico (*Transatlantic Economic Council*) entre os EUA e a União Europeia, sendo a Alemanha a principal articuladora do conselho, que tem como objetivo promover a cooperação econômica através do aumento do comércio e da criação de empregos entre as duas regiões. De acordo com Harnisch (2010, p. 516), “a chanceler Merkel e o presidente Bush avançaram importantes passos ao chegar a algum acordo sobre as regras para a indústria, propriedade intelectual, energia e meio ambiente”. Ademais, é importante salientar a importância econômica dos Estados Unidos para a Alemanha e vice-versa²⁶.

²⁶Segundo o site oficial da Casa Branca (UNITED STATES, 2011), as relações bilaterais entre EUA e Alemanha têm como centro as relações econômicas, já que, desde 1989, o investimento direto dos EUA na Alemanha mais do que quadruplicou e o investimento alemão nos Estados Unidos cresceu sete vezes.

Ainda, a terceira forma de intensificação das relações bilaterais deu-se no trabalho conjunto de política contra o terrorismo: “as autoridades de segurança e defesa dos EUA e da Alemanha trabalharam de forma aproximada e bem-sucedida” (HARNISCH, 2010, p. 516). De qualquer forma, Merkel não deixou de criticar a prisão de Guantánamo e as práticas de sequestro exercidas pelos funcionários da CIA:

No tocante à prisão em Guantánamo, às notícias de uso de métodos contrários ao direito humanitário internacional e às chamadas *illegalrenditions* perpetradas pelos serviços secretos dos EUA, Merkel foi mais além do que seu antecessor e não deixou de condená-las publicamente. (CÂMARA, 2013, p. 259).

Tal apreço entre EUA e Alemanha também pode ser estendido à gestão Barack Obama, uma vez que, durante as campanhas para as eleições presidenciais norte-americanas de 2008, Merkel (e a Alemanha) foram assinaladas com importância pelo candidato democrata ao escolher Berlim para realizar, em 24 de junho, seu único comício na Europa. Durante o discurso, Obama propôs uma “parceria nova e global” entre os dois continentes (CÂMARA, 2013).

As diferenças transatlânticas durante o primeiro mandato de Angela Merkel mostraram-se principalmente na política climática internacional, na qual a chanceler utilizou-se de instrumentos multilaterais como o G8 e a União Europeia, para pressionar os Estados Unidos a projetarem metas concretas para redução de gases carbono. Tal estratégia concretizou-se quando, no encontro do G-8 em Toyako no ano de 2008, o presidente Bush concordou nas reduções de gases CO₂ dos Estados Unidos em 50% até 2050 (BIERLING; STEILER, 2011). Outro ponto de discordância bilateral deveu-se ao voto contrário da Alemanha ao desejo dos Estados Unidos no *MembershipActionPlan* de Geórgia e Ucrânia na Cúpula da OTAN, em 2008, gesto que desagradou Washington e que salientou as diferenças militares entre os dois países. Neste tópico, observa-se uma Alemanha colaboracionista, tanto com a Rússia, seu parceiro a Leste, como também com seus demais parceiros europeus, como França e Itália. Ademais, vota contrariamente a expansão militar a Leste Europeu, demonstrando seu apreço ao pacifismo. Portanto, apesar de divergir dos Estados Unidos, a Alemanha votou considerando as suas características de Potência Civil.

No que tange ao empenho alemão no combate ao terrorismo internacional, observa-se um esforço de trabalho conjunto por parte da Alemanha, mas que ainda assim, gerou várias críticas pessoais da própria chanceler aos Estados Unidos, como é o caso da prisão de Guantánamo e a violação dos direitos humanos. Assim, a característica de propagadora de

valores universais, qualidade de uma Potência Civil, está presente neste tema. Ressalta-se, ainda, que as relações econômicas foram as únicas isentas de críticas e oposições por parte da Alemanha, tendo sido o aspecto bilateral mais fortalecido durante o período, devido ao Conselho Econômico Transatlântico firmado entre Estados Unidos e União Europeia, em 2007. Este último aspecto foi, portanto, uma particularidade da Alemanha como Potência Comercial.

Ainda que se tratem de relações entre “amigos”, mas não sem objeções, o governo da grande coalizão, em comparação com o governo anterior, mostrou um empenho visível para o estreitamento das relações com os Estados Unidos (HARNISCH, 2010). Observa-se que a chanceler utilizou-se de fóruns multilaterais, como a OTAN, a UE e a ONU, a fim de evitar confrontos bilaterais com os Estados Unidos, no caso da política climática e da expansão da OTAN a Leste, por exemplo. Assim, ainda que os dois atributos – Potência Civil e Comercial - estejam presentes nas relações bilaterais com os Estados Unidos durante o governo da grande coalizão, a Potência Civil tem um destaque, tanto na política para a OTAN quanto na guerra conjunta ao terror. Ou seja, ainda que os Estados Unidos sejam um importante parceiro econômico para a Alemanha, esta continuou propagando os valores universais e mantendo uma força militar contida, agindo como uma Potência Civil.

3.3 POLÍTICA MULTILATERAL: CHANCELER DO CLIMA

A adesão alemã em instituições multilaterais e a prontidão em estreitar cooperação com outros países, especialmente seus vizinhos da Europa Ocidental e os Estados Unidos eram, para a República Federal Alemã após a Segunda Guerra Mundial, uma condição básica para qualquer ação externa do país. Devido à restrição de sua soberania durante a Guerra Fria, a jovem República via no multilateralismo uma oportunidade de adquirir uma voz no sistema internacional (BIERLING; STEILER, 2011).

Segundo o portal oficial da Missão Permanente da Alemanha nas Nações Unidas (PERMANENT MISSION OF GERMANY TO THE UNITED NATIONS, 2015), a ONU é considerada pela Alemanha como um pilar central de sua política externa. A Alemanha, que se tornou membro oficial da ONU apenas em 1973, quando ainda era dividida em dois Estados, atualmente pleiteia um maior espaço e maiores responsabilidades dentro da instituição. Seu maior interesse pelas Nações Unidas deu-se especialmente a partir de 1990, após a dissolução da Guerra Fria e a reestruturação global. Em 1991, foi criada no Bundestag uma “Subcomissão Parlamentar para as Nações Unidas”. Já em 1992, “o Ministro do Exterior

Klaus Kinkel, em discurso no debate geral da 47ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentou pela primeira vez a pretensão alemã de ocupar um assento permanente em um Conselho reformado” (CÂMARA, 2013, p. 191). Em 20 de setembro de 2004, Brasil, Alemanha, Japão e Índia estabeleceram o G-4, visando a agir conjuntamente na reforma do CSNU. Neste âmbito, o predecessor de Angela Merkel, o chanceler Schröder teve uma ação articulada e de liderança.

Com Angela Merkel, a participação ativa da Alemanha no G-4 não foi diferente. Merkel manteve a Alemanha no G-4 e não deixou de reafirmar perante a Assembleia Geral das Nações Unidas a intenção de reformar o CSNU e garantir um assento permanente. Em seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU, em 25 de setembro de 2007, Merkel reitera a confiança da Alemanha no papel das Nações Unidas enquanto organismo internacional: “Nós precisamos fortalecer a capacidade de ação das Nações Unidas. Para mim, não há dúvida: O lugar onde as respostas comuns obrigatórias para os desafios globais podem ser dadas, é a Organização das Nações Unidas²⁷” (MERKEL, 2007b, p. 04).

Por conseguinte, alerta para a necessidade de reforma do organismo, especialmente do Conselho de Segurança, dada as importantes decisões tomadas no âmbito deste conselho:

O Conselho de Segurança precisa desenvolver propostas vinculativas geralmente rápidas em situações de crise. Para isso, ele deve ser legítimo. Contudo, em sua composição atual, o Conselho de Segurança, não reflete o mundo de hoje. Portanto, não há melhor maneira de contornar isso, senão adaptá-lo as realidades políticas contemporâneas²⁸ (MERKEL, 2007b, p. 04).

Neste contexto de reforma do Conselho de Segurança da ONU, Merkel explicita o intento alemão em pleitear um assento permanente: “A Alemanha está pronta a assumir maiores responsabilidades também com a ascensão de um assento permanente no Conselho de Segurança²⁹” (MERKEL, 2007b, p. 04). Em tal discurso, Merkel também demonstrou o status da Alemanha enquanto Potência Comercial ao conclamar para um trabalho conjunto em termos de responsabilidade social, mas principalmente de eficiência e regulamentação

²⁷Do original: “Wir müssen die Handlungsfähigkeit der Vereinten Nationen stärken. Für mich steht außer Frage: Der Ort, an dem verbindliche gemeinsame Antworten auf globale Herausforderungen gegeben werden können, sind die Vereinten Nationen” (MERKEL, 2007b, p. 04).

²⁸Do original: “Der Sicherheitsrat muss in Krisenfällen schnelle und allgemein verbindliche Vorschläge entwickeln. Dazu muss er legitimiert sein. In seiner jetzigen Zusammensetzung spiegelt der Sicherheitsrat nicht mehr die Welt von heute wider. Es führt deshalb kein Weg daran vorbei, ihn den politischen Realitäten anzupassen” (MERKEL, 2007b, p. 04).

²⁹Do original: “Deutschland ist bereit, auch mit der Übernahme eines ständigen Sicherheitsratsstitzes mehr Verantwortung zu übernehmen” (MERKEL, 2007b, p. 04).

econômica, enfatizando o direito à liberdade e condenando práticas isolacionistas e protecionistas.

Portanto, nós estamos nos esforçando para um acordo equilibrado e abrangente na área de comércio multilateral. Na prática, isso significa que nós objetivamos o sucesso da Rodada de Doha em breve. [...] Mercados financeiros transparentes e proteção efetiva da propriedade intelectual estão incluídos, bem como padrões mínimos legais e sociais. Pois estou convencida de que a concorrência leal não vai existir sem regras comuns³⁰ (MERKEL, 2007b, p. 03).

Merkel também aproveita a oportunidade para demonstrar o seu engajamento na política climática global e conchamar os países membros da ONU para também envolverem-se na causa, utilizando-se do espaço da Assembleia Geral para dar maiores passos, acordando planos conjuntos tendo em vista a próxima Conferência Mundial Climática, em Bali, em dezembro do mesmo ano³¹.

Durante sua presidência do G-7/G-8, em 2007, a qual, por coincidência, também no primeiro semestre da presidência do Conselho Europeu, Merkel conseguiu em Heiligendamm, Alemanha, cidade sede da cúpula do G8 em junho de 2007, que, pela primeira vez, os EUA, comprometessem textualmente a avaliar a possibilidade de redução de 50% de suas emissões até 2050, como demonstrado anteriormente. No campo de energia, a Alemanha teve papel preponderante para o estabelecimento, em janeiro de 2009, da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), medida que obteve grande repercussão regional e mesmo internacional (CÂMARA, 2013). Além disso, trabalhou ativamente à frente do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, agência da ONU (BIERLING, 2014). Assim, observa-se o intenso empenho da Alemanha na liderança global no que tange a política internacional para o meio ambiente, especialmente em seu primeiro governo. Tal empenho concedeu a Merkel o título de “Chanceler do Clima” pela mídia internacional.

Isto posto, constata-se que, a participação da Alemanha na ONU é a característica máxima de uma Potência Civil, que preza pela supranacionalidade e a atribuição a instituições multilaterais para a solução de problemas globais e, como acima exposto, considerada o pilar central da política externa alemã. Sua participação no G-4 e a tentativa de obter um assento permanente no CSNU é mais uma forma de garantir maior engajamento em instituições

³⁰Do original: “Deshalb streben wir nach einer ausgewogenen und umfassenden Einigung im Bereich eines multilateralen Handels. Das bedeutet konkret, dass wir die Doha-Runde bald zum Erfolg bringen. [...] Transparente Finanzmärkte und ein wirksamer Schutz des geistigen Eigentums gehören ebenso dazu wie rechtliche und soziale Mindeststandards. Denn ich bin überzeugt: Einen fairen Wettbewerb wird es ohne gemeinsame Spielregeln nicht geben” (MERKEL, 2007b, p. 03).

³¹Do original: “Von dieser VN-Generalversammlung muss deshalb das Signal für den dazu notwendigen nächsten Schritt ausgehen, und der ist die Klima-Konferenz auf Bali. Dort müssen die Umweltminister einen klaren Fahrplan vereinbaren, damit die Verhandlungen bis 2009 erfolgreich abgeschlossen werden können” (MERKEL, 2007b, p. 04).

multilaterais e um espaço onde poderia propagar sua política externa baseada por valores. Contudo, especialmente no discurso de Merkel na Assembleia Geral da ONU acima mencionado, a chanceler também expõe distinções de uma Potência Comercial, quando demonstra seu comprometimento e intenção de regularizar o comércio internacional. No que tange ao tópico do comprometimento alemão para uma política internacional do meio ambiente, este tema novamente traz aspectos de Potência Civil, por também significar uma difusão de valores.

3.4 PARCEIROS GLOBAIS: RÚSSIA E ISRAEL

Nesta seção, abordam-se as relações bilaterais entre a Alemanha com seus parceiros além do território europeu, ou como Merkel denominou em seu primeiro discurso de posse em 2005, “parceiros globais”. Em tal discurso, Merkel e Steinmeier enfatizaram o relacionamento alemão com dois principais parceiros: Rússia e Israel.

A Rússia, um parceiro inevitavelmente também abordado pela literatura, é apresentado como um “difícil parceiro” (BIERLING, 2014) para a Alemanha. Considera-se que as relações da Alemanha com este país “esfriaram” durante o governo Merkel, em comparação com o seu antecessor, Schröder, em cujo governo a Rússia ganhou relevo, elevando as relações a uma parceria estratégica. Destaca-se a assinatura do acordo para a construção do gasoduto Nordstream, que liga a Rússia a Alemanha, visando ao transporte do gás natural proveniente da Rússia, como pode ser visto na figura abaixo (Figura 2).

Figura 2 – Rota do Nordstream



Fonte: Nord-stream (2011).

Em 2006, o Ministério das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt) elaborou um “plano conceitual” da estratégia bilateral e regional para as relações bilaterais com a Rússia. Denominado de “Aproximação pela Interdependência” (*Annäherung durch Verflechtung*), o plano foi acolhido pela União Europeia durante a presidência alemã em 2007. Tal política de Steinmeier foi considerada uma analogia ao resgate da antiga Ostpolitik de Willy Brandt, uma vez que Brandt priorizou a política de *Wandel durch Annäherung*, ou seja, mudança através da reaproximação (STELZENMÜLLER, 2009³² *apud* GERMANOS, 2014).

Como já apresentado na seção das relações da Alemanha com os EUA e a OTAN, uma maior tensão entre a OTAN e a Federação Russa ocorreu em abril de 2008 quando houve a intenção de tornar a Ucrânia e a Geórgia membros da Aliança. A posição da Alemanha, como já visto, foi de aversão a esta posição, indo contra as intenções dos Estados Unidos, mas levando em consideração os interesses securitários russos e, dessa forma, evitando provocações a este país.

Ainda que a Geórgia não tenha entrado para a OTAN na Cúpula de Bucareste em abril de 2008, as relações deste país com a Rússia conturbaram-se a ponto de levar a um conflito com duração de cinco dias, em agosto de 2008. O conflito iniciou-se quando o presidente georgiano pró-EUA, Mikheil Saakashvili, ordenou a invasão às repúblicas separatistas da Geórgia, Abcásia e Ossétia do Sul, que foram apoiadas por Moscou. A OTAN interveio no conflito através do envio de aviões para monitorar o espaço da Geórgia. A Alemanha, entretanto, procurou evitar a todo o custo a entrada da OTAN no conflito. O acordo de cessar-fogo foi oficializado pela Geórgia em 15 de agosto de 2008 e, por Moscou, em 16 de agosto de 2008, com mediação da União Europeia.

Percebe-se, portanto, que boa parte das decisões e atitudes tomadas pela Alemanha em sua política externa tem como objetivo o de evitar confrontação direta com a Rússia, país com quem possui uma interdependência assimétrica (GERMANOS, 2014), devido ao fato de ser extremamente dependente da importação do gás natural russo. Uma vez que, quando o fornecimento de gás é cortado ou restringido pela Gazprom³³, fortes reflexos econômicos são sentidos na Alemanha e em outros países europeus, a solução para evitar crises é agir cautelosamente nas relações bilaterais com a Rússia.

De uma maneira geral, houve um reconhecimento por parte do governo da administração Merkel do papel central da Rússia. “Tal consideração ficou evidenciada com a “política alemã de

³²STELZENMÜLLER, Constanze. Germany's Russia question: a new Ostpolitik for Europe. Foreign affairs, p. 89-100, 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/64650/constanzestelzenm%C3%83%C2%BCller/germanys-russia-question>>.

³³ Empresa de energia russa, controlada pelo estado russo e com parte das ações privatizadas. É a maior empresa da Rússia e é a maior exportadora de gás natural do mundo.

“equidistância entre Moscou e Washington” no conflito Rússia-Geórgia em 2008 e também com a manutenção do projeto gasoduto setentrional europeu (Nordeuropäische Gas-Pipeline ou Nordstream)” (CÂMARA, 2013, p. 264), inaugurado em 2012. Bierling (2014, p. 245) salienta que “apesar das animosidades pessoais, Merkel procurou trazer equilíbrio e continuidade às relações com a Rússia, considerando sua importância como parceiro comercial e sua capacidade de interferência na política internacional”.

Percebe-se, portanto, que o governo Merkel procurou harmonizar tanto as relações com o Ocidente quanto as com o Oriente, uma vez que desde o início de seu mandato como chanceler, Merkel enfatizou a importância tanto dos Estados Unidos como importante parceiro transatlântico, mas sem deixar de mencionar a relevância da Rússia como um parceiro estratégico fundamental para o país. Desta forma, no tocante às relações com a Rússia durante este período, a Alemanha agiu como Potência Civil, procurando ser colaboracionista ao manter o projeto do gasoduto Nordstream, ao votar contrariamente a entrada de Geórgia e Ucrânia na OTAN e ao manter uma posição neutra no conflito da Rússia-Geórgia em 2008. Nestes dois últimos itens, observa-se também a sua tendência pacifista. Por outro lado, as relações com a Rússia também envolveram interesses de uma Potência Comercial, dada a dependência da economia alemã do gás natural russo, sendo necessário manter boas relações com o principal fornecedor energético do país, a fim de não paralisar a indústria alemã.

No tocante às relações com Israel, estas são consideradas por Bierling (2014) como “especiais” por tratarem-se do ponto angular da política alemã no Oriente Médio, mas também “sensíveis” devido aos constrangimentos do passado alemão. De acordo com Bierling (2014), enquanto seus antecessores normalmente deixavam a região e Israel a cargo do Ministro de Relações Exteriores, Angela Merkel preferia ela mesma realizar estas visitas oficiais. Frequentemente, a chanceler procurava enfatizar a posição alemã com respeito ao direito de existência do Estado de Israel, bem como a responsabilidade histórica alemã para com os israelenses. Em 17 de março de 2008, Angela Merkel realizou uma visita de três dias a Israel em comemoração aos 60 anos do Estado de Israel. Nesta ocasião, a chanceler e o primeiro-ministro Ehud Olmert assinaram acordos em uma série de projetos como educação, meio ambiente e defesa. Em discurso pronunciado no Knesset, parlamento israelense, em 18 de março de 2008, Merkel novamente reiterou o suporte alemão para Israel, assumindo toda a culpa do Holocausto para o Estado alemão.

Depreende-se, portanto, que durante o primeiro governo de Angela Merkel as relações bilaterais entre Israel e Alemanha estiveram amparadas no seio diplomático e de respeito mútuo, em que, ao menos da parte da Alemanha, evitou-se tecer críticas ao Estado israelense. Pelo fato de

ter sido colaboracionista com o país e também por frequentemente ser mencionada a responsabilidade histórica da Alemanha para com Israel, ou seja, um valor da política externa alemã pós-guerras mundiais, pode-se classificar tal relacionamento como o de uma Potência Civil. Entretanto, a estabilidade presente nas relações bilaterais entre Israel e Alemanha no governo da grande coalizão, modifica-se com a posse do primeiro-ministro Benjamin Netanjahu em 2009, tema que será melhor abordado no capítulo seguinte.

Logo, após terem sido apresentadas as principais iniciativas da Alemanha durante a primeira legislatura de Angela Merkel, entre 2005 a 2009, e a correlação destas iniciativas com os conceitos de Potência Civil e Potência Comercial, o quadro a seguir (Quadro 2) tem por objetivo reunir os itens analisados neste capítulo e a respectiva presença de tais conceitos. Em tal quadro, é possível verificar uma predominância do atributo de Potência Civil – presente em 10 dos 11 tópicos de política externa analisados durante o governo da grande coalizão (2005-2009), enquanto que o de Potência Comercial está presente em apenas 05.

Quadro 2 – Presença dos conceitos de Potência Civil e Comercial nos tópicos de política externa do 1º governo

1º Governo Merkel (2005-2009)	Potência Civil	Potência Comercial
Discurso de Posse Angela Merkel 2005	X	
Discurso de Posse Ministro AA 2005	X	X
Política para a Europa: Presidência alemã no Conselho Europeu	X	
Política para a Europa: Desentendimentos com a França	X	X
Relações com os EUA/OTAN: Política para a OTAN	X	
Relações com os EUA/OTAN: Política econômica		X
Relações com os EUA/OTAN: Guerra conjunta ao terror	X	
Política Multilateral: Participação na ONU	X	X
Política Multilateral: Engajamento na Política mundial Climática	X	
Parceiros Globais: Relações bilaterais com a Rússia	X	X
Parceiros Globais: Relações bilaterais com Israel	X	

A seguir, o estudo da política externa alemã avança para o seu segundo governo, iniciado em fins de 2009 e que será contemplado no próximo capítulo.

4A POLÍTICA EXTERNA DA COALIZÃO PRETO-AMARELA: ANÁLISE DO 2º GOVERNO DE ANGELA MERKEL (2009-2013)

O segundo mandato da chanceler Angela Merkel iniciou-se em novembro de 2009, resultado da 17ª eleição federal alemã, ocorrida em 27 de setembro de 2009. Neste mandato, Merkel (CDU) liderou coalizão com os liberais-democratas (FDP). Guido Westerwelle, ex-presidente do FDP, exerceu a chefia do Ministério das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt), ainda que possuísse pouca experiência neste campo político (PETERKE, 2009). As previsões da mídia durante aquele momento pós-eleições eram de que a política externa da Alemanha permaneceria essencialmente a mesma, ainda que a queda da participação da esquerda na coalizão governamental pudesse enfraquecer a corrente internacionalista que defendia assertivamente a entrada da Alemanha no Conselho de Segurança da ONU (FERREIRA, 2009).

Diferentemente do tom otimista que permeou o primeiro discurso em 2005, em seu segundo discurso de posse de 10 de novembro de 2009, Angela Merkel resume suas intenções para o segundo governo que se iniciava em uma “Reforma de Cinco Pontos”, dentro das quais a “superação das consequências da crise econômica e financeira global³⁴” (MERKEL, 2009, p. 02) colocava-se como prioritária. Neste discurso, Merkel permanece mais centrada na política doméstica e na recuperação econômica da crise, tratando de temas como a situação bancária, empresariado nacional, aumento do desemprego, questões sociais, recuperação do setor automobilístico, entre outros.

Merkel chama a atenção para o fato de que a crise econômica era um acontecimento global, não apenas alemão, o que a tornava mais preocupante ainda, dada a interdependência comercial internacional da Alemanha:

Todos precisamos entender que a situação vai muito mais além do que apenas lidar com as consequências da crise em nossa própria economia. Não, as cartas foram embaralhadas em todo o mundo [...] Não existem mais antigas ações e posições de mercado. Quem vai garantir o acesso a matérias-primas e fontes de energia? Quem vai atrair investimentos provenientes de outras partes do mundo? Que país será um ímã para as mentes mais brilhantes e criativas?³⁵ (MERKEL, 2009, p. 03).

³⁴Do original: “Wir müssen die Folgen der internationalen Finanz- und Wirtschaftskrise überwinden” (MERKEL, 2009, p. 02)

³⁵Do original: “Wir alle müssen verstehen, dass es um weit mehr geht als nur um die Bewältigung der Folgen der Krise in unserer eigenen Volkswirtschaft. Nein, die Karten werden weltweit neu gemischt. [...] Da gibt es eben keine angestammten Marktanteile und Positionen. Wer wird sich den Zugriff auf Rohstoffe und Energiequellen sichern? Wer lockt Investitionen aus anderen Teilen der Welt an? Welches Land wird zum Anziehungspunkt für die klügsten und kreativsten Köpfe?” (MERKEL, 2009, p. 03).

Merkel, entretanto, chama a atenção para a importância do recém-criado G-20 para a superação conjunta da crise: “Exatamente esse objetivo também serve para todos os esforços internacionais – especialmente para o G20: estabelecer novas regras internacionais para uma maior transparência e controle; porque temos de fazer tudo para que uma crise como essa nunca mais aconteça³⁶” (MERKEL, 2009, p.07).

A chanceler concede uma especial ênfase ao tópico das políticas mundiais de contenção das mudanças climáticas, sinalizando que ela própria participaria da Conferência Climática Mundial, que seria realizada em Copenhague, Dinamarca, no mês seguinte ao de sua posse, em dezembro de 2009.

Até agora, não temos encontrado respostas globais permanentemente viáveis nem na política energética nem na política ambiental. [...] Digo sem hesitação: Um fracasso da conferência mundial do clima em Copenhague em dezembro seria um retrocesso de anos na política climática internacional. Não podemos permitir isso. Um acordo político substancial é essencial, a fim de preparar-se para um acordo internacional vinculativo – sublinho: vinculativo - e estabelecer um Protocolo pós-2013. [...] A União Europeia já negociou e desenvolveu posições claras e inequívocas. Agora esperamos contribuições dos Estados Unidos e de países como China e Índia³⁷ (MERKEL, 2009, p. 14-15).

Ainda com relação à importância das instâncias multilaterais para a Alemanha, como a União Europeia, Merkel afirma: “Ela sempre foi e continua sendo um caminho para parcerias e alianças com base em nossos valores, com a qual podemos enfrentar os desafios do nosso tempo. Ninguém pode se dar bem sozinho. Juntos, podemos fazer tudo³⁸” (MERKEL, 2009, p. 17). A OTAN e a relação transatlântica, por sua vez, são mais uma vez mencionadas como “a principal âncora de segurança da Alemanha³⁹” (MERKEL, 2009, p. 17). Quanto às relações com os EUA, Merkel afirmou, fazendo sobressair a característica de potência civil da Alemanha no que tange a difusão de valores universais: “Nós compartilhamos da visão do

³⁶Do original: “Genau diesem Ziel dienen auch alle internationalen Bemühungen – vorneweg in der Gruppe der G20 –, neue internationale Regeln für mehr Transparenz und Kontrolle festzulegen; denn wir müssen alles tun, damit sich eine solche Krise nie wiederholt.” (MERKEL, 2009, p.07).

³⁷Do original: “Bislang haben wir weder in der Energiepolitik noch in der Umweltpolitik dauerhaft tragfähige, globale Antworten gefunden. [...] Ich sage es ohne Umschweife: Ein Misserfolg der Weltklimakonferenz in Kopenhagen im Dezember würde die internationale Klimapolitik um Jahre zurückwerfen. Das können wir uns nicht leisten. Eine substantielle politische Einigung ist unerlässlich, um die Voraussetzungen für ein international verbindliches – ich unterstreiche: verbindliches – Protokoll für die Zeit nach 2013 zu schaffen.[...] Die Europäische Union hat klare und eindeutige Verhandlungspositionen entwickelt. Jetzt erwarten wir Beiträge von den USA und Ländern wie China und Indien” (MERKEL, 2009, p. 14-15).

³⁸Do original: “Es ist und bleibt ein Weg der Partnerschaften und Bündnisse auf Grundlage unserer Werte, mit dem wir die Herausforderungen unserer Zeit bewältigen können. Niemand schafft es allein. Gemeinsam können wir alles schaffen” (MERKEL, 2009, p. 17).

³⁹Do original: “Das gilt darüber hinaus im transatlantischen Verhältnis: Auch in Zukunft wird die NATO der bedeutendste Sicherheitsanker Deutschlands sein” (MERKEL, 2009, p. 17).

presidente Obama por um mundo sem armas nucleares, [...]a questão do desarmamento também está em nossa agenda, bem como em nosso compromisso com um Afeganistão estável”⁴⁰ (MERKEL, 2009, p. 17).

Ao mencionar a atuação alemã no Afeganistão, Merkel aproveita a oportunidade para frisar o engajamento alemão para o desenvolvimento: “Alcançar as metas de desenvolvimento do milênio para a África é e continuará a ser nosso compromisso. Nós temos como objetivo, de até 2015, destinar 0,7% do PIB para políticas de desenvolvimento. Isto também é um dever moral⁴¹” (MERKEL, 2009, p. 18-19).

O único parceiro bilateral mencionado no discurso, além dos Estados Unidos, foi a Rússia, segundo a qual Merkel declara: “Esforçamo-nos em um amplo diálogo de segurança em conjunto com a Rússia, não apenas, mas especialmente no Conselho OTAN-Rússia. Rússia e Europa são dependentes um do outro⁴²” (MERKEL, 2009, p. 17).

Logo, verifica-se que o segundo discurso de posse de Angela Merkel apresentou inicialmente particularidades de uma Potência Comercial, ao demonstrar a sua preocupação com a crise econômica e financeira global que estava atingindo a Alemanha e o bloco europeu como um todo. Entretanto, ao mencionar o G-20 como uma possibilidade de solução conjunta para a crise, ou seja, o multilateralismo como solução, Merkel já introduz uma característica de Potência Civil ao seu discurso e que permanece até o fim. A presença deste atributo encontra-se na propagação dos valores universais: políticas mundiais de contenção das mudanças climáticas, políticas para o desenvolvimento – expresso na intenção de estabelecer 0,7% do PIB para este fim - e também no desarmamento nuclear. Este último tópico também diz respeito ao caráter pacifista do país que novamente menciona a OTAN como a principal âncora da segurança coletiva do país. A honrosa menção à União Europeia, quando afirma que “Ninguém pode se dar bem sozinho. Juntos, podemos fazer tudo” (MERKEL, 2009, p. 17), é mais um exemplo da importância do supranacionalismo multilateral para a Potência Civil alemã.

Em seu discurso, o Ministro das Relações Exteriores da recém-empossada coalizão preto-amarela, Guido Westerwelle, destaca, primeiramente, a importância da política externa

⁴⁰Do original: “Wir teilen die Vision Präsident Obamas für eine nuklearwaffenfreie Welt, [...], auch das Thema Abrüstung auf die Tagesordnung setzt, wie auch bei unserem Engagement für ein stabiles Afghanistan” (MERKEL, 2009, p. 17).

⁴¹Do original: “Das Erreichen der Millenniumsziele für Afrika ist und bleibt uns Verpflichtung. Wir halten am Ziel fest, bis 2015 0,7 Prozent des Bruttoinlandsprodukts für Entwicklungspolitik bereitzustellen. Auch das ist eine moralische Aufgabe” (MERKEL, 2009, p. 18-19).

⁴²Do original: “Gleichzeitig streben wir mit Russland einen breiten sicherheitspolitischen Dialog an, nicht nur, aber gerade auch im NATO Russland-Rat. Russland und Europa sind aufeinander angewiesen.” (MERKEL, 2009, p. 17).

para a formação da Alemanha e da sua intenção de dar continuidade às características de política externa alemã no governo que se iniciava. Segundo ele: “A política externa alemã é política de paz, impulsionada por interesses, mas também expressamente orientada por valores. Esta é a nossa bússola⁴³” (WESTERWELLE, 2009, p. 01). O primeiro ponto tratado por Westerwelle foi a política para a Europa, introduzindo a necessidade de prosperar as relações com as nações do Leste Europeu, esclarecendo a escolha de realizar sua primeira viagem oficial como ministro tendo como destino a Polônia. Desta forma, Westerwelle sinaliza sua intenção em visitar não apenas a França, mas também os pequenos países vizinhos, como Luxemburgo, Países Baixos e Bélgica. Percebe-se que Westerwelle pouco citou a União Europeia como um todo, ou as políticas adotadas pela instituição e muito menos a crise do euro que já havia ocupado majoritariamente o discurso da chanceler. Westerwelle optou assim por um discurso mais diplomático, priorizando o âmbito das relações bilaterais da Alemanha com os “pequenos países europeus”. Finalmente, Westerwelle faz especial menção às relações transatlânticas, vistas como uma grande e especial parceria.

Nós queremos parcerias com muitos países deste mundo, nós queremos nos esforçar para preservar bons relacionamentos tanto com países pobres quanto ricos, tanto geograficamente grandes como pequenos. Ainda assim, fora da Europa, os Estados Unidos são não apenas nosso aliado mais forte, como também o mais fiel. Se não fosse pela história conjunta com os Estados Unidos, nós não estaríamos aqui, tendo liberdade de expressão neste lugar⁴⁴ (WESTERWELLE, 2009, p. 04).

Assim, observa-se que o discurso do Ministro Westerwelle, apesar de não ter dado muita ênfase ao multilateralismo como Merkel o fez, também apresenta características de Potência Civil, como quando menciona que a política externa da Alemanha é uma política de paz e orientada por valores, bem como no colaboracionismo com os países do Leste Europeu e na parceria transatlântica. Desta feita, as próximas seções apresentarão as iniciativas de política externa do governo da coalizão preto-amarela para a Europa, Relações com os Estados Unidos/OTAN, política multilateral e relações bilaterais com Israel e China.

⁴³Do original: “Deutsche Außenpolitik ist Friedenspolitik, sie ist interessengeleitet, aber sie ist ausdrücklich auch wertorientiert. Das ist der Kompass” (WESTERWELLE, 2009, p. 01).

⁴⁴Do original: “Wir wollen Partnerschaft mit vielen Ländern in der Welt, wir wollen uns bemühen, mit vielen Ländern in der Welt – mit ärmeren wie reicheren, mit geografisch größeren wie kleineren – gute Beziehungen zu pflegen. Aber außerhalb von Europa sind die Vereinigten Staaten von Amerika nicht nur unser stärkster, sondern auch unser treuester Verbündeter. Wir stünden nicht hier mit freier Rede an diesem Platz, wenn die Vereinigten Staaten von Amerika nicht dafür geradegestanden hätten, in ihrer gesamten gemeinsamen Geschichte mit uns” (WESTERWELLE, 2009, p. 04).

4.1 POLÍTICA PARA A EUROPA EM MEIO A CRISE DO EURO

Enquanto que a política para a Europa do primeiro governo de Angela Merkel foi considerada uma das áreas políticas de maior sucesso da chanceler, seu segundo mandato foi marcado pela conjuntura de crise econômica nos países da zona do euro. Ainda que, como exposto em seu discurso de posse, o ministro de Relações Exteriores Westerwelle de fato tenha realizado visitas oficiais - no início de seu mandato - à Polônia, Luxemburgo, Bélgica e Holanda; a gestão da crise foi, sem sombra de dúvidas, a questão dominante da política europeia durante o segundo governo Merkel (WENDLER, 2015). Neste contexto de crise, a Alemanha foi percebida como a principal liderança para a resolução da crise monetária, como veremos na presente seção.

A Alemanha foi a mais favorecida com a implantação da moeda única europeia, já que os demais países, que apresentaram forte aumento de renda e de consumo interno, expandiram suas importações, tendo na Alemanha o seu principal fornecedor. Contudo, a expansão do consumo nas economias europeias periféricas baseou-se na ampliação das dívidas privadas e públicas (MAGNOLI, 2013). A zona do euro, portanto, começou a apresentar fortes desequilíbrios internos, que ficaram ocultos por uma década, mas que explodiram sob a forma de uma crise da moeda comum deflagrada em 2009 (MAGNOLI, 2013). Afinal, desde a entrada em vigor da moeda única, em 2002, “não houve uma política fiscal comum que regulasse o mercado, deixando o sistema exposto a especulações de alto risco e endividamento desmedido dos Estados” (LIMA et al., 2012, p. 58).

A crise do euro foi deflagrada em 16 de outubro de 2009, quando do anúncio do recém-empossado Primeiro-Ministro da Grécia, Giorgios Papandreou, quem revisou as informações do déficit fiscal do país, o qual não era de 6% do PIB como o seu antecessor havia anunciado, mas sim de 12 a 13%. Efetivamente, ao final daquele ano, o déficit fiscal da Grécia era de 15,6% do PIB e a dívida pública total já se encontrava entre 113% a 130% (BIERLING, 2014). Como consequência das revelações de Papandreou, “o lento movimento tectônico desinstalou as bases da arquitetura da zona monetária. [...] Dois meses depois, Atenas já pagava 2% de juros a mais do que Berlim na venda de títulos do tesouro. Em março de 2010 aquele montante já era de 4%” (CÂMARA, 2013, p. 273). Ainda que o problema grego fosse de pequena dimensão, tendo-se em consideração de que seu PIB corresponde a apenas 2,5% do agregado da UE, o grande temor era a possível ocorrência de um “Efeito Dominó” que a falência grega poderia causar nos estados periféricos europeus, como Portugal, Irlanda e Espanha, o que ameaçaria inclusive, a própria existência da zona do euro.

Como lidar concretamente com a situação de Atenas? Tal desafio esteve essencialmente a cargo da Alemanha. Além de representar a maior porção porcentual do PIB da zona do euro (27%), a Alemanha teve uma rápida recuperação da crise em comparação com França ou até mesmo Itália, devido à competitiva indústria alemã e as sólidas finanças estatais. Ainda que o projeto do euro tenha surgido por iniciativa da França, como uma forma de contenção da Alemanha, dez anos depois da introdução do euro, a ascendência econômica alemã estava maior que nunca. A posição especial da Alemanha na Europa mostrou-se cada vez mais visível após a descoberta da crise da dívida pública dos países da zona do euro. Berlim constatou que tinha o poder, até certo nível, de ditar suas próprias condições (BIERLING, 2014).

O processo de decisão da atitude a ser tomada para solucionar o caso grego foi moroso e turbulento. “Na Alemanha prevalecia o pensamento de que a quebra da Grécia seria até mesmo recomendável pelo exemplo que estabeleceria para países fraudulentos e/ou perdulários” (CÂMARA, 2013, p. 275). No início de 2010, Merkel foi criticada por estar “matando a Europa” devido a seu egoísmo (ABADI, 2010). A chanceler foi cunhada pelos veículos de mídia internacionais de “*Frau Germania*” ou ainda - em referência a Bismarck - de “Chanceler de Ferro”, devido a sua morosidade em concordar com a concessão de ajudas econômicas para os países mais debilitados pela crise. A mídia internacional chegou a afirmar que Merkel causava a impressão de preferir que os países endividados saíssem da zona do euro a conceder-lhes o “suado” dinheiro alemão para os “gastadores” países do Sul (ABADI, 2010), o que ocasionou diversas críticas dos países europeus.

Segundo Bierling (2014), na questão dos pacotes de ajuda financeiros à Grécia, a Alemanha comportou-se seguindo o mesmo dilema que nas intervenções militares no exterior. De um lado, os Estados parceiros esperavam maior colaboração de Berlim, de outro lado, a população alemã não tinha a intenção de assumir a responsabilidade de uma obrigação tão custosa. Merkel levava em consideração o fato de que a integração europeia constitui-se, por excelência, no principal objetivo da política externa alemã, além da substancial relevância econômica do bloco para a nação exportadora. Por outro lado, houve uma grande resistência interna contra o dispendioso programa de ajuda financeira do BCE. Assim, “Merkel encontrava-se em um jogo de dois níveis em que precisava harmonizar as exigências externas e as restrições domésticas” (BIERLING, 2014, p. 194). Visando a atingir esta harmonia, Merkel adotou a seguinte estratégia:

Manter a zona do euro unida tão bem quanto fosse possível e, ao mesmo tempo, comprometendo os Estados periféricos a uma maior solidez econômica; fortalecer o pacto de estabilidade, proteger a independência do BCE e aceitar encargos financeiros apenas como último recurso e, caso a ajuda de emergência fosse necessária, esta seria realizada apenas segundo as condições alemãs (BIERLING, 2014, p. 195).

Por fim, em maio de 2010, os países da Zona Euro, o FMI e a Grécia chegaram a um consenso, envolvendo empréstimos no valor de 110 bilhões de euros ao país. Além disso, por insistência alemã, os pacotes de ajuda econômica foram condicionados à execução de um programa de ajuste estrutural da economia grega, que envolvia uma drástica redução de gastos públicos, como reduções de salários e cortes no funcionalismo público, diminuição de rendas de aposentadoria e redução de gastos sociais. Entretanto, o auxílio à Grécia, em maio de 2010, não foi o único auxílio necessário e muito menos a Grécia o único país a ser afetado pela crise. Pelo contrário, entre 2010 a 2014, além da Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha, Itália e Chipre necessitaram de pacotes de ajuda financeiros provenientes da UE e do FMI, motivo pelo qual o acrônimo PIIGS⁴⁵ foi amplamente utilizado, de forma pejorativa, pela mídia internacional durante o período inicial da crise.

Para atender as necessidades dos países endividados, mudanças no escopo da estrutura da União Europeia fizeram-se necessárias: já em maio de 2010, o Conselho Europeu anuncia criação de um mecanismo temporário de assistência financeira (European Financial Stability Facility – EFSF), destinado a, no âmbito do BCE, comprar títulos no mercado secundário. Em julho de 2011, o campo de ação do EFSF foi alargado com previsão de ação de socorro a bancos, entre outros, em agosto do mesmo ano, Merkel e Sarkozy anunciam proposta de criação de um “Conselho Econômico da Zona do Euro”. Em setembro, o Conselho Europeu adota o “*Six Pack*” (seis propostas normativas para reforço da governança econômica da UE). Em outubro de 2011, estabelece-se por sua vez, um mecanismo permanente de resolução de crise de dívidas soberanas, o European Stability Mechanism – ESM – que substituiria o EFSF (CÂMARA, 2013).

Nos primeiros meses de 2012, a Alemanha foi a principal articuladora para o estabelecimento de um acordo intergovernamental fora do arcabouço jurídico e institucional da UE, o “Pacto Fiscal Europeu”, acordo em que os países membros aceitaram a não acumulação de déficits orçamentários. O Pacto foi aprovado em janeiro de 2012, assinado em

⁴⁵ PIGS é um acrônimo pejorativo originalmente usado na imprensa de língua inglesa, sobretudo britânica, para designar o conjunto das economias de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (Spain em inglês). Em inglês o acrônimo significa "porcos", animais por vezes usado em caricaturas para ilustrar a má performance econômica dos 5 países.

março e entrou em vigor em janeiro de 2013, estabelecendo prazos para que os governos equilibrem seus orçamentos, tendo como base as preferências alemãs e o modelo orçamentário doméstico alemão (BIERLING, 2014). Através do pacto, manter o equilíbrio em contas nacionais passou a ser uma obrigação. Aqueles que violarem as regras serão penalizados em uma multa de 0,1% do PIB, sendo que a Corte de Justiça da União Europeia tem o poder de fiscalizar as contas nacionais. Os únicos países que se recusaram a aderir o pacto foram Reino Unido e República Tcheca.

Assim, é possível perceber que, em um curto período de tempo, a União Europeia foi complementada por três arranjos institucionais que “oferecem não só apoio de crédito para os Estados-Membros da zona do euro de forma permanente, mas também interferem nas suas políticas orçamentais e econômicas por parte das disposições do Pacto Fiscal Europeu” (WENDLER, 2015, p. 581). Ainda segundo Wendler (2015), o governo federal alemão não apenas apoiou este desenvolvimento institucional da união monetária, mas também influenciou significativamente no sentido da representação de um paradigma de estabilidade para a zona do euro. Consoante Câmara (2013), a política de Merkel para a crise do euro teve as seguintes principais características:

Em primeiro lugar, coube a ela, muito mais do que a Sarkozy, a principal responsabilidade pela administração da crise. A primazia da Chanceler Federal sobre o Presidente francês foi reflexo direto da incontestável superioridade econômica alemã. Com taxas de crescimento (3,6%/2010) e superávit comercial (€ 141 bilhões/2010) inigualadas na zona do euro e no G-8 [...]. Em segundo lugar, Merkel se opôs, desde o início, a todos os expedientes “heterodoxos”[...]. Para ela os remédios para a crise são, no curto prazo, ajustes fiscais e manutenção de equilíbrio orçamentário e, no médio-longo prazo, mudança nos tratados da União Europeia a fim de dotá-la de maior poder de controle sobre as políticas fiscais. [...] A seu ver, a reestruturação da dívida, aceita parcialmente no caso grego somente em outubro de 2011, consiste em um prêmio à irresponsabilidade fiscal (CÂMARA, 2013, p. 276-277).

Assim sendo, observa-se que, ainda que inicialmente, a Alemanha tenha concordado em ajudar financeiramente os países atingidos pela crise de forma hesitante, posteriormente, o país teve papel fundamental na construção dos fundos de resgate da União Europeia, negociou cortes da dívida e declarou-se de acordo com a compra pelo BCE das obrigações de alguns países europeus (RIEGERT, 2013a). Contudo, cabe salientar que a política de austeridade econômica pregada pela Alemanha tem como objetivo apresentar o país como um modelo de responsabilidade fiscal e um exemplo de estabilidade econômica para os demais países europeus, uma vez que o equilíbrio orçamentário da Alemanha é inclusive uma obrigação constitucional nacional. Entretanto, é questionável se este modelo alemão é satisfatório para a

zona do euro em longo prazo, já que onerar os países que já possuem pesadas dívidas não parece ser uma estratégia razoável, pois quanto mais os salários e os preços nos países endividados forem espremidos, menos dinheiro circulante haverá para girar a economia e para pagar os débitos, incluindo os devidos à Alemanha.

Por fim, cabe avaliar o quanto a gestão da Alemanha para a crise do euro contribuiu ou não para o fortalecimento internacional do país. De acordo com Beck (2015, p. 21) “a crise financeira e do euro catapultou a Alemanha e sua economia poderosa para a posição de potência decisiva na Europa”. Por esta razão, “muita gente considera Angela Merkel uma espécie de rainha não coroada da Europa” (BECK, 2015, p. 80). Bierling (2014, p. 234) também sublinha que, “à primeira vista, a condução de Merkel na crise do euro foi politicamente bem-sucedida e que aumentou a reputação da chanceler”. Devido ao fato de ter a mais forte e mais bem articulada economia do continente, a Alemanha é o principal credor da zona do euro e, como principal financiadora dos pacotes de recuperação econômica da crise, tem a maior influência na determinação do futuro da moeda única. Portanto, há um certo consenso do quanto Berlim tem tido um papel central na Europa, especialmente após a deflagração da crise.

Entretanto, a liderança alemã proveniente da atuação do país na crise do euro não tem sido sem críticas, especialmente devido às políticas de austeridade fiscal. Segundo Beck (2015, p. 97), “o erro fundamental da política alemã de austeridade econômica não reside apenas em definir de forma nacional e unilateral o bem-estar econômico, mas principalmente na arrogância de querer definir os interesses nacionais de outras democracias europeias”. “Não por acaso, raras vezes foi tão visível no espaço público europeu expressões de germanofobia, entre outras, com cartoons retratando Merkel com os ademanos do Führer e cartazes com o euro envolto por uma suástica em passeatas na Grécia” (CÂMARA, 2013, p. 285). Protestos raivosos aconteceram em países europeus, especialmente naqueles mais atingidos pela “doutrina” alemã de austeridade fiscal. Veículos de mídia europeus chegaram inclusive a cunhar a atual Alemanha como “*Viertes Reich*”, ou seja, Quarto Reich, em uma alusão ao Reich nazista.

Internamente, entretanto, a gestão de Merkel para a crise do euro foi aprovada pela população. Durante a crise da dívida, a grande maioria da população alemã tinha a impressão de que Merkel fez tudo o que podia, dada a difícil situação: evitou uma catastrófica desintegração da Europa, mas sem fazer grandes concessões financeiras e tendo consciência dos seus interesses econômicos (BIERLING, 2014). Tal situação expõe uma contradição das políticas conduzidas por Merkel. Visando a manter o equilíbrio de sua política nos âmbitos

internos e externos de sua gestão como chanceler, ao mesmo tempo em que mantém um Estado social-democrata dentro do país, impõe rígidas medidas de austeridade para os seus vizinhos no continente. Tal observação corrobora a afirmação de Beck (2015, p. 85): “Neoliberalismo brutal para fora, consenso social-democrata para dentro do país, eis a fórmula de sucesso a qual *Merkiavel* ampliou sua posição de poder e a da Europa alemã”.

Portanto, a gestão de Merkel para a crise do euro tem sido caracterizada por uma política relativamente hesitante, de uma ortodoxia fiscal com certo grau de insensibilidade à recessão nos seus vizinhos europeus periféricos. Desta forma, observa-se a proeminência das características de uma Potência Comercial na condução alemã para a crise do euro, devido ao fato de a Alemanha parecer pouco colaboracionista com os demais países europeus e mais preocupada com os seus interesses econômicos nacionais. Ainda, o país só adquiriu liderança na condução da crise em razão de sua incontestável superioridade econômica. Ademais, o engajamento e a articulação alemã para promover um pacto fiscal europeu e a maior regulamentação econômica no continente, a fim de trazer mais estabilidade, também é outra particularidade de uma Potência Comercial.

4.2 RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS/OTAN: PERDA DE INTENSIDADE

Consoante Bierling (2014), foi difícil para a chanceler estabelecer uma relação de confiança com Obama tão intensa quanto a que tinha com Bush. Além disso, ambos estavam mais centrados nas consequências da crise financeira, mais voltados às suas respectivas políticas domésticas. Desta forma, iniciativas conjuntas de política externa praticamente inexisteram (BIERLING, 2014). Ainda assim, logo no início do segundo mandato de Merkel, percebe-se o empenho norte-americano em manter as boas relações com a Alemanha. Em 03 de novembro de 2009, Angela Merkel foi a primeira chanceler desde Adenauer a discursar no congresso norte-americano, em Washington. Além disso, em 2011, a Casa Branca concedeu a Merkel a “Medalha Presidencial da Liberdade” (*Presidential Medal Freedom*), considerada a mais alta condecoração civildos Estados Unidos e que homenageia contribuições especiais para a segurança ou os interesses nacionais dos Estados Unidos. A distinção não foi concedida a qualquer dos homólogos europeus de Merkel (CÂMARA, 2013) e, antes de Merkel, apenas dois alemães haviam sido condecorados: Marlene Dietrich e Helmut Kohl.

“Mas, apesar da cortesia e impulso de Obama, a Alemanha sob Merkel ofereceu um apoio mínimo no Afeganistão, não participou na intervenção da Líbia e em Mali apenas marginalmente” (BIERLING, 2014, p. 240). Ainda que o caso da abstenção da Alemanha na

resolução a respeito da intervenção na Líbia afete as relações do país com os Estados Unidos e também envolva sua participação na OTAN, esta será mais abordada na próxima seção, de política multilateral. Quanto à questão da participação militar alemã no Afeganistão, esta esteve permeada por inúmeras críticas durante a coalizão preto-amarela, especialmente da oposição e da população alemã. Segundo reportagem do jornal *Die Welt*, de janeiro de 2013, a rejeição populacional da operação militar era de 55% em 2012, enquanto que em 2008 era de apenas 34%. Em setembro de 2013, 41 mil soldados alemães encontravam-se no norte do Afeganistão, envolvidos em atividades de reconstrução civil e treinamento policial afegão. (WERKHÄUSER, 2013).

Com relação aos mecanismos de combate da crise econômica internacional, após Berlin e Washington terem trabalhado conjuntamente no escopo do G-20, as diferenças começaram a sobressair-se a partir de 2010, quando da deflagração da crise do euro. Segundo Bierling (2014), em 2012, próximo às eleições nos Estados Unidos, Obama ligou para Merkel na tentativa de dar andamento a mais pacotes de ajuda financeira aos países endividados. Obama queria evitar um pânico nos mercados financeiros dos Estados Unidos e assim não danificar suas chances de reeleição. “Em outubro de 2013, a Alemanha também foi atacada pelo Ministério da Fazenda estadunidense pelo fato de seus elevados superávits em conta corrente estarem obstruindo a eliminação de desequilíbrios na zona do euro” (BIERLING, 2014, p. 240). Desta forma, percebe-se que Alemanha e os Estados Unidos seguiam caminhos diferentes para combater a crise: “Enquanto Washington assentou-se em pacotes de estímulo econômico em grande escala, a maioria dos europeus sublinharam a importância de uma regulação mais estrita do sistema financeiro” (BIERLING; STEILER, 2011, p. 642), destacando-se assim, o papel alemão enquanto Potência Comercial.

Na busca de um projeto em comum que favorecesse tanto os interesses da Alemanha quanto dos Estados Unidos, Merkel aproveitou-se de um antigo projeto, o da Zona de Livre Comércio Transatlântico, entre Estados Unidos e União Europeia. O momento não poderia ser mais propício, já que a ascensão da China pendeu o peso da economia mundial para a Ásia e reforçou o interesse dos Estados Unidos no Pacífico. Ademais, devido à crise, a União Europeia perdia gradualmente sua importância para as exportações alemãs e novos mercados deveriam ser então explorados. Em julho de 2013, os Estados Unidos e a União Europeia iniciaram as negociações formais do “Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento” (em inglês - *Transatlantic Trade and Investment Partnership* - TTIP -), a maior zona de livre comércio do mundo. De acordo com a website oficial da Embaixada Alemã nos Estados Unidos (GERMAN MISSION IN THE UNITED STATES, 2015), o TTIP seria o

acordo de comércio mais abrangente deste tipo, uma vez que não apenas reduziria tarifas e facilitaria a troca de bens e serviços, mas também ajudaria a reduzir barreiras não-tarifárias ao comércio. De fato, como já mencionado nos capítulos anteriores, as relações econômicas entre Estados Unidos e Alemanha são substancialmente expressivas: os Estados Unidos são o maior comprador da Alemanha fora da Europa, e a Alemanha o maior parceiro comercial europeu dos Estados Unidos.

O TTIP, entretanto, ainda que esteja em fase de negociação entre as partes, enfrenta inúmeras resistências dos cidadãos dos países membros da Europa e também nos Estados Unidos, sendo alvo de protestos nas duas regiões do mundo. Na Alemanha, muito se questiona a falta de transparência das negociações do acordo, pois não se sabe exatamente o que estaria no escopo do tratado, que está sendo negociado apenas entre empresários e políticos. Ademais, os cidadãos alemães temem o rebaixamento dos padrões de qualidade alemães e europeus, sobretudo no que concerne a utilização de aditivos alimentares, vegetais transgênicos e o uso de pesticidas, bem como questões relacionadas à possibilidade de solução de controvérsias investidor-Estado (SPARDING, 2014).

Assim, ainda que no início das negociações, o TTIP tenha sido recebido com um relativo otimismo pelos políticos e empresários alemães, o debate público na Alemanha sobre as consequências do TTIP tem tomado relevantes proporções críticas e adversárias ao tratado. Segundo o jornal *Deutsche Welle*, até abril de 2014 mais de 200 manifestações haviam sido realizadas no país e, de 1,7 milhão de assinaturas coletadas na UE pelo coletivo europeu “Stop TTIP”, havia 1 milhão de assinaturas provenientes da Alemanha, dez vezes o número dos participantes franceses e 50 vezes o dos italianos. De acordo com a mídia internacional, a acalorada discussão interna a respeito das controvérsias das “benesses” do tratado, foi uma “surpresa” para Merkel, o que certamente comprometerá o futuro do acordo e, em uma maior dimensão, até mesmo a relação transatlântica (DEZENAS..., 2015).

Outra questão que causou um acentuado “mal-estar” entre os dois países foi o episódio de descoberta de espionagem da NSA (*National Security Agency*), a Agência Nacional de Segurança estadunidense, quando Eduardo Snowden, ex-funcionário da agência revelou publicamente informações e documentos de espionagem norte-americana ao redor do mundo. A Alemanha foi igualmente afetada, e descobriu-se que inclusive o celular da própria chanceler Merkel e dos seus antecessores haviam sido espionados desde 2002. A reação da coligação preto-amarela foi logo manifestada e, publicamente, demonstrava nitidamente sua indignação, colocando à prova as relações de amizade entre Estados Unidos e Alemanha (DAASE, 2015). Quando se tornou público de que os celulares dos chanceleres também

havia sido espionados, Angela Merkel telefonou pessoalmente ao presidente norte-americano Barack Obama. Segundo o seu porta-voz, Merkel enfatizou que “tais práticas são inequivocamente desaprovadas e as considera como totalmente inaceitáveis” (BIERLING, 2014, p. 243). Devido a este escândalo, a Alemanha solicitou que o chefe da estação da CIA em território alemão deixasse o país, além de ter abolido, em agosto de 2013, o acordo de compartilhamento de inteligência que tinha desde 1968 com os Estados Unidos e o Reino Unido (GERMANY..., 2013). À época do escândalo, alguns parlamentares dos partidos CDU e SPD chegaram inclusive a cogitar a possibilidade de congelar as negociações do TTIP com os Estados Unidos (RIEGERT, 2013b), fato que acabou não se concretizando. De qualquer forma, “a falta de confiança desencadeada deste processo foi enorme e a situação das relações entre Estados Unidos e Alemanha deterioradas como nunca desde 1990” (BIERLING, 2014, p. 243).

Ademais, no que tange à Política Climática, a qual era tema para discórdia nas relações bilaterais durante o governo Bush, continuou a mostrar-se como um tema de divergência entre EUA e Alemanha durante o governo Obama. Ainda que os alemães tivessem depositado uma grande esperança na possibilidade de mudança da política externa dos Estados Unidos, Obama continuou a evitar temas polêmicos, como é o caso da política climática. O ápice desta discórdia foi durante a Conferência Climática da ONU em Copenhague em que muitos países consideraram a proposta dos países europeus “irracional” ou “inalcançável”. Obama então esteve ao lado dos países emergentes, especialmente, Brasil, África do Sul, Índia e China e não se alinhou com as propostas europeias. À época, a Alemanha não negou sua decepção com o resultado da conferência e nem com “a fraca liderança” dos Estados Unidos, como o Ministro alemão de Meio Ambiente da época, Norbert Röttgen, declarou (BIERLING; STEILER, 2011). Assim, “a política climática provavelmente não será vista no futuro como um exemplo bem-sucedido da cooperação transatlântica” (BIERLING; STEILER, 2011, p. 643-644).

Desse modo, a partir do apresentado a respeito das relações entre Alemanha e Estados Unidos no governo da coalizão preto-amarela, depreende-se que, no tópico da política para a OTAN, a Alemanha demonstrou aspectos de Potência Civil, em razão de sua contenção militar ao não apoiar a intervenção militar na Líbia, e manter um mínimo apoio no Afeganistão e em Mali, devido ao crescente aumento da rejeição de operações militares no país. Uma Alemanha agindo como Potência Civil também pode ser visualizada no tópico da reação à espionagem da NSA, por ter propagado valores universais como a honestidade e privacidade entre países parceiros. Entretanto, no que tange aos tópicos das diferenças na

condução da crise econômica e na negociação do TTIP, verificou-se uma propensão a agir como Potência Comercial. Quanto ao primeiro tópico, enquanto Washington era favorável a pacotes de estímulo econômico em grande escala, a Alemanha enfatizou a importância de uma regulação mais estrita do sistema financeiro. Quanto às negociações do TTIP, percebe-se a tentativa de maximização dos interesses econômicos em detrimento dos “valores universais” como a qualidade, sustentabilidade e transparência.

Do outro lado do Atlântico, a Alemanha também perdeu intensidade e importância em Washington (BIERLING, 2014). A pouca relevância da Alemanha e da Europa na política externa de Obama é demonstrada pelo fato de que a sua primeira visita oficial à Alemanha ter ocorrido apenas em junho de 2013. “Até as negociações do TTIP, não havia qualquer iniciativa política que pudesse preencher o vácuo nas relações bilaterais” (BIERLING, 2014, p. 241). De uma forma geral, os Estados Unidos continuam sendo o principal parceiro alemão fora do continente europeu e os dados econômicos também apontam para este fato, ainda que o trabalho bilateral conjunto tenha perdido a intensidade.

4.3 POLÍTICA MULTILATERAL: AMBIVALÊNCIA ALEMÃ

Como visto no capítulo anterior, o envolvimento multilateral da Alemanha é um elemento chave de sua política externa. Durante os anos da segunda legislatura de Angela Merkel, apesar da crise do euro que concentrava muitos dos esforços de política externa, a Alemanha foi membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU no biênio 2011-2012. Tratava-se de uma meta almejada pelo país, que já tinha anunciado a sua candidatura em 2006. Ademais, manteve o seu empenho pela reforma do CSNU através do G-4, ainda que com um perfil mais reservado (CÂMARA, 2013).

O discurso do ministro das Relações Exteriores, Guido Westerwelle, na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2010, pouco antes da votação que escolheria os membros rotativos do CSNU, enfatiza novamente o fato de que a “Alemanha está disposta a assumir responsabilidades globais⁴⁶” (WESTERWELLE, 2010, p. 01), bem como o da “Política Externa da Alemanha ser uma Política de Paz⁴⁷” (WESTERWELLE, 2010, p. 02). Já Angela Merkel, em seu segundo discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, novamente afirma que a Alemanha continuaria fortemente na defesa da reforma da ONU:

⁴⁶Do original: “Deutschland ist bereit, globale Verantwortung zu übernehmen” (WESTERWELLE, 2010, p. 01).

⁴⁷Do original: “Deutsche Außenpolitik ist Friedenspolitik” (WESTERWELLE, 2010, p. 02).

Para nós da Alemanha, as Nações Unidas são, devido a sua universalidade e sua legitimidade decorrente disso, o fórum central do trabalho internacional conjunto. A Alemanha é o terceiro maior contribuinte das Nações Unidas. Também na Política para o Desenvolvimento estamos, entre os países doadores, em terceiro lugar. Mesmo na crise financeira, nós não reduzimos nossos recursos. Nós nos esforçamos para continuar a destinar 0,7% do nosso PIB para a ajuda ao desenvolvimento. Nós tomamos nosso papel como um parceiro de confiança das Nações Unidas crentes de que o entendimento entre os povos só terá êxito se a cooperação ocorrer com base na igualdade de todos os Estados. Neste sentido, reafirmo aqui novamente o engajamento alemão e o nosso comprometimento como parte da responsabilidade compartilhada da comunidade internacional⁴⁸ (MERKEL, 2010, p. 04).

Durante o período em que foi membro rotativo do CSNU, a Alemanha abstém-se na votação da Resolução 1973, de 17 de março de 2011, gesto considerado o mais controverso da política externa de Angela Merkel. A Resolução 1973 impunha, entre outras medidas, uma zona de exclusão aérea na Líbia com vistas à proteção da população civil contra as forças do governo líbio. “À abstenção no Conselho seguiu-se a decisão de retirada dos vasos de guerra alemães a serviço da OTAN no Mediterrâneo para não tomarem parte nos bombardeios [...] A abstenção no caso da Alemanha foi considerada por seus parceiros ocidentais como um voto contrário virtual” (CÂMARA, 2013, p. 260).

A Resolução contou com dez votos a favor e cinco abstenções. Além da Alemanha, Rússia e China (que tem poder de veto), Índia e Brasil também abstiveram. Segundo Daase (2015), a abstenção da Alemanha foi uma surpresa por três razões:

1) Em primeiro lugar, foi entendido como um afastamento da solidariedade da aliança do atlântico. Pela primeira vez, a Alemanha não votou junto com seus aliados da OTAN e da EU, mas tomou uma causa conjunta com Rússia e China; 2) em segundo lugar, a decisão foi interpretada como um enfraquecimento das Nações Unidas e um recuo do tradicional multilateralismo alemão. Rumores começaram a se instalar de que a Alemanha poderia enterrar suas esperanças de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; 3) em terceiro lugar, a decisão colocou um questionamento a respeito da “política externa baseada por valores” da Alemanha, já que era considerada um forte apoiador da responsabilidade de proteger, mas recusou a sua implementação (DAASE, 2015, p. 569).

⁴⁸Do original: “Für uns, die Bundesrepublik Deutschland, sind die Vereinten Nationen wegen ihrer Universalität und ihrer daraus entspringenden Legitimität das zentrale Forum der internationalen Zusammenarbeit. Deutschland ist drittgrößter Beitragszahler in den Vereinten Nationen. Auch in der Entwicklungspolitik stehen wir unter den Geberländern an dritter Stelle. Selbst in der Finanzkrise haben wir unsere Mittel nicht zurückgefahren. Wir streben weiterhin an, 0,7 Prozent des Bruttonationaleinkommens für Entwicklungshilfe aufzuwenden. Wir nehmen unsere Rolle als verllässlicher Partner der Vereinten Nationen in der Überzeugung wahr, dass Völkerverständigung nur gelingen kann, wenn die Zusammenarbeit auf der Grundlage von Gleichberechtigung und Ebenbürtigkeit aller Staaten erfolgt. In diesem Sinne bekräftige ich hier noch einmal das deutsche Engagement und unsere Verantwortung als Teil der gemeinsamen Verantwortung der internationalen Staatengemeinschaft” (MERKEL, 2010, p. 04).

A abstenção alemã foi muito criticada por diplomatas e cientistas políticos, tanto dentro como fora do país. Em sua defesa, o Ministério de Relações Exteriores publicou uma declaração oficial em 17 de março de 2011, ou seja, no mesmo dia em que a resolução foi votada no CSNU. Conforme a declaração, apesar de a Alemanha ter concordado com uma parte da resolução, a que indicava maiores sanções ao regime de Kadafi, apresentava seu ceticismo com relação às intervenções militares e os significativos perigos e riscos decorrentes desta ação, indicando ainda que soldados alemães não tomariam parte em uma intervenção militar na Líbia (AUSWÄRTIGES AMT, 2011). Esta teria sido então, segundo a declaração oficial, a razão pela abstenção da Alemanha. Ademais, em entrevista à imprensa, o Ministro Westerwelle deu os seus motivos para a abstenção:

Abstenção no Conselho de Segurança da ONU não significa neutralidade em relação ao ditador. Esta decisão foi tomada porque não queremos participar de uma intervenção militar na Líbia. Se a Alemanha tivesse votado a favor (...), teríamos então a questão do número desoldados alemães a serem enviados. Considero uma contradição realizar ataques aéreos enquanto as possibilidades de sanções não tinham ainda sido completamente esgotadas⁴⁹ (WESTERWELLE, 2011, não paginado).

Tal episódio também tem influência de causas políticas internas alemãs. Segundo Peterke (2011), houve uma aprovação geral da posição alemã pelos Deputados do Bundestag. Ademais, dois terços da população alemã apoiaram a postura alemã de não participar da missão militar da OTAN na Líbia, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Emnid a pedido do governo de Berlim, segundo o jornal alemão Deutsche Welle (ALIADOS..., 2011). “Presentemente, convencer o povo alemão da necessidade de se engajar num outro conflito armado é algo bem complicado. A razão principal é a participação das suas forças armadas na missão da paz no Afeganistão” (PETERKE, 2011, p. 49), já que, conforme Bierling (2014), a partir de 2005 e especialmente após 2009, predominou uma resistência e relutância militar.

Explicar o fato do porque a Alemanha ter colocado a autonomia diplomática à frente da unidade europeia e não ter votado junto com os seus tradicionais parceiros (França, Reino Unido e EUA) ascendeu o debate de inúmeros analistas. Para Daase (2015), o episódio coloca a questão do deslocamento da política externa alemã do multilateral para o unilateral, de uma política orientada para o interesse geral ou para os seus próprios interesses e ainda, em que

⁴⁹Do original: “Enthaltung im Sicherheitsrat bedeutet nicht Neutralität gegenüber dem Diktator. Ich habe diese Entscheidung so getroffen, weil wir uns nicht an einem militärischen Einsatz in Libyen beteiligen werden. Wenn Deutschland im Sicherheitsrat einem militärischen Einsatz zugestimmt hätte, ginge es jetzt nur noch um die Frage, wie viele deutsche Soldaten nach Libyen geschickt werden. Luftangriffe zu fliegen, während die Sanktionsmöglichkeiten noch nicht umfassend ausgeschöpft sind, halte ich allerdings für eine Widersprüchlichkeit” (WESTERWELLE, 2011, não paginado).

medida a orientação de Potência Civil é abandonada em favor de uma política clássica de poder. “Por outro lado, pode-se entender a decisão como uma sustentação da sua preferência de resolver conflitos por meios diplomáticos e assim, pode-se ver uma confirmação do papel alemão de Potência Civil” (DAASE, 2015, p. 556). Assim, uma vez que a Alemanha não foi totalmente contrária à resolução - já que apoiava as sanções econômicas para o país - mesmo sendo a Líbia um importante fornecedor de petróleo para a Alemanha, observa-se neste episódio o comportamento de uma Potência Civil em detrimento do status de Potência Comercial. Entretanto, uma Potência Civil com ressalvas, pois apesar de defender o pacifismo e o uso de meios diplomáticos para solucionar conflitos, a Alemanha esquivou-se do multilateralismo e agiu unilateralmente, surpreendendo seus tradicionais parceiros.

Também no âmbito das Nações Unidas e em resposta à descoberta de espionagem por parte dos Estados Unidos, a Alemanha, em conjunto com o Brasil, incluiu o tema na agenda internacional, através da apresentação de uma Resolução em novembro de 2013. O escopo da resolução previa um pacto internacional sobre a proteção das liberdades individuais e privacidade digital. Por unanimidade, a Assembleia votou favorável à resolução em 18 de dezembro de 2013. Percebe-se, portanto que a participação alemã na ONU durante este período foi novamente característica de Potência Civil, pois além de ter pregado os valores universais através da resolução contra a espionagem, a Alemanha manteve sua posição no G-4, foi membro não-permanente do CSNU em 2011 e 2012 e, novamente declarou sua intenção de assumir maiores responsabilidades internacionais, ou seja, desejando ser mais multilateral.

Com relação à política climática global, que no primeiro governo da chanceler teve uma centralidade marcante na política multilateral, em seu segundo mandato este tópico não obteve tanta atenção. Dois motivos apontados para este “esfriamento” no engajamento da Alemanha neste tema são 1) o advento da crise econômica internacional e 2) o fracasso da Conferência Climática de Copenhague, em dezembro de 2009, logo no início de seu mandato (BIERLING, 2014). As conferências mundiais climáticas subsequentes a de Copenhague – Cancun em 2010, Durban em 2011 e Doha em 2012 – tampouco conseguiram avançar de forma significativa. “Ainda que a Alemanha tenha se declarado a favor de um tratado vinculativo e sucessor do Protocolo de Kyoto, na prática a política alemã neste tópico teve pequenos passos” (BIERLING, 2014, p. 258).

4.4 PARCEIROS GLOBAIS: ISRAEL E CHINA

Como visto no capítulo anterior, as relações com Israel no primeiro mandato de Merkel foram marcados pela estabilidade e pela abstenção de críticas ao Estado Israelense, mantendo um discurso de responsabilidade histórica alemã para com o país. Todavia, com a entrada no poder do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu no início de 2009, as relações bilaterais entre Alemanha e Israel deterioraram-se (BIERLING, 2014), uma vez que a Alemanha começou a oscilar entre uma posição pró-Israel, mas também pró-Palestina. A diminuição do interesse por Israel pode ser percebida através dos discursos de posse, uma vez que Israel não obteve menção nem no discurso de Merkel nem no de Westerwelle.

Em fevereiro de 2011, em uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, que considerava ilegal os assentamentos israelenses em territórios palestinos, a Alemanha teve seu voto a favor da resolução, contrariando, pela primeira vez, os interesses do Estado israelense. Apesar da resolução ter sido vetada pelos Estados Unidos, o gesto da Alemanha representou uma mudança no paradigma tradicional da política externa alemã de nunca antagonizar os interesses de Israel. A crítica de Israel à Alemanha foi tão expressiva que três dias depois da votação, Merkel recebeu um telefonema pessoal do próprio Netanyahu, “dizendo ser a Alemanha o único país que o decepcionou” (BIERLING, 2014, p. 254). No início de março de 2011, o Comitê de Assuntos Externos do Parlamento cancelou uma visita já planejada a Israel.

O desacordo de interesses entre Israel e Alemanha também pode ser observado em outras questões, além da Palestina. Na Primavera Árabe, por exemplo, enquanto que Israel via a derrubada do ditador Hosni Mubarak no Egito como uma ameaça a estabilidade do Oriente Médio, a Alemanha encarava a revolução com afeição. Ademais, na questão do programa nuclear iraniano, enquanto a Alemanha pendia para a solução por vias diplomáticas ou sanções, Israel foi sempre mais belicosa (BIERLING, 2014).

Ainda que em novembro de 2011 a Alemanha tenha votado contra a admissão da Palestina na UNESCO, a crítica de Merkel com respeito aos assentamentos israelenses intensificou-se. Uma possível razão para o aumento das críticas à Israel é à opinião da maioria da população alemã. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Forsa em maio de 2012, 70% dos entrevistados declararam ter uma visão negativa de Israel, 11% a mais do que a mesma pesquisa feita em 2009 (IMMER..., 2012). A indignação alemã com relação aos assentamentos israelenses foi expressa por meio de sua abstenção na Assembleia Geral da ONU, em novembro de 2012, quando a grande maioria dos países votou a favor de conceder à

Palestina o Estatuto de Estado observador “não-membro”. Netanjahu condenou publicamente a decisão da Alemanha, uma vez que Israel esperava um voto contrário vindo deste país. Em entrevista ao jornal alemão *Die Welt*, Netanjahu declarou-se “decepcionado com o comportamento da Alemanha, assim como muita gente em Israel, pois acreditava haver um relacionamento especial entre Israel e Alemanha” (TITTEL; WERGIN, 2012, não paginado). As relações entre os dois países apenas melhoraram quando Israel e Palestina iniciaram diálogos de paz em julho de 2013 (BIERLING, 2014).

Os fatos apresentados demonstram que o apoio incondicional da Alemanha para Israel vem se debilitando, especialmente desde o segundo mandato de Merkel, tendo como principal ponto de discórdia a política israelense de assentamento, a qual Merkel considera o obstáculo decisivo no caminho da paz no Oriente Médio. Berlin mostra-se assim, cada vez mais autônoma, criando um perfil próprio de política externa, de certa forma liberta das “sombras” do passado nazista e imperial. Assim, o relacionamento com Israel durante este período foi típico de uma Potência Civil. Mesmo que a Alemanha seja o principal parceiro comercial europeu de Israel, o que poderia significar uma proeminência do status de Potência Comercial; não faltaram críticas por parte da Alemanha à política externa israelense e à maneira como Israel vem se relacionando com seus vizinhos regionais.

Notadamente após a deflagração da crise do euro, a ascensão das relações bilaterais entre Alemanha e China tem despertado interesse pelos analistas estudiosos do país. Segundo Bierling (2014, p. 250), “a principal atenção alemã além da Europa, está focada nos Estados Unidos, mas também na China e em Israel”. Ainda que em seu primeiro mandato Merkel tenha feito inúmeras críticas à questão dos direitos humanos na China e a região do Tibete – tendo inclusive recebido a visita de Dalai Lama em 2007, algo que Kohl e Schröder tinham se negado a fazer a fim de evitar constrangimentos com a China – em seu segundo mandato, o tom do diálogo modifica-se e a Alemanha aproxima-se da China, tendo como alvo, objetivos comerciais.

Como comentado, a importância da China enquanto parceiro comercial da Alemanha dá-se especialmente após a crise de 2008, quando os alemães perdem mercado nos Estados Unidos, no Reino Unido e na zona do euro para suas exportações. Desta forma, “a Alemanha precisou mais do que nunca do aquecido mercado chinês” (BIERLING, 2014, p. 251). Em julho de 2010, ambos os lados iniciaram comunicados conjuntos de uma parceria estratégica. Em julho de 2011, Merkel realiza uma viagem de quatro dias à China, viagem esta que “também se inscreve em uma estratégia, que compreende a Índia e outros países em desenvolvimento, de diversificação de parceiros comerciais tendo em conta a recessão dos

mercados dos países industrializados” (CÂMARA, 2013, p. 265). Neste mesmo ano, começam a ocorrer consultas intergovernamentais periódicas entre os dois países, um mecanismo exclusivo para as comunicações sino-germânicas.

De fato, a China é o principal parceiro comercial da Alemanha na Ásia e as relações comerciais entre os dois países tiveram uma rápida ascensão nos últimos anos. Conforme a tabela 1 apresentada no capítulo 1 pode-se visualizar que, desde 2005 a 2013 a China tornou-se gradativamente um importante importador de produtos alemães. Enquanto que em 2005, a China sequer aparecia entre os 10 principais compradores das exportações alemães, em 2009 ela já se encontrava em 9º lugar e, em 2013 em 5º lugar, atrás apenas de França, Estados Unidos, Reino Unido e Países Baixos. Alguns veículos de comunicação internacionais chegam a afirmar que entre Alemanha e China o que acontece atualmente é uma verdadeira “lua-de-mel” (BARKIN; RINKE, 2014).

Entretanto, apesar das fortalecidas relações comerciais entre os dois países, a Alemanha não deixou de atribuir suas críticas à China. Na página eletrônica oficial do Ministério das Relações Exteriores, na seção de relações com a China, encontra-se o seguinte:

Apesar da evolução positiva das nossas relações bilaterais, continuam a existir divergências fundamentais em matéria de direitos humanos, em particular sobre as liberdades individuais. Resta como um grande interesse por parte da Alemanha de que a China aprimore sua política interna, desenvolva suas estruturas jurídicas e o Estado social, que haja mais igualdade política e econômica e, sobretudo, direito à liberdade garantido constitucionalmente (AUSWÄRTIGES AMT, 2015).

Com este objetivo, o AA promove anualmente diálogos bilaterais a respeito dos direitos humanos e o Estado de direito. Verifica-se, portanto, que as relações bilaterais com a China são mais um caso de ambivalência entre as características de Potência Comercial – devido ao expressivo fluxo comercial e econômico entre os dois países – mas também de Potência Civil – já que a Alemanha não perde a oportunidade de mencionar e propagar os seus valores de política externa, em uma possível tentativa de “civilizar” o Estado Chinês.

Apesar de a Rússia ter sido mencionada no segundo discurso de posse de Angela Merkel, as relações com este país no segundo mandato de Merkel não sofreram tantas turbulências e influências externas como no primeiro mandato, nem ações de grande relevância. O único ponto que vale a pena ser mencionado foi a inauguração do gasoduto Nordstream em 2012, concretizando a parceria entre Rússia e Alemanha. Assim, por não ter havido grandes avanços ou retrocessos nas relações com a Rússia durante o segundo mandato de Merkel, este subcapítulo destinou sua atenção para outros parceiros globais da Alemanha.

Cabe, contudo, mencionar que as turbulências não ocorridas no segundo mandato de Merkel têm se manifestado especialmente a partir de 2014, com a crise na Ucrânia e posteriormente na intervenção na Criméia, acarretando na intermediação política da Alemanha entre a Rússia e a União Europeia/EUA. Este evento segue, portanto sendo um desafio do terceiro mandato de Merkel, o qual, por ainda estar em curso, não é o foco do presente trabalho.

Verifica-se, portanto, que em seu segundo mandato, a maior parte da energia da chanceler Angela Merkel em termos de política externa foi destinada às consequências da crise financeira e econômica global. Problemas, países e regiões, que não possuíam relação direta com a crise, permaneceram em segundo plano. “Este é o motivo para o fato de que regiões como América Latina, Ásia e África, com algumas exceções, estarem na “periferia” da política externa alemã” (BIERLING, 2014, p. 238).

Desta forma, após terem sido apresentadas as principais iniciativas da Alemanha durante a segunda legislatura de Angela Merkel, de 2009 a 2013, e a correlação destas iniciativas com os conceitos de Potência Civil e Potência Comercial, o quadro a seguir (Quadro 3) reúne os itens analisados neste capítulo, assinalando a presença de tais conceitos, tal como realizado no capítulo 3.

Quadro 3 – Presença dos conceitos de Potência Civil e Comercial nos tópicos de política externa do 2º governo

2º Governo Merkel (2009-2013)	Potência Civil	Potência Comercial
Discurso de Posse Angela Merkel 2009	X	X
Discurso de Posse Ministro AA 2009	X	
Política para a Europa: Gestão alemã na crise do euro		X
Relações com os EUA/OTAN: Política para a OTAN	X	
Relações com os EUA/OTAN: Diferenças na condução da crise econômica		X
Relações com os EUA/OTAN: Política Econômica – negociações do TTIP		X
Relações com os EUA/OTAN: Reação à espionagem da NSA	X	
Política Multilateral: Participação na ONU	X	
Política Multilateral: Abstenção na Resolução 1973 do CSNU	X	
Parceiros Globais: Relações bilaterais com Israel	X	
Parceiros Globais: Relações bilaterais com a China	X	X

Fonte: elaboração própria (2015)

No Quadro 3, é possível novamente identificar uma predominância do atributo de Potência Civil – presente em 08 dos 11 tópicos de política externa analisados durante o governo da coalizão preto-amarela (2009-2013), enquanto que o de Potência Comercial está presente em 05 tópicos. Ainda assim, em comparação com a tabela do governo anterior, percebe-se que a dimensão da Potência Civil perdeu sua importância e, apesar de o número de identificações de Potência Comercial ser o mesmo, ele aparece como único atributo mais frequentemente no segundo mandato.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou verificar de que forma foi conduzida a política externa alemã sob os dois primeiros governos da chanceler Angela Merkel, sendo o primeiro de 2005 a 2009 e o segundo de 2009 a 2013, procurando identificar as principais diretrizes, ações e agenda de política externa em diferentes áreas geográficas e temáticas.

Deste modo, o segundo capítulo deste trabalho, o qual foi dividido em dois subcapítulos, teve como objetivo embasar a pesquisa, tanto teórica e conceitualmente, quanto historicamente. A teoria escolhida para fundamentar este escopo de pesquisa foi a Interdependência Complexa das Relações Internacionais. Tal abordagem concede substancial importância à relação entre política e economia e aponta para o declínio do papel militar nas relações interestatais. Através da análise das três dimensões da teoria, verifica-se que estas vão ao encontro das principais características da política externa alemã: a primeira dimensão – a existência de múltiplos canais – expressa-se principalmente na propensão alemã em envolver-se em organizações internacionais, demonstrando uma preferência pelo multilateralismo ao unilateralismo. A segunda dimensão – a ausência de uma hierarquia fixa nos temas na agenda das relações interestatais – pode ser observada pela ascensão da “Agenda Verde” na política externa alemã a partir do primeiro governo Merkel, além da relevância de outros temas que não os militares, como a integração regional, direitos humanos, desarmamento nuclear, política para o desenvolvimento, entre outros. Ainda, quanto a terceira dimensão – o papel menor da força militar – constata-se que, a Alemanha definitivamente encaixa-se no perfil de um país que tem na utilização de operações militares um papel secundário e até mesmo restrito em sua política externa. Por outro lado, a pregação da cooperação interestatal, através de um discurso em que equivale a sua política externa a uma política para a paz, dando preferência a soluções por meios diplomáticos, está constantemente presente nas ações exteriores alemãs. Uma vez que o papel militar é relegado à segundo plano, percebe-se uma predominância dos conflitos de natureza econômico-comercial, como é o caso da gestão da crise do euro, que toma grande parte da atenção alemã no âmbito externo. Assim sendo, conclui-se que a teoria da Interdependência Complexa pode ser aplicada à observação da política exterior alemã durante o período analisado.

O segundo capítulo também analisou os dois conceitos que serviram como hipótese deste trabalho, os de Potência Civil e Potência Comercial. Como visto, o atributo de Potência Civil identifica a orientação em política externa da Alemanha tanto antes como depois da reunificação. Tal atributo tem entre suas principais características a utilização de instituições

multilaterais e cooperação com demais Estados para alcançar seus objetivos de política externa, a contenção militar e preferência à segurança coletiva e, ainda, a “civilização” das relações internacionais, por meio da propagação de valores universais. Notou-se que o atributo de Potência Civil encontra-se inclusive na Lei Fundamental alemã, a qual impede a participação das forças armadas em guerras de agressão e obriga os órgãos de Estado a contribuir para a integração europeia e para o sistema de segurança coletiva. Conforme analisado ao longo da descrição das ações de política externa realizadas no decorrer dos dois mandatos de Merkel, verifica-se uma expressiva inclinação alemã para agir como uma Potência Civil, estando tal atributo presente na maioria dos tópicos analisados, tanto no primeiro quanto no segundo governo.

Viu-se que o termo Potência Comercial, por sua vez, diferentemente do de Potência Civil, está livre de constrangimentos históricos, pois se trata de um status dada a incontestável superioridade econômica alemã no continente o que conseqüentemente a torna uma das maiores economias mundiais. Além disso, a Alemanha tem uma ativa participação nas exportações internacionais, o que lhe traz ao mesmo tempo um fortalecimento econômico, mas também, uma dependência dos mercados externos, especialmente da União Europeia, o principal mercado para seus produtos. Como uma Potência Comercial, espera-se que o principal objetivo em termos de política externa seja a maximização econômica do país, por meio da facilitação e da normatização das regras do sistema internacional, visando a um acesso desimpedido de mercados e a uma estabilidade do sistema internacional, o que também implica em um ambiente pacífico. Através do exposto nos capítulos subsequentes, verificou-se igualmente a presença do status de Potência Comercial à política externa alemã no período analisado, ainda que em menor quantidade. Entretanto, especialmente no governo de coalizão preto-amarela, observou-se a ascensão do comportamento como Potência Comercial, devido à ascensão da crise do euro e a liderança alemã na sua gestão, além da necessidade de prospectar mais mercados extra-europeus, como foi o caso da elevação das relações comerciais com a China e as negociações do TTIP entre EUA e UE.

Na segunda parte do segundo capítulo, apresentou-se o espectro histórico da atual Alemanha, desde a constituição do Estado-nação em 1871 até o ano de 2005, constatando-se que o país já passou por inúmeras rupturas e recomeços enquanto Estado. A Alemanha sempre foi uma “jovem nação”, já que se unificou tardiamente, em 1871, causando temor em seus vizinhos, devido a sua localização, no coração da Europa e a sua rápida industrialização. Observou-se também que as intenções alemãs de agir como uma Potência Militar e de estabelecer um império mundial a partir de sua liderança fracassaram tremendamente, tanto na

primeira quanto na segunda guerra mundial, fatos que modificaram profundamente a política externa alemã e a sua orientação na política internacional. De forma a readquirir a confiança dos países vizinhos e ocidentais e também estabelecer uma nova soberania – ainda que limitada – a RFA viu no alinhamento automático ocidental e na colaboração e participação em instituições multilaterais a maneira de atingir tal objetivo, visto na rápida constituição da CECA (Comunidade Econômica do Carvão e do Aço) e também na aderência alemã à OTAN na década de 50. Portanto, constata-se a importância do multilateralismo para a Alemanha como forma de reintegrar-se ao sistema internacional, evitando causar temores aos demais países. Apartir da década de 70, com a entrada no poder de Willy Brandt, a Alemanha começa a praticar uma política externa híbrida que envolvia elementos de apoio não apenas no Ocidente, mas também no Oriente. Especialmente a partir do governo Schröder, em 1998, nota-se que a Alemanha começa a adquirir um perfil próprio de política externa, mais autônomo e mais desvinculado do alinhamento automático aos Estados Unidos, fato comprovado a partir do não apoio na Guerra do Iraque. Assim, a apresentação dos principais pontos em política externa da história alemã importa para a observação de que elementos como o multilateralismo, a política híbrida visando a harmonizar interesses tanto do Ocidente quanto do Oriente, a maior autonomia e criação de um perfil próprio de política externa também estiveram presentes nos dois mandatos de Angela Merkel. Tratou-se, portanto, de uma certa continuidade na atuação alemã no exterior. Por fim, destaca-se que o mais marcante do estudo histórico alemão é perceber que, desde a Segunda Guerra Mundial, quando foi derrotado material e moralmente, ou seja, há apenas 70 anos, o país tem ascendido de forma significativa até tornar-se o “mestre” econômico do continente.

O terceiro e o quarto capítulo tiveram como objetivo o estudo da política externa alemã dos dois primeiros mandatos de Angela Merkel. Ambos os capítulos iniciaram-se com uma breve contextualização do período em que a chanceler toma posse, além da exposição dos principais pontos de política externa dos discursos de posse de Merkel e do respectivo Ministro de Relações Exteriores. Posteriormente, classificou-se em cada capítulo, as principais ações em política externa por áreas temáticas e geográficas: política para a Europa, relações com os EUA/OTAN, política multilateral e parceiros globais, ou seja, principais relações bilaterais durante cada governo. Assim, os próximos parágrafos irão analisar os dois capítulos conjuntamente e serão divididos por cada área analisada, a fim de estabelecer um breve comparativo entre os dois governos.

Conforme observado, os discursos de posse de ambos os mandatos trouxeram as principais diretrizes de política externa de cada governo e enfatizaram, tanto no primeiro

quanto no segundo mandato, aspectos da supranacionalidade, a União Europeia como um importante espaço de atuação da política externa alemã, além da importância de instituições multilaterais internacionais para a solução de conflitos globais. Constatou-se que os discursos são um importante espaço de projeção do atributo de Potência Civil, havendo uma intensa propagação de valores como a cooperação multilateral e bilateral, a contração militar e a difusão de uma política pacifista, a valorização dos direitos humanos e do desarmamento nuclear e a eliminação de armas de destruição em massa, a preocupação com as políticas para o desenvolvimento, entre outros. Entretanto, percebe-se que a crise econômica da Europa trouxe divergências no tom dos discursos. Enquanto que os discursos do primeiro governo tratavam com otimismo da política externa que a Alemanha ainda iria realizar, os discursos do segundo governo foram mais centrados na política doméstica e desenvolveu muito mais os temas econômicos, ainda que sem deixar de levar em consideração os aspectos de Potência Civil.

A Política para a Europa do governo da Grande-Coalizão foi amplamente contemplada pelas características de Potência Civil e teve como ápice a presidência alemã no Conselho Europeu, no primeiro semestre de 2007, e a articulação alemã para tornar possível a elaboração do Tratado de Lisboa, em substituição ao Tratado de Constituição que havia fracassado em 2004. Tal liderança alemã trouxe ao país uma credibilidade positiva, tanto que a política para a Europa foi tida como uma das áreas de trabalho de maior sucesso da grande coalizão e o primeiro governo Merkel apresentou-se como um defensor do aprofundamento da integração europeia. Além disso, a Alemanha articula o pioneirismo da União Europeia no que tange a acordos climáticos, já que em março de 2007, ano da presidência rotativa da Alemanha na UE, metas de energia foram estabelecidas até 2020. Entretanto, este período é também marcado pela erosão gradual do consenso da União Europeia, e a Alemanha teve que mediar desentendimentos tanto externos quanto internos com relação ao papel e a durabilidade do bloco. O de maior destaque foi a indisposição com a França presente neste período devido a União para o Mediterrâneo, a qual desgastou as relações entre os países, além dos desentendimentos financeiros e econômicos, quanto ao papel do BCE na União Europeia.

Já o governo da coalizão preto-amarela teve como grande desafio a gestão para a crise do euro, deflagrada em 2009 quando do anúncio da dívida pública da Grécia e que também atingiu países como Irlanda, Espanha, Itália, Portugal e Chipre, além de desestabilizar as bases da união monetária e colocar em cheque a sobrevivência do euro. No episódio da gestão da crise da zona do euro, observa-se que Merkel procura balancear e satisfazer seus parceiros

tanto internamente quanto externamente. Ainda que internamente, a política para o euro esteja sendo considerada bem-sucedida, externamente a Alemanha tem agido como uma Potência Comercial, visando a maximização de seus interesses econômicos e buscando a todo o custo maior regularização e estabilidade no bloco. Por esta razão, a Alemanha tem recebido inúmeras críticas externas por não reconhecer suficientemente o fato de ela própria ser a principal beneficiada da zona do euro e impor medidas de austeridade fiscal para os países periféricos do continente. Permanece o desafio para a Alemanha de como combater os desequilíbrios regionais do bloco sem agravar a crise e a legitimidade da integração regional, uma vez que a economia alemã é totalmente dependente da zona de livre comércio da Europa. Outro desafio que permanece diz respeito ao próximo passo da União Europeia, se esta ascenderá para uma união política ou não, o que certamente traria mais estabilidade econômica e diminuiria as assimetrias regionais. O ceticismo interno na Alemanha certamente agravaria a possibilidade de decisão para este próximo passo e permanece a dúvida de como a Alemanha aproveitaria esta situação para atuar mais firmemente como uma liderança política europeia e não apenas econômica.

Entretanto, a despeito de todos os problemas da crise na União Europeia, sabe-se que, caso o fim do euro ocorresse, o prejuízo para a Alemanha seria inquestionável. Se a moeda fosse abolida, poderia haver uma valorização muito grande de moedas nacionais fortes como o marco alemão. Isso prejudicaria as exportações da Alemanha, gerando desemprego no país, uma vez que a Alemanha depende dos parceiros do bloco para manter suas exportações ativas. Ainda, pode-se depreender que, a partir do episódio da crise da dívida dos países do euro, a Alemanha despontou com um papel de liderança como principal interlocutor da política econômica europeia, devido a sua supremacia econômica em comparação com os demais países do bloco.

Por fim, no que se refere à política para a Europa nos governos da grande coalizão e da coalizão preto-amarela, observa-se que Angela Merkel assume o governo alemão em dois períodos turbulentos na cena europeia: em 2005, quando havia um clima de “crise” devido ao fracasso do Tratado de Constituição; e em 2009, em meio ao auge da crise global econômica. Ainda assim, percebe-se que o clima em 2005 é de esperança e de tentativa de esforço para o sucesso do Tratado da União Europeia, fato que efetivamente se consumou, trazendo novos ânimos para o futuro do bloco. Tal cenário, entretanto, passou do otimismo para o desgaste da crise, que afetou sobremaneira os países do sul da Europa, e que possui consequências até os dias atuais.

As relações com os Estados Unidos e OTAN tiveram um destaque no primeiro governo de Merkel, uma vez que a chanceler procurou aprofundar as relações que haviam sido esfriadas por seu antecessor. Entretanto, tal relacionamento não foi sem objeções. Apesar de cooperarem intensamente em áreas como a Política para a OTAN - como é o caso do apoio alemão no Afeganistão -, a guerra conjunta ao terror e a política econômica – a partir da instituição do Conselho Econômico Transatlântico -, a Alemanha não deixou de tecer críticas ao país especialmente na prisão de Guantánamo, na área dos direitos humanos, no escasso engajamento norte-americano na política climática internacional, além da divergência alemã na Cúpula de Bucareste, votando contra a entrada de Geórgia e Ucrânia na OTAN, a fim de evitar a desestabilização do Leste Europeu. Por estas razões, que as relações entre EUA e Alemanha durante este período foram denominadas uma relação entre amigos, porém não sem objeções.

No governo da coalizão preto-amarela, entretanto, observou-se uma perda de intensidade de tais relações. Uma vez que ambos os governos estiveram centrados em suas políticas domésticas, devido à crise econômica, houve poucas iniciativas conjuntas durante este período, além dos desentendimentos que continuaram ocorrendo no governo Obama. Quanto à atuação alemã no Afeganistão, observou-se um aumento da oposição interna alemã com relação a operações militares. Ademais, ambos os governos divergiram na questão de que medidas tomar para a solução da crise econômica internacional, já que Obama era mais favorável a pacotes de ajuda econômica e Merkel adepta às regulações financeiras. Também na política climática internacional houve divergências, uma vez que Obama e Merkel adotaram diferentes visões na Conferência de Copenhague em 2009. A questão que causou maior mal-estar durante este período foi, sem dúvidas, a descoberta da espionagem por parte da NSA, desgastando a confiança alemã em seu principal parceiro extra-europeu. O único ponto que avançou neste período foi no âmbito das relações econômicas, já que, em 2013 iniciaram-se as negociações do TTIP, acordo comercial transatlântico entre EUA e UE. Tal acordo, entretanto, enfrenta inúmeras resistências nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na Alemanha, o que coloca em cheque o avanço das negociações e o futuro das relações bilaterais entre os dois países.

No tocante à política multilateral, este é um tópico considerado um pilar central da política externa alemã, especialmente após as guerras mundiais e a reinserção do país na política internacional de forma pacífica. No primeiro mandato de Merkel, a Alemanha manteve sua permanência no G-4, procurando obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, fato deixado claro em seu primeiro discurso na Assembleia

Geral da ONU. Entretanto, o principal destaque da política multilateral do primeiro governo sob administração Merkel foi o engajamento alemão na política climática internacional no âmbito de instituições multilaterais como a ONU – através do PNUMA-, União Europeia, e também no G8, quando da presidência da Alemanha em 2007, em que conseguiu com que os EUA comprometessem a reduzir em 50% a emissão de gases até 2050. Tal atuação concedeu a Merkel o título de “Chanceler do Clima”.

Em seu segundo governo, por outro lado, percebe-se que o discurso climático perde sua importância devido à crise econômica que centra as atenções de política externa alemã, mas também devido ao fracasso da Conferência de Copenhague, em que os países participantes não conseguiram chegar a algum acordo. Neste governo, a Alemanha continua sendo ativa na ONU, mantendo-se no G-4 e obtendo uma cadeira de membro não-permanente no CSNU no biênio 2011-2012. Enquanto membro não-permanente a Alemanha abstém-se na resolução 1973 que tratou a respeito da intervenção militar na Líbia, em 2011. Tal gesto foi considerado o mais controverso da política externa de Angela Merkel, pois, ao mesmo tempo em que manteve sua ação de Potência Civil, evitando operações militares e preferindo soluções por meio de sanções, a Alemanha age de forma autônoma, votando contrariamente aos seus tradicionais aliados da OTAN e da UE.

No que tange às parcerias globais, observa-se que no primeiro governo houve um destaque especialmente para Rússia e Israel e, no segundo, para Israel e China. As relações bilaterais com a Rússia foram, no governo da grande coalizão, bem reconhecidas por parte da Alemanha, dado o papel central da Rússia em temas securitários europeus e de sua importância aos interesses econômicos de suprimento energético para a Alemanha. Isto ficou evidenciado por meio da equidistância alemã entre Moscou e Washington durante o conflito da Geórgia em 2008 e também pelo voto contrário a entrada de Geórgia e Ucrânia na OTAN. Ademais, manteve-se o projeto do gasoduto Nordstream, o qual foi inaugurado durante o segundo mandato de Merkel, em 2012, concretizando as boas relações entre os países. Apesar disso, no segundo mandato não houve maiores turbulências ou avanços significativos nas relações bilaterais entre os dois países, que fossem evidenciadas pela mídia internacional ou pela literatura.

Já as relações com Israel ocuparam a pauta de política externa alemã nos dois mandatos analisados. O primeiro mandato foi marcado por uma aproximação entre os dois países, com visitas próprias da chanceler a Israel e o constante discurso alemão de responsabilidade histórica alemã para com o Estado israelense, evitando tecer críticas severas ao país. Todavia, desde a entrada de Netanjahu no poder, o que coincidiu com o início do

segundo mandato de Merkel, as relações entre os dois países desgastaram-se devido à crítica alemã contra os assentamentos israelenses na Palestina, começando a oscilar entre uma posição pró-Israel e pró-Palestina. O país inclusive absteve-se na resolução da ONU que concedia a Palestina o Estatuto de Estado observador “não-membro”, acarretando em críticas por parte de Israel que acreditava que a Alemanha seria contrária a resolução. Assim, constata-se que a política externa da Alemanha mostra-se cada vez mais autônoma, libertando-se das “sombras” do passado nazista e imperial. A ascensão das relações comerciais com a China foi outro tópico presente na agenda de política externa alemã no segundo mandato de Merkel, uma vez que, como visto no capítulo 04, tais relações evoluíram significativamente em termos econômicos, desde 2005 a 2013.

Desta forma, verifica-se que o objetivo deste trabalho foi atingido, uma vez que este de fato apresentou as principais diretrizes, ações e agenda de política externa alemã durante os dois primeiros mandatos de Angela Merkel (2005 a 2013). Ademais, a hipótese preliminar deste trabalho - de que a política externa da Alemanha durante o período analisado apresentou características de Potência Comercial e de Potência Civil - também pode ser corroborada. Através do exposto e especialmente do resumo realizado nos quadros 2 e 3, observa-se que ambos os conceitos estiveram presentes nos principais tópicos de política externa analisados, tanto no primeiro como no segundo mandato. Todavia, constata-se que o perfil de Potência Civil possui mais predominância em ambos os mandatos, ainda que no segundo mandato sua presença tenha sido reduzida. Enquanto isso, o perfil de Potência Comercial esteve presente na mesma quantidade em ambos os mandatos, embora no segundo mandato tenha tido mais aparições como único elemento. Ademais, no tópico que vem causando maior visibilidade internacional da Alemanha, o da gestão da crise do euro, o país comporta-se principalmente como uma Potência Comercial.

Além disso, é interessante notar como a Alemanha ascendeu em tão pouco tempo. Quando Merkel foi empossada em 2005, ela era a chanceler de uma Alemanha que estava envolta em um ambiente pacífico, em uma União Europeia que estava unida, apesar do fracasso do Tratado de Constituição de 2004. Mas o mundo que Merkel depara-se ao fim do seu segundo mandato é totalmente diferente. É de uma União Europeia em uma profunda crise econômica e financeira, em cuja gestão a Alemanha obteve liderança e pôde inclusive, de certa forma, ditar as suas próprias condições, fato até então inédito na história alemã pós-1945.

Contudo, o estudo da política externa alemã apresentada neste trabalho não foi sem dificuldades. Por tratar-se de um espaço temporal recente e a praticamente inexistência de

bibliografias em português, fizeram com que a consulta bibliográfica deste trabalho fosse realizada majoritariamente na língua alemã, o que envolveu um trabalho não apenas de pesquisa e análise, mas também de tradução. Ademais, o longo espaço de tempo (08 anos) e as muitas atuações de política externa realizadas durante este período, acarretaram na priorização de apenas algumas atuações com maior relevo, sendo as mais destacadas pela literatura e que tiveram maior relevância para a comunidade internacional. Ainda, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, a autora identificou outras áreas de estudo da política externa alemã que podem ser mais exploradas. Este é o caso das restrições domésticas e a influência da política interna na política externa da Alemanha. Além disso, o papel da Alemanha na crise do euro e relações bilaterais com importantes parceiros como Estados Unidos, França e Rússia e com os países do Leste Europeu, especialmente Polônia, poderiam ser mais trabalhadas.

Por fim, salienta-se que, desde 17 de dezembro de 2013, está no poder uma nova coalizão dos grandes partidos tradicionais CDU/CSU e SPD, sob liderança de Angela Merkel. Após os anos 1966-1969 e 2005-2009, esta é a terceira vez na história da República Federal da Alemanha, que uma grande coalizão liderada pela União (CDU/CSU) governa o país. Este mandato, iniciado em 2013, deve prosseguir até 2017 e inclui diversos desafios em termos de política externa, como, por exemplo, a crise da Ucrânia iniciada em 2014 e tendo como consequência desgastes na relação russa-alemã; além da incessante crise da zona do euro, abalada no ano de 2015 pelas intensas discussões da negociação da dívida da Grécia e se esta aceitaria as condições impostas pelo Banco Central Europeu. Desta forma, justifica-se o prosseguimento do estudo e pesquisa da política externa da Alemanha, objetivando-se não apenas compreender de que forma são direcionados os posicionamentos exteriores deste país, mas também visando a compreensão da situação de todo o continente europeu, dada a importância da Alemanha para a estabilização econômica e política da região.

REFERÊNCIAS

ABADI, Cameron. Frau Germania. How Angela Merkel's selfishness is killing Europe. **Foreign Policy**, Washington, May 25 2010. Disponível em:

<<http://foreignpolicy.com/2010/05/25/frau-germania/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

ALEMANHA. In: GOOGLE MAPS. 2015. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Europe/@43.8525872,-12.8611109,3z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x46ed8886cfadda85:0x72ef99e6b3fcf079>>. Acesso em: 30 maio 2015.

ALIADOS criticam recusa alemã em participar de ações militares na Líbia. **Deutsche Welle**, Bonn, 24 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/aliados-criticam-recusa-alem%C3%A3-em-participar-de-a%C3%A7%C3%B5es-militares-na-l%C3%ADbia/a-14941510>> Acesso em: 04 nov. 2015.

AUSWÄRTIGES AMT. Außenminister Westerwelle zur Libyen-Resolution des VN-Sicherheitsrates. **Pressemitteilung**, Berlin, 2011. Disponível em: <<http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Infoservice/Presse/Meldungen/2011/110317-VN%20Resolution%20Libyen.html>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

BARKIN, Noah; RINKE, Andreas. Economic 'honeymoon' between Germany and China fades. **Reuters**, New York, Mar 27, 2014. Disponível em:

<<http://www.reuters.com/article/2014/03/27/us-china-germany-insight-idUSBREA2Q29C20140327#qeJ6DovhDkCBMCvc.97>> Acesso em: 26 out. 2015.

BECK, Ulrich. **A Europa Alemã**: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BIERLING, Stephan. **Vormacht Wider Willen**. Deutsche Aussenpolitik von der Wiedervereinigung bis zum Gegenwart. München: Verlag C.H. Beck oHG, 2014.

BIERLING, Stephan; STEILER, Ilona. Die Deutsche Amerikapolitik. In: JÄGER, Thomas; HÖSE, Alexander; OPPERMAN, Kai (Hrsg.). **Deutsche Aussenpolitik**. Sicherheit, Wohlfahrt, Institutionen und Normen. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CÂMARA, Marcelo P. S. **A política externa alemã na República de Berlim**: de Gerhard Schröder a Angela Merkel. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

DAASE, Christopher. Die Innenpolitik der Aussenpolitik. Eine Bilanz der Aussen – und Sicherheitspolitik der Schwarz-gelben Koalition 2009-2013. In: ZOHLNHÖFER, Reimut; SAALFELD, Thomas (Hrsg.). **Politik im Schatten der Krise**. Eine Bilanz der Regierung Merkel 2009-2013. Wiesbaden: Springer VS, 2015.

DEUTSCHLAND. Bundestag. **Grundgesetz**. 1949. Disponível em: <<http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/gg/gesamt.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2015.

DEUTSCHLAND. Bundestag. **Regierungserklärungen und Aussprachen**. 2013. Disponível em: <https://www.bundestag.de/blob/196270/ebcada3ebd6d0f00b68591b7fbaf48be/kapitel_06_11__regierungserkl__rungen_und_aussprachen-data.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.

DEZENAS de milhares protestam na Alemanha contra acordo EU-EUA. **Deutsche Welle**, Bonn, 18 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/dezenas-de-milhares-protestam-na-alemanha-contra-acordo-ue-eua/a-18391973>> Acesso em: 04 nov. 2015.

FERREIRA, Solange Reis. Eleições realinham o cenário político-partidário na Alemanha. **Boletim Mundorama**, Brasília, 31 out. 2009. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/10/31/eleicoes-realinham-o-cenario-politico-partidario-na-alemanha-por-solange-reis-ferreira/>> Acesso em: 26 out. 2015.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FLORES, Maria Cândida Galvão. **O Mercosul nos discursos do governo brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRIEDMANN, George. Germany Emerges. **Stratfor**, Austin, TX, Estados Unidos, 10 Feb. 2015. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/weekly/germany-emerges>>. Acesso em: 28 maio 2015.

GERMANOS, Bethina Hintz. **O papel da Rússia na política externa alemã no contexto pós-guerra Fria**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Curso de Relações Internacionais, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Porto Alegre, 2014.

GERMANY ends spy pact with US and UK after Snowden. BBC News, London, 2Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-23553837>> Acesso em: 04 nov. 2015.

GERMAN MISSION IN THE UNITED STATES. Tapping Potential with the Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP). **Germany.Info**, Washington, 2015. Disponível em: <http://www.germany.info/Vertretung/usa/en/06__Foreign__Policy__State/03__Europe/TTIP-Overview.html> Acesso em: 03 nov. 2015.

HARNISCH, Sebastian. Die grosse Koalition in der Aussen- und Sicherheitspolitik. In: EGGLE, Christoph; ZOHLNHÖFER, Reimut. **Die zweite Grosse Koalition**. Eine Bilanz der Regierung Merkel 2005-2009. Wiesbaden, 2010.

HÜTHER, Michael. **Die Junge Nation** – Deutschlands neue Rolle in Europa. Hamburg: Murmann Publishers GmbH, 2014.

IMMER weniger Deutsche mögen Israel. **Die Welt**, Berlim, 23 maio 2012. Disponível em: <<http://www.welt.de/politik/deutschland/article106366029/Immer-weniger-Deutsche-moegen-Israel.html>> Acesso em: 05 nov. 2015.

INTRACEN. International Trade Center. Trade Map. Washington D.C., 2015. Disponível em: <<http://www.trademap.org/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

KEOHANE, Robert O., NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2011.

KUNDNANI, Hans. Germany as a Geo-economic Power. Center for Strategic and International Studies. **The Washington Quarterly**, Washington, 2011. Disponível em: <<http://csis.org/files/publication/twq11summerkundnani.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2015.

LIMA et al. A crise da zona do euro: uma lição para a Europa. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 10, n.2, p. 51-68, jul./dez.2012.

LOHBAUER, Christian. Os desafios da Política Externa Alemã Contemporânea. In: GUIMARÃES, Samuel (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAULL, Hans. Germany and Japan: The New Civilian Powers. **Foreign Affairs**, New York, 01 dez. 1990. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1990-12-01/germany-and-japan-new-civilian-powers>>. Acesso em: 04 out. 2015.

MAULL, Hans. Deutschland als Zivilmacht. In: SCHMIDT, Siegmund; HELLMANN, Gunther; WOLF, Reinhard (Org.). **Handbuch zur deutschen Aussenpolitik**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2007.

MÉNUDIÉ, Henri. A Alemanha no centro do tabuleiro internacional. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 04 maio 2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=689>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

MERKEL, Angela. Rede von Bundeskanzlerin Dr. Angela Merkel vor der Generalversammlung der Vereinten Nationen am 25. September 2007 in New York. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 98-4, 2007b. Disponível em: <http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2001_2007/2007/09/98-4-bk-new-york.html> Acesso em: 25 out. 2015.

MERKEL, Angela. Rede von Bundeskanzlerin Dr. Angela Merkel zur deutschen EU-Ratspräsidentschaft vor dem Bundesrat am 16. Februar 2007 in Berlin. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 19-3, 2007a. Disponível em: <http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2001_2007/2007/02/Anlagen/19-3bk.pdf?__blob=publicationFile&v=1> Acesso em: 02 ago. 2015.

MERKEL, Angela. Rede von Bundeskanzlerin Dr. Angela Merkel vor der Generalversammlung der Vereinten Nationen am 21. September 2010 in New York. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 91-1, 2010. Disponível em: <<http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2010-2014/2010/09/91-1-bk-un.html>> Acesso em: 04 nov. 2015.

MERKEL, Angela. Regierungserklärung von Bundeskanzlerin Dr. Angela Merkel vor dem Deutschen Bundestag am 30. November 2005 in Berlin. **Bulletin der Bundesregierung**,

Berlin, n. 93-1, 2005. Disponível em:

<http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2001_2007/2005/11/_Anlagen/nr-931928702.pdf?__blob=publicationFile&v=1> Acesso em: 02 ago. 2015.

MERKEL, Angela. Regierungserklärung von Bundeskanzlerin Dr. Angela Merkel vor dem Deutschen Bundestag am 10. November 2009 in Berlin. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 112-1, 2009. Disponível em:

<<http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2009/11/112-1-bk-bt.html>> Acesso em: 02 ago. 2015.

NINIO, Marcelo. Cúpula da Otan começa hoje em clima de Guerra Fria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0204200811.htm>>. Acesso em: 22 out. 2015.

NORDSTREAM. **Nord Stream Route**. Zug, Switzerland, 30 Mar. 2011. Disponível em:

<<http://www.nord-stream.com/press-info/images/nord-stream-route-with-legend-2888/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

OLIVEIRA, Amaury B. P. A Questão Alemã desgasta a Pax Americana. In: GUIMARÃES, Samuel (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

PERMANENT MISSION OF GERMANY TO THE UNITED NATIONS. **Germany's Role in the United Nations**. New York, 2015. Disponível em: <http://www.new-york-un.diplo.de/Vertretung/newyorkvn/en/un-and-germany/germany_27s-role-in-the-united-nations.html> Acesso em: 04 nov. 2015.

PETERKE, Sven. Alemanha Após as Eleições de Setembro de 2009. **Meridiano 47**, Brasília, v. 10, n. 113, p. 12-13, dez. 2009 Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/493/310>>. Acesso em: 26 out. 2015

PETERKE, Sven. Alemanha em má companhia com os Estados BRIC? A abstenção alemã da Resolução 1973 de 2011 do Conselho de Segurança da ONU. **Meridiano 47**, Brasília, v. 12, n. 125, p. 46-52, maio/jun. 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3724/3503>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RIEGERT, Bernd. Apesar da espionagem, acordo de livre-comércio entre UE e EUA deve avançar. **Deutsche Welle**, Bonn, 29 out. 2013b. Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt/apesar-da-espionagem-acordo-de-livre-com%C3%A9rcio-entre-ue-e-eua-deve-avan%C3%A7ar/a-17191217>> Acesso em: 02 nov. 2015.

RIEGERT, Bernd. Crise do euro fortaleceu Merkel. **Deutsche Welle**, Bonn, 19 Set. 2013a. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/crise-do-euro-fortaleceu-merkel/a-17101285>>

Acesso em: 31 out. 2015.

ROSECRANCE, Richard. **The Rise of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World**. New York: Basic Books, 1986.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHMIDT, Manfred G. **Das politische System Deutschlands**. München: Verlag C.H. Beck oHG, 2011.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SPARDING, Peter. **Germany's Pivotal Role on the way to TTIP**. Washington: The German Marshall Fund of the United States, 2014. (Europe Policy Paper, 5/2014).

STAACK, Michael. Deutschland als Wirtschaftsmarkt. In: SCHMIDT, Siegmund; HELLMANN, Gunther; WOLF, Reinhard (Org.). **Handbuch zur deutschen Aussenpolitik**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2007.

STATISTISCHES BUNDESAMT. **Aussenhandel**. Berlin, 2015. Disponível em: <<https://www.destatis.de/DE/ZahlenFakten/GesamtwirtschaftUmwelt/Aussenhandel/Aussenhandel.html;jsessionid=884992CC59BDE253F532485C4F11F222.cae2>> Acesso em: 09 out. 2015.

STEINMEIER, Frank-Walter. Rede des Bundesministers des Auswärtigen, Dr. Frank-Walter Steinmeier, im Rahmen der Aussprache zur Regierungserklärung der Bundeskanzlerin vor dem Deutschen Bundestag am 30. November 2005 in Berlin. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 93-2. 2005. Disponível em: <http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2001_2007/2005/11/2005-11-30-rede-des-bundesministers-des-auswaertigen-dr-frank-walter-steinmeier-im-rahmen-der-aus.html>. Acesso em: 19 out. 2015.

STREICHERT, Chistine. Deutschland als Zivilmacht. **Trierer Arbeitspapiere zur Internationalen Politik**, Trier, Deutschland, n. 11, Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.deutsche-aussenpolitik.de/resources/tazip/tazip11.pdf>> Acesso em: 04 out. 2015.

THE WORLD BANK. **Germany Data**. Washington D.C., 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/germany?display=graph>>. Acesso em: 26 set. 2015.

TITTEL, Cornelius; WERGIN, Clemens. Die Palästinenser wollen einen Staat ohne Frieden. **Die Welt**, Berlin, 05 Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.welt.de/politik/ausland/article111836886/Die-Palaestiner-wollen-einen-Staat-ohne-Frieden.html>> Acesso em: 07 nov. 2015.

TRIZOTTO, Laís H. A. et al. Política Externa e de Segurança da Alemanha. In: MARTINS, José Miguel Quedi (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2013. (Série Cadernos ISAPE).

UNITED STATES, White House. Office of the Press Secretary. **Fact Sheet: U.S.-German Bilateral Economic Ties**. Washington, Jun. 07 2011. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/06/07/fact-sheet-us-german-bilateral-economic-ties>> Acesso em: 24 out. 2015.

WEBER, Marx. **A Política como Vocação**. Brasília: Editora UNB, 2003.

WENDLER, Frank. Pragmatismus, Führung und langsam erodierender Konsens: Eine Bilanz der Europapolitik der Grossen Koalition. In: EGGLE, Christoph; ZOHLNHÖFER, Reimut. **Die zweite Grosse Koalition**. Eine Bilanz der Regierung Merkel 2005-2009. Wiesbaden, 2010.

WENDLER, Frank. Die Europapolitik der zweiten Regierung Merkel. Zwei Betrachtungen zur transformativen Wirkung der Krise. In: ZOHLNHÖFER, Reimut; SAALFELD, Thomas (Hrsg.). **Politik im Schatten der Krise**. Eine Bilanz der Regierung Merkel 2009-2013. Wiesbaden: Springer VS, 2015.

WERKHÄUSER, Nina. Soldados alemães no exterior são tema polêmico, mas não mobilizam campanha. **Deutsche Welle**, Bonn, 2013. Disponível em: <www.dw.de/soldados-alemães-no-exterior-são-tema-polêmico-mas-não-mobilizam-campanha/a-17092347>. Acesso em: 03 nov. 2015.

WESTERWELLE, Guido. Rede des Bundesministers des Auswärtigen, Dr. Guido Westerwelle, im Rahmen der Aussprache zur Regierungserklärung der Bundeskanzlerin vor dem Deutschen Bundestag am 10. November 2009 in Berlin. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 112-2, 2009. Disponível em: <<http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2009/11/112-2-bmaa-bt.html>>. Acesso em: 28 out. 2015.

WESTERWELLE, Guido. **Interview von Bundesaussenminister Dr. Guido Westerwelle für die Passauer Neue Presse**. Berlin, 2011. Disponível em: <<http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Infoservice/Presse/Interviews/2011/110323-BM-PassauerNeuePresse.html>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

WESTERWELLE, Guido. Rede des Bundesministers des Auswärtigen, Dr. Guido Westerwelle, vor der 65. Generalsversammlung der Vereinten Nationen am 25. September 2010 in New York. **Bulletin der Bundesregierung**, Berlin, n. 93-2, 2010. Disponível em: <<http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Bulletin/2010-2014/2010/09/93-2-bmaa-vn.html>> Acesso em: 04 nov. 2015.